

INSCRITO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DA CULTURA
SUBSECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PROCESSO Nº 1.129-T-84
S.P.H.A.N./D.T.C.
D.R.D./ARQUIVO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SEC/SPHAN

ACERVO ARQUEOLÓGICO FORMADO PELAS SEGUINTE COLEÇÕES
DO PADRE JOÃO ALFREDO ROHR S.J.

DISTRIBUIÇÃO

- 1) As depositadas nas dependências particulares do
Colégio Catarinense, em Florianópolis - SC
- 2) As em exposição no Museu do Homem do Sambaqui
(Colégio Catarinense), em Florianópolis - SC
- 3) As em exposição no Museu do Balneário de
Camboriú - SC
- 4) As em exposição na Academia da Polícia Federal,
em Brasília - DF

1º VOLUME

M. E. C.
PROTOCOLO - DECISION
Nº 350 Data 24/06/85



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SECRETARIA DA CULTURA

SUBSECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

10ª Diretoria Regional

Porto Alegre, 08 de outubro de 1984.

Senhora Coordenadora:

Considerando o riquíssimo acervo arqueológico que ao longo de sua vida coletou, no Estado de Santa Catarina, o eminente pesquisador, Pe. Rohr, recentemente falecido;

considerando a importância daquele conjunto de bens culturais para conhecimento da pré-história brasileira;

considerando as dificuldades de acesso ao referido acervo, interpostas pelo Colégio Catarinense - seu depositário - à SPHAN;

considerando as manifestações da comunidade científica catarinense e mesmo nacional;

considerando a manifestação da arqueóloga Maria Lúcia Cidade Vidal, adjunta a nosso Escritório Técnico em Florianópolis;

considerando que somente proteção institucionalizada garantiria à SPHAN o livre acesso para conhecimento, inventário, cadastramento e preservação daquele patrimônio histórico;

venho solicitar de V.Sa., além das informações em anexo, juntar ao presente os documentos que essa Coordenadoria, em relação ao assunto, possui, para transformar esta exposição de motivos, junto à DTC, em lógico, indispensável e urgente solicitação de tombamento daquela coleção reunida pelo benemérito arqueólogo.

Atenciosamente.


J. N. B. DE CURTIS
DIRETOR DA 10.ª D. R.
S.P.H.A.N. — F.N.P.M.

Ilma. Sra.

REGINA COELI P. DA SILVA

M.D. Responsável pelo Núcleo de Arqueologia da DTC/SPHAN

RIO DE JANEIRO - RJ



Ilmo. Sr.
Dr. Augusto Carlos da Silva Telles
M.D. Diretor da
Diretoria de Tombamento e Conservação
SPHAN

Ilmo. Senhor,

O tombamento da coleção arqueológica oriunda das pesquisas efetuadas pelo Professor João Alfredo Rohr no Estado de Santa Catarina reveste-se de extrema importância para a Arqueologia brasileira, uma vez tratar-se de acervo valiosíssimo para a reconstrução da Pré-história americana.

Além do reconhecimento de seu excepcional valor cultural pela comunidade ligada ao campo das Ciências Sociais (Cf. docs) o que por si só já justifica o referido tombamento, pretende-se também sua preservação enquanto coleção, mantendo-se também sua indivisibilidade e integridade, uma vez que sua fragmentação será extremamente danosa, podendo inclusive acarretar o extravio de peças.

Cabe esclarecer que tal acervo já se encontra sob a guarda e proteção do Poder Público, conforme o estabelecido no Art. 1º da Lei Federal nº 3924/61, que dispõe: "Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes em território nacional, e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o art. 180 da Constituição Federal". É também considerado bem patrimonial da União, de acordo com o Art. 7º da referida lei, que determina: "As jazidas arqueológicas ou pré-históricas de qualquer natureza, não manifestadas e registradas na forma dos artigos 4º e 6º desta lei, são considerados, para todos os efeitos bens patrimoniais da União".

No entanto, tais dispositivos legais não impedem que um acervo de peças arqueológicas sofra dissolução, a qual poderá ocorrer de modo indiscriminado, quando a fragmentação de uma seqüência



quência de dados culturais representa perda irreparável de informações, possibilita o extravio de peças, impede o acesso de pesquisadores interessados no estudo do material, e dificulta nosso controle em termos de fiscalização e proteção.

Por tratar-se de coleção de excepcional valor, tem sido crescente a preocupação da própria sociedade catarinense, conforme atestam os documentos anexos (Cf. docs.) a qual teme que, pelo desmembramento, a coleção possa ser removida do Estado de Santa Catarina, sem haver um compromisso formal quanto ao seu retorno.

Embora o material recolhido pelo Professor Rohr tenha sido por ele utilizado para a montagem de exposições e museus em diversas instituições, a cessão dessas peças obedeceu a um critério científico e consciencioso, não ocasionando ruptura numa sequência de dados, de tal modo permitindo que cada peça seja representativa das culturas pré-históricas do Santa Catarina, permanecendo assim inseridas num conjunto mais amplo, estendo a ele associada por sua própria especificidade.

O acervo arqueológico em questão compõe-se das seguintes coleções:

- As depositadas nas dependências particulares do Colégio Catarinense, Florianópolis, SC.
- As em exposição no Museu do Homem do Sambaqui, Colégio Catarinense, Florianópolis, SC.
- As em exposição no Museu do Balneário de Camboriú
- As em exposição na Academia da Polícia Federal

No que diz respeito ao enrolamento das peças, informamos que o mesmo encontra-se em execução sob a responsabilidade da arqueóloga lotada na Representação Regional do Santa Catarina, estando pronta a relação de cerca de 50% do material (documentação anexa). Desta forma, o processo está sendo composto à medida que nos chegam às mãos novas informações sobre as peças em enrolamento.



Finalizando, cabe-nos reforçar o pedido de tombamento a nós encaminhado pelo Diretor da 10ª Diretoria Regional, ressaltando seu caráter de urgência, visto ser iminente o risco de desagregação desse acervo.

À seu dispôr para os esclarecimentos que se fizerem necessários,

Regina Cosli Pinheiro da Silva

Regina Cosli Pinheiro da Silva
Arqueóloga Responsável pelo
Setor de Arqueologia- SPHAN



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



Belo Horizonte, 21 de setembro de 1984.

Exma. Sra.

Regina Coeli Pinheiro da Silva

SPHAN - Rio de Janeiro

Prezada Sra.

Conforme solicitado, estamos encaminhando um parecer sobre a coleção do Museu do Sambaqui do Colégio Catari-nense de Florianópolis.

Reunida pelo Fe. J.A.Rohr durante 35 anos de pesquisas intensivas em todo o estado de Sta. Catarina, esta coleção tem um grande valor cultural e temos pessoalmente usado este acervo para preparar várias publicações feitas na França, bem como ilustrações didáticas em slides para aulas na Universidade Federal de Minas Gerais.

Assim sendo, esperamos que a referida coleção seja tombada e preservada para estudos complementares.

Colocamo-nos ao seu inteiro dispor para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente

André Prous

Paulo Werenga Junqueira

Setor de Arqueologia da UFMG.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PRÉ-HISTÓRIA

Cidade Universitária - C. P. 11.133 - CEP 01000 - S. Paulo - Brasil



MEC/SEC/SPHAN
GABINETE (11)
27/09/84
Registro N.º 2281
<i>João</i>

São Paulo, 23 de setembro de 1984

Ina Regina Coeli
c.c. Dr. Silva Telles (DTC)
Regina
28/9/84

Senhor Presidente,

Como representante de Arqueologia no Conselho de Proteção ao Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) do Estado de São Paulo, pelo Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, venho apresentar as minhas felicitações e o meu irrestrito apoio à iniciativa por parte do ProMemória SPHAN pela abertura de Processo de Tombamento do acervo deixado pelo pesquisador Dr. João Alfredo Rohor, S.J., depositado no Museu do Homem do Sambaqui, no Colégio Catarinense em Florianópolis Santa Catarina.

Seu mais, reiteramos os protestos de nossa estima e elevada consideração.


Paulo Roberto de Almeida
CONDEPHAAT

Ilmo. Sr.

Prof. Inapocan Cavalcanti de Igua

DD. Presidente do ProMemória SPHAN

RIO DE JANEIRO

SAB — SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA



São Paulo, 21 de setembro de 1984

DTC/Dr. Silva Telles
p/convém

Pinto
28/9/84

c.c. Regina Cechi

Senhor Presidente,

Em nome da Diretoria da SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA (SAB) e de seus associados, apresentamos ao prôMemória SPHAN, nosso apoio integral pela abertura do Processo de Tombamento do magnífico acervo Arqueológico (antropológico e cultural), proveniente de escavações realizadas pelo eminente pesquisador Pe. João Alfredo Rohor, S.J., no Estado de Santa Catarina e depositado no Museu do Homem do Sambaqui, no Colégio Catarinense, em Florianópolis.

Aproveitamos o ensejo para apresentar os protestos de estima e consideração,


Dorath Pinto Uchôa
Vice - Presidente

Ilmo. Sr.

Prof. Irapoan Cavalcanti de Lyra

DD. Presidente do prôMemória SPHAN

Rio de Janeiro - RJ.

SAB. — SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA



M. D. C.

PROTOCOLO - D. S. / SPHAN

N.º 742 Data 28, 09, 84

São Paulo, 21 de setembro de 1984

J. Regine Coeli
p/convocar
Regine
28/9/84

Senhor Presidente,

Em nome da Diretoria da SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA (SAB) e de seus associados, apresentamos ao prôMemória SPHAN, nosso apoio integral pela abertura do Processo de Tombamento do magnífico acervo Arqueológico (antropológico e cultural), proveniente de escavações realizadas pelo eminente pesquisador Pe. João Alfredo Rohor, S.J., no Estado de Santa Catarina e depositado no Museu do Homem do Sambaqui, no Colégio Catarinense, em Florianópolis.

Aproveitamos o ensejo para apresentar os protestos de estima e consideração,


Dorath Pinto Uchôa
Vice - Presidente

Ilmo. Sr.

Prof. Irapoan Cavalcanti de Lyra

DD. Presidente do prôMemória SPHAN

Rio de Janeiro - RJ.



Comunicação Interna nº 25

Em: 25/09/84

De: Maria Lúcia Cidade Vidal
Para: Dr. Júlio N. B. de Curtis

Profº Curtis,

Com o fim de colocá-lo a par dos resultados iniciais de trabalhos desenvolvidos desde a posse, dia 17, 2ª feira da semana passada, na função de arqueóloga da 10ª Diretoria Regional da Fundação Nacional Pró-Memória, e da evolução dos acontecimentos que cercam o legado do Pa. João Alfredo Rohr, que tão considerada prioritária no momento, apresento-lhe esta breve comunicação.

Em primeiro contato com o Colégio Catarinense foi feita a tentativa de acordo com o colégio, objetivando-se vista do material coletado pelo Pa. Rohr, e o seu levantamento.

Esta visita inicial ao material referido foi acertada para a tarde do mesmo dia, ocasião em que se pode observar a resistência, embora velada, da parte do Colégio, ao desenvolvimento dos trabalhos necessários ao SPHAN.

Em vista disto, nos dias seguintes procedeu-se ao melhor exame da legislação existente referente aos bens arqueológicos e a uma consulta ao Procurador Geral da República no estado, Sr. Rui Sulpiz Bacher, que sugeriu fosse feita uma reunião de esclarecimento com a presença dele próprio, da direção do Colégio Catarinense e a nossa, com a esperança de se garantir o prosseguimen to normal dos trabalhos da SPHAN e colocar nos seus devidos termos a questão da posse do material abrigado pelo Colégio, e reivindicada por ele, sem a necessidade de procedimento mais agressi vo.

Entretanto, quando da ida ao Colégio para marcar esta reunião, foi feito contato com o Pa. Pedro Inácio Scmitz, do Instituto Anchietano de Pesquisa e Universidade de Vela do Rio dos Sinos, designado pelo Colégio para cuidar do material deixado pelo Pa. Rohr, quando, numa extensa conversa, explicou-se necessi-



dado de se proceder imediatamente ao arrolamento do material e o direito ao acompanhamento da mesma parte, de qualquer providência tomada em relação a este. Nada foi objetado. Mas não se conseguiu, efetivamente, o livre acesso ao material.

A reunião com o diretor do Colégio e o Procurador Geral da República mostrou-se pouco frutífera, ficando a arqueóloga ainda sujeita a sérias restrições ao seu trabalho.

Paralelamente a estas providências, constantes contatos foram mantidos com o setor da arqueologia, no Rio de Janeiro, que solicitou material necessário a eventual processo de tombamento do acervo referido - assunto sobre o qual gostaria de conhecer sua posição.

No momento a questão material Pa. Rohr encontra-se nos seguintes termos: foi acusado, hoje, pelo Setor da Arqueologia, no Rio de Janeiro, o recebimento da carta do Pa. Pedro Inácio Schmitz, do Instituto Anchistano de Pesquisa, queixando-se de nos sa insistência e reivindicando, claramente a posse do acervo. Desta forma, tem-se um elemento concreto que evidencia objeção ao cumprimento das atribuições do SPHAN, sabendo, portanto a presença do Assessor Jurídico para as medidas adequadas ao caso.

Este Assessor está sendo esperado para amanhã, dia 26, quando será feita nova visita ao Colégio Catarinense.

Em vista das dificuldades relatadas, que demostram a necessidade de um procedimento efetivo e considerando-se o risco que o acervo em questão sofre de desmembramento, aproveito a ocasião para pedir sua opinião acerca do tombamento desejado pelo Setor de arqueologia.

Em caso positivo, o material de acompanhamento deste pedido poderá estar à sua disposição provavelmente 6ª feira próxima.

Atenciosamente,

Maria Lúcia Cidade Vidal

CONFERE COM O ORIGINAL

Eduardo

Eduar de Silva Maia
Chefe Arquiv. DND/SPHAN



Nós, abaixo assinados, alunos da Faculdade de Arqueologia Estácio de Sá, cientes da proposta da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN/Pró Memória, de tomar a coleção de vestígios arqueológicos reunidos pelo Padre João Alfredo Rohr, S.J., no desenvolvimento de suas pesquisas, principalmente as efetuadas no Estado de Santa Catarina, vimos hipotecar nosso apoio a essa iniciativa, já que conhecemos a importância desse acervo para a pesquisa arqueológica no Brasil.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1984

M. Lucía Franco Pardi - MARIA LÚCIA FRANCO PARDI

Barbara D. Sette - Barbara D. Sette

Andréa Carvalho Mendes de Oliveira Castro - Andréa Carvalho Mendes de Oliveira Castro

Flora Sterim - Flora Sterim

Rafaela Traga Alencar

José Carlos Salgueiro

Cláudio Baidon Júnior

Marcelo de Fátima C. F. de Assis

Marta Rangel Chaves

Kátia Cristina Medina - KÁTIA CRISTINA MEDINA

Elisiana Straub

Cecília de Sá

José Roberto Pompermaier - José Roberto Pompermaier

Suzana Raquel da Silva Felipe

Márcia de Brito Nunes

Márcia Zerva de Almeida

Marcelo J. Pacheco

Suzana Maria Romo Gomes

Suzana Bernardes Trindade

Beatriz L. K. . . Beatriz Vencat Kuhn

Maria Goretti Gonçalves

Naydara Helena Torreal Duarte

Arnaldo A. de Silva

Quendelir Amoroso de Fátima

Luiz Silva O. F. Junior

João P. da Silva Figueiredo

Mammy X. B. Souza

Alvaro de F.

Elisabete F. de Fátima

Magdalena D. Fátima

Francisca Nascimento Cruz

Beatriz Miguel Vilela

Monica T. Bello

~~João~~

Tabaci Palmeiras do Amaral

Marcia Valéria Bahia Delgado.

Margarida Cavalcanti

MARGARIDA CAVALCANTI PESTANA -

Leões Porto Lau, Lr

Nilda Maria de Moura M.

João Tranne

~~Monica Cavalcanti~~

Vidia Capelães.

Vera Lúcia Modesto

Maria Cristina de Oliveira Lampião

Leonor Moraes de Lencastre

MEC
12
SPHA

CERTID

João Samuel
Sr. Carlos
Carlos Xavier de Sousa Neto
Hilpp
Maria José Lopes de Souza Thiers



SAB — SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA



Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1984

Ilma. Sra.

Profª Regina Coeli da Silva

Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN

Ilma. Profª,

Vimos, na qualidade de Secretário da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB, manifestar nossa preocupação quanto aos últimos acontecimentos que cercaram a coleção do Museu do Homem do Sambaqui, de Florianópolis, laboriosamente recolhida pelo prof. Pde. João Alfredo Rohr, recentemente falecido.

Tal coleção é de um valor científico e cultural incalculável, e qualquer prejuízo a mesma será um prejuízo irreparável a memória de nosso país. Desta forma, foi com grande apreensão que recebemos as notícias de possibilidade de desmembramento deste precioso acervo.

Rogamos a esta Secretaria que tudo faça para impedir tal coisa e preservar este importante documento de nossa pré-história, pois qualquer peça que seja retirada desta coleção representará uma mutilação significativa na Arqueologia Brasileira.

Certo de sua compreensão, interesse e boa vontade, aproveito para manifestar os meus protestos da mais alta estima e consideração.

Atenciosamente,





Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1984

Ilma. Sra.

Regina Coeli da Silva,

A coleção de objetos arqueológicos que constituem o acervo do Museu do Homem do Sambaqui, no Colégio dos Jesuítas da Ilha de Santa Catarina representa não somente o trabalho de uma vida dedicada à pesquisa e proteção de sítios pré-históricos catarienses, como um testemunho das características culturais de inúmeras gerações de homens que povoaram aquele trecho do litoral brasileiro antes da chegada dos europeus. Ao lado de peças originalmente recolhidas por colecionadores, ali está presente a própria vida científica de um dos mais importantes profissionais do país, o pe. João Alfredo Rohr, que constitui o cerne de uma das mais importantes coleções do país. Embora a maior parte desse acervo tenha sido analisada e descrita nos trabalhos do pe. Rohr, é fundamental que o material permaneça reunido como um todo, capaz de permitir a reabordagem sob novos prismas, sempre que necessário por parte de outros especialistas igualmente capacitados. Longe de se encontrar esgotada, ela é potencialmente rica e poderá fornecer ainda muitos e novos subsídios importantes para a reconstituição e para um melhor conhecimento da arqueologia brasileira.

Acreditamos que a melhor homenagem e reconhecimento que a comunidade científica deste país, representada pela SPHAN poderá prestar aquele inesquecível amigo e colega é salvaguardar a integridade daquela coleção, mantendo-a dinâmica no panorama científico da nossa terra por permitir que a comunidade arqueológica possa continuar utilizando-a como, certamente, esperaria o seu mentor que acontecesse.

Sendo o que se apresenta no momento, aproveito o ensejo para externar-lhe meus protestos de consideração e respeito.


Ondemar Ferreira Dias Junior
Diretor de Pesquisas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES



Curitiba, 28 de setembro de 1984

Profa. Regina Coeli Pinheiro da Silva
Setor de Arqueologia da Subsecretaria do
Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Rua da Imprensa, 16 - 6º andar
20030 - Rio de Janeiro - RJ

Senhora Professora:

Com o doloroso passamento do Pe. João Alfredo Rohr SJ, combativo e devotado arqueólogo catarinense, preocupo-me com o futuro das coleções por ele reunidas entre 1957 e 1984 no Museu do Homem do Sambaqui, instalado no Colégio Catarinense.

Tendo acompanhado muito de perto as pesquisas do Pe. Rohr, sei do grande valor científico e cultural do material arqueológico colecionado, procedente de várias partes do território catarinense, muitas vezes conseguido através de escavações de salvamento em sítios que não mais existem. Esse material representa, portanto, a única e insubstituível documentação deixada por grupos humanos que em diferentes épocas lá viveram.

Nos anos de 1963 e 1965 tive a oportunidade de analisar cerca de 12.000 fragmentos cerâmicos provenientes da escavação realizada pelo Pe. Rohr no sítio da Tapera, situado na Ilha de Florianópolis, que revelaram importantes fatos sobre a sua ocupação por três povos em épocas distintas e que serviram, inclusive, para o correlacionamento com manifestações congêneres de outros estados brasileiros. Outros pesquisadores, dentro de suas especialidades, também utilizaram algumas das coleções arqueológicas do Museu do Homem do Sambaqui para os seus estudos.

Acho que todos os esforços devem ser dispendidos para que as coleções do Museu do Homem do Sambaqui continuem reunidas no próprio local, devidamente protegidas, desempenhando a sua função junto à comunidade, quer servindo para a informação e educação popular, quer subsidiando os estudos científicos.

Atenciosamente,

In Amici
Prof. Dr. Igor Chmyz

Fundação Nacional próMemória

Of. nº 44/84

Florianópolis, 03 de outubro de 1984



Ilmo. Sr.

J. N. B. de Curtis

Diretor 10ª DR SPHAN-FNPM

Porto Alegre - RS.

Sr. Diretor

1 - O recente falecimento do Pe. João Alfredo Rohr S.J., em Florianópolis, Santa Catarina, estado ao qual dedicou cerca de 40 anos de intensas pesquisas no campo da arqueologia, coletando e analisando material de grande significado para o estudo da pré-história brasileira e americana, acarreta à União a responsabilidade da guarda e proteção, em termos, principalmente, de sua integridade e localização, de acervo de grande magnitude científica e cultural.

2 - Tal acervo, resultado de um gigantesco trabalho desenvolvido em todo o estado de Santa Catarina, compõe-se de abundante material arqueológico de suma importância para o estudo e conhecimento da pré-história quer catarinense, quer brasileira ou americana.

3 - A monumentalidade deste acervo e sua importância científica, podem ser avaliadas a partir da quantidade de sítios descritos ou pesquisados e da qualidade do material coletado, tendo-se em vista, principalmente, o estudo do Homen do Sambaqui, com toda a sua relevância para o conhecimento do

próMemória



homem páleo-americano, e outras pesquisas, concluídas ou em andamento, de igual valor.

4 - O próprio pesquisador Pe. Rohr, no quadro geral das atividades científicas no Brasil, além de eminente especialista em campo tão complexo como o de arqueólogo, é figura e - xemplar de esforço e dedicação na tarefa difícil de defesa e salvamento de nossos bens científicos, constituindo-se o acervo referido, em toda a sua integridade, o reflexo de qualidades tão raras quanto essenciais á evolução da humanidade.

5 - Com base no exposto acima recomendo que se proceda ao processo de tombamento dos bens mencionados.

6 - Embora o objetivo primeiro desta medida seja o firme re conhecimento do excepcional valor científico e cultural que tal acervo tem para a União, é interessante notar, também, que o tombamento vem reforçar os meios de que dispõe os órgãos responsáveis pela guarda e proteção dos bens patrimoniais da nação brasileira, mormente quando de tão grande importância.

* Anexo material condizente aos pontos expostos acima.

Atenciosamente

Maria Lúcia Cidade Vidal
Arqueóloga.

Preocupação com a obra do Padre Rohr



Um expediente manifestando a preocupação da Assembleia com o destino da obra do Padre João Alfredo Rohr foi aprovado ontem pelo plenário e será encaminhado ao Governador Esperidião Amin, por solicitação do Deputado Salomão Ribas Júnior (PDS), que também defendeu a participação das Universidades de Santa Catarina, do Conselho de Cultura e demais entidades ligadas à área cultural no esforço para preservar o patrimônio científico deixado pelo arqueólogo catarinense.

Salomão, ao citar reportagem publicada em O ESTADO a respeito da morte do Padre Rohr e sua obra, disse que o valor das cerca de 300 mil peças colhidas ao longo de 40 anos de intensas pesquisas arqueológicas não é calculado apenas pelo seu significado para o povo catarinense. "Ai estão pedaços da história do homem catarinense de antes de Cabral, de antes de Colombo, de antes de Cristo", frisou.

Há estudos em exame em diversos institutos de pesquisa de várias partes do mundo, carentes de coordenação e a Companhia de Jesus designou para esse trabalho o Padre Inácio Schmidt.

— Tudo indica que o provincialato jesuíta não deseja a perda do acervo ou o esquecimento dos estudos e pesquisas do ilustre membro da congregação — acrescentou Salomão Ribas. Mas ainda assim, o Governo do Estado, as nossas Universidades e o mundo cultural de nosso Estado não podem ficar alheios a esse trabalho. Até mesmo porque há necessidade de apoio ao esforço que o Colégio Catarinense realiza no sentido de construir um prédio mais apropriado para abrigar o Museu do Sambaqui.

E a segunda vez, nesta semana, que Salomão focaliza o assunto da tribuna da Assembleia. Na primeira vez, segunda-feira, ele havia denunciado que o Museu do Sambaqui corre o risco de ser transferido para a Unisinos, do Rio Grande do Sul, onde a Companhia de Jesus mantém outros pesquisadores na arqueologia.

OPINIÃO

Pe. ROHR QUERO-QUERO DOS SAMBAQUIS

THEOBALDO COSTA JAMUNDÁ

Agora o Padre Rohr SJ é memória. Os correios não alcançaram seu paradeiro. Ele que viveu em risco de liberdade, de saúde e de vida agora ficou descompromissado do nosso apenado convívio. E ninguém pense que existe força de expressão no que está dito. Em Florianópolis em 1977 comunicou ao Conselho Estadual de Cultura que estava sendo processado por dizer verdade sobre a aplicação da lei preservadora de bens da História e da pré-História; nas atividades de pesquisador teve a saúde minada; pela tenacidade jesuítica na preservação dos sambaquis colecionou inimigos frontais e desagradados governantes municipais.

Foi só e inimitável na sua dedicação, na sua força de vontade, na sua dedicação exclusiva de pesquisador do homem do sambaqui. Reuniu admiradores categorizados e com personalidade forte construiu o modelo de pesquisador decente, operoso e necessário como se precisa no universo brasileiro. Quem o substituir tem o padrão exemplar para ser útil. Quem esteve no Primeiro Congresso de História Catarinense (1948) lá o encontrou como autor do trabalho CONTRIBUIÇÃO PARA A ETNOLOGIA INDÍGENA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Contava apenas seis anos e meses de residência e domicílio em Santa Catarina. E prosseguiu escrevendo, ensinando, pesquisando, produzindo como tivesse a preocupação de saldar dívida. Deixou trabalhos esparsos (e não poucos) na imprensa catarinense e na nacional. Era assíduo na revista "NOTÍCIAS" (trimestral) Liv. Ed. P. Réus,



Porto Alegre, RS. Também in "VOZES" (Rev. Católica de Cultura) RJ, SP, MG, e RS. Tem nas separatas desta o trabalho "A ALDEIA PRÉ-HISTÓRICA DA PRAIA DA TAPERA" e também outro intitulado "OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE ITAPIRANGA". As pesquisas de São Francisco do Sul, SC, estão in "PESQUISAS" (órgão do Instituto Anchieta de Pesquisa, Porto Alegre, RS). Em 1977 viu seu livro "O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO PÂNTANO DO SUL" ser editado na Coleção Cultura Catarinense.

Foi conselheiro de cultura e era o presidente do Conselho Estadual de Cultura, quando o presidente do Conselho Federal de Cultura veio fazer conferência em Florianópolis e viu como estava mal instalada (BEM MAL)

a BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA. Foi diretor e alimentador da valorização do MUSEU DO HOMEM DO SAMBAQUI (Fpolis, SC.). Desde 1965 era membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Falava o necessário, sorria o suficiente, dominava vontade própria. Como ente que sabia onde tinha o nariz e pisar com o pé direito, dedicou ao ensino e a cultura catarinense, 43 dos seus 76 anos de existência. Quem disser que faleceu gaúcho, só porque nasceu em Lageado, RS comete equívoco. Ele, o Pe. João Alfredo Rohr SJ viveu numa experiência catarinensista invejável. A sua memória durará o tempo de imortalidade da obra que deixou.

CE

Homenagem a um Padre Arqueólogo

Conheci-o dirigindo uma velha motocicleta em direção a Chácara dos Padres, no Córrego Grande. Ou seria, talvez, em marcha para alguns dos muitos pontos do interior da Ilha, onde costumava recolher orquídeas? Estávamos na década de quarenta. O Padre João Alfredo Rohr, integrante da Ordem de Santo Inácio, falecido no último domingo, 22 de julho, havia chegado ao Colégio Catarinense em 1911. Inicialmente lecionou Física e Química. Depois, interessou-se por História Natural, reorganizando o Museu do Colégio e partindo para implantação de um orquidário. Foi a partir daí que iniciou um trabalho sistemático de coleta de bromeliáceas existentes na Ilha. Paralelamente, exerceu as funções de Diretor do Colégio Catarinense, entre 1946 e 1952.

Nos finais da década de cinquenta, os interesses do Padre Rohr se voltaram para a Arqueologia. Na condição de responsável por um grande acervo museológico, que havia sido pouco antes ampliado com a aquisição da coleção Berenhauer, Padre Rohr foi identificado do achado de ossadas humanas na ponta de Cauacanga-Mirim, por operários que estavam a serviço da Base Aérea. Logo se dispôs a realizar uma visita ao local e a seguir se propôs a tarefa de sullyamento do que era na realidade um pequeno cemitério indígena. A repercussão do trabalho que então realizou foi grande. Cerca de 40 sepultamentos foram resgatados, num esforço que durou quase todo o ano de 1958. Como consequência disto, a Botânica perdeu um entusiasta para um campo novo, pouco cultivado, qual seja a Arqueologia. E foi nessa área que Padre Rohr se afirmou como pesquisador e cientista, tendo seu nome obtido reconhecimento das maiores autoridades da Arqueologia do país e do exterior.

A importância do trabalho realizado pelo Padre Rohr é enorme. Primeiro, porque ao iniciar seus trabalhos de investigação certamente teve de enfrentar dificuldades muito de um Ordem de

órgãos públicos e da própria justiça. Em entrevista no ano de 1963 à arqueóloga Tereza Fossari, ressaltou que entre os maiores problemas que teve de enfrentar, estavam as incompreensões da Justiça manifestas nos processos que respondem por denunciar o desrespeito a legislação que protege os sítios arqueológicos.

A tarefa assumida voluntariamente pelo Padre Rohr, efetivamente, não foi pequena. Centenas de sítios arqueológicos foram destruídos em Santa Catarina nos anos sessenta. Os sítios denominados Sambaqui, que no litoral de Santa Catarina era às centenas, foram alvo sistemático das indústrias de calcário. À época, a expansão das atividades agrícolas de exportação a tudo justificava. E o Padre Rohr, mesmo assim, foi à luta. Tornou-se representante do Patrimônio Histórico em Santa Catarina para a área de Arqueologia. Realizou uma dezena de cursos, objetivando superar suas limitações de autodidata. Publicou sistematicamente, divulgando todos seus achados e discutindo a relevância de métodos e técnicas de pesquisa e de conservação do material coletado. Articulou-se com a comunidade científica nacional e internacional, freqüentando congressos e reuniões científicas, mantendo ampla correspondência e recebendo arqueólogos profissionais e estudantes interessados em participar de suas investigações. Reivindicou ações das autoridades constituídas, denunciando o rebulião do patrimônio. Tornou-se um mestre, no sentido estrito do termo, e passou a ser reconhecido por seus pares como Arqueólogo. Isto deu-lhe oportunidade de receber um título e uma pequena subvenção mensal, ao obter a condição de Pesquisador Sênior do CNPq.

Bastante consciente das dificuldades enfrentadas pela Arqueologia no Brasil, destacou na entrevista acima referida, dois problemas: "primeiro, a destruição rápida dos sítios arqueológicos como postulado do progresso; hidroelétricas que submergem os

pesarosamente ecoou a morte do falecimento, sabido dia 21 de julho, às 22:45 horas, do Padre Rohr, em seu leito enfermo, no Colégio Catarinense. Solitário, como sempre gostou de viver, para melhor trabalhar, pensar e estudar, seu fêrefo foi conduzido, domingo, por volta das 17 horas, para o Cemitério de Itacorubi no setor dos religiosos jesuítas, pelos poucos amigos que tomaram conhecimento desse triste desenlace.

O incurável mal de que parecia passar a flagela-lo, com mais intensidade, apartir do corrente ano, ocasião em que o Padre Rohr deixou de viajar ou de comparecer a conferências. Ele próprio já sentia a doença avançar. Porém a partir de junho, obrigado a recolher-se em seus aposentos.

O valioso acervo que deixou de pesquisas, achados, ossos, crâneos, inscrições rupestres, itacoatiaras, pilões zoomorfos, fragmentos, discos, pontas, chunhas, fósseis, peças de animais extintos, que se encontra no Colégio Catarinense, passa à responsabilidade guarda do Padre Paulo, Diretor do Colégio Catarinense, que convocou e pediu a vinda do Padre Inácio Schmidt, de São Leopoldo, arqueólogo da Unisinos, autoridade reconhecida no mundo inteiro, íntimo amigo do Padre Rohr, que haverá de decidir sobre o destino do precioso acervo, depois de ouvir as autoridades estaduais, a Universidade, os arqueólogos, e o Instituto Histórico do qual o Padre Rohr, alias, era ilustre consorciado, desde 1965.

Desde que veio para Florianópolis, em 1941, Padre — Rohr passou a dividir seu tempo entre o magistério e as pesquisas arqueológicas, encontrando, ainda, tempo para instalar um dos mais notáveis e ricos orquidários de Santa Catarina.

Grças ao notável, exaustivo e persistente trabalho que o Padre Rohr desenrolou

Rohr se voltaram para a Arqueologia. Na condição de responsável por um grande acervo museológico, que havia sido pouco antes ampliado com a aquisição da coleção Berenhauzer, Padre Rohr foi cientificado do achado de ossadas humanas na ponta de Caiaçanga-Mirim, por operários que estavam a serviço da Base Aérea. Logo se dispôs a realizar uma visita ao local e a seguir se propôs a tarefa de salvamento do que era na realidade um pequeno cemitério indígena. A repressão do trabalho que então realizou foi grande. Cerca de 40 sepultamentos foram resgatados, num esforço que durou quase todo o ano de 1958. Como consequência disto, a Botânica perdeu um entusiasta para um campo novo, pouco cultivado, qual seja a Arqueologia. E foi nessa área que Padre Rohr se afirmou como pesquisador e cientista, tendo seu nome obtido reconhecimento das maiores autoridades da Arqueologia no país e do exterior.

A importância do trabalho realizado pelo Padre Rohr é enorme. Primeiro, porque ao iniciar seus trabalhos de investigação certamente teve de enfrentar dificuldades junto de sua Ordem Religiosa. À época, os estudos sobre evolução humana não eram facilmente aceitos pela Igreja, apesar da divulgação das teses do Padre Teilhard de Chardin. Em segundo lugar, porque a população do interior da Ilha, em maioria absoluta católica, também manifestava descrédito e desconfiança sobre as solicitações de informação e as escavações promovidas pelo Padre. Em Rio Vermelho, realizando em 62 um primeiro trabalho de pesquisa, obteve um depoimento sobre as escavações que fazia Padre Rohr num dos Sambaquis existentes, na praia do Moçambique: "este padre em lugar de batizar e rezar missas, vive cavando essas ossadas e ainda diz que não são dos tempo do dilúvio". A esses dois pontos, há que agregar a importância do trabalho de levantamento e preservação de sítios arqueológicos que de forma constante e extenuante realizou o Padre Rohr. Se mais não fizesse, isto já seria suficiente para o reconhecimento de seu valor. Efetivamente, Padre Rohr enfrentou não só a ignorância cabocla e a cupidescência empresarial para evitar a destruição dos sítios arqueológicos, em particular dos sambaquis. Enfrentou também a má vontade de

Arqueologia. Realizou uma dezena de cursos, objetivando superar suas limitações de autodidata. Publicou sistematicamente, divulgando todos seus achados e discutindo a relevância de métodos e técnicas de pesquisa e de conservação do material coletado. Articulou-se com a comunidade científica nacional e internacional, freqüentando congressos e reuniões científicas, mantendo ampla correspondência e recebendo arqueólogos profissionais e estudantes interessados em participar de suas investigações. Reivindicou ações das autoridades constituídas, denunciando o esbulho do patrimônio. Tornou-se um mestre, no sentido estrito do termo, e passou a ser reconhecido por seus pares como Arqueólogo. Isto deu-lhe oportunidade de receber um título e uma pequena subvenção mensal, ao obter a condição de Pesquisador Sênior do CNPq.

Bastante consciente das dificuldades enfrentadas pela Arqueologia no Brasil, destacou na entrevista acima referida, dois problemas: "primeiro, a destruição rápida dos sítios arqueológicos como postulado do progresso-hidroelétricas que submergem os sítios aos milhares; loteamentos indiscriminados; abertura de novas rodovias; lavouras mecanizadas... Segundo, falta de arqueólogos que tenham condições para fazer pesquisas..."

Fundador e Diretor do Museu do Homem do Sambaqui; autor de mais de 50 trabalhos publicados em revistas nacionais e internacionais; responsável pela escavação de dezenas de sítios arqueológicos, eis algumas das tarefas em que se empenhou com dedicação e muita fibra o Padre João Alfredo Rohr — um gaúcho de Lagoado, nascido em 1908. Um gaúcho que ingressou na Ordem de Santo Inácio e se descobriu cientista.

Espero que tanto empenho encontre seguidores, e que seu trabalho tenha continuidade. Espero que sempre recordemos o Padre Rohr pilotando sua moto ou seu jipe, no vai e vêm das pesquisas arqueológicas. Espero que tanto o homem como sua obra encontrem o mais amplo reconhecimento e valorização, tanto na Ordem de Santo Inácio, como entre a comunidade científica e a população da cidade que adotou.

discos, pontas, chunhas, fósseis, peças de animais extintos, que se encontra no Colégio Catarinense, passa à responsável guarda do Padre Paulo, Diretor do Colégio Catarinense, que convenceu e pediu a vinda do Padre Inácio Schmidt, de São Leopoldo, arqueólogo da Unisinos, autoridade reconhecida no mundo inteiro, íntimo amigo do Padre Rohr, que haverá de decidir sobre o destino do precioso acervo, depois de ouvir as autoridades estaduais, a Universidade, os arqueólogos, e o Instituto Histórico do qual o Padre Rohr, aliás, era ilustre consorciado, desde 1955.

Desde que veio para Florianópolis, em 1941, Padre Rohr passou a dividir seu tempo entre o magistério e as pesquisas arqueológicas, encontrando, ainda, tempo para instalar um dos mais notáveis e ricos orçadários de Santa Catarina.

Graças ao notável, exaustivo e persistente trabalho que o Padre Rohr desenrola



veu em nosso Estado, nesses últimos 40 anos, os estudos contam com poderosos elementos recolhidos das escavações e dos sambaquis.

Para desvendar os muitos mistérios que pairam sobre os povos primitivos, que aqui habitaram, Padre Rohr pesquisou com profundidade não se podendo avaliar, ao certo, até onde chegou, nem até onde seu trabalho pode conduzir.

Sabe-se que dos sambaquis, tão ardorosamente defendidos, recolheu os mais variados instrumentos de trabalho, de serviço, de guerra, utensílios, todos modelados em duríssimas pedras, com superfície alisada, em forma de machado, martelos, pilões, animais (passaros, peixes ou tartarugas), etc.

Afirmava Padre Rohr que a localidade da Tapera e as praias de contorno de nossa Ilha constituíram, nos primitivos tempos, vastos acampamentos indígenas. Padre Rohr guarda em seu museu etnográfico, no Cole-

gio Catarinense, a prova material de um homicídio, perpetrado pelo homem pré-histórico, aqui dentro da nossa Ilha de Santa Catarina. Numa pequena caixa de madeira encontram-se os restos e a ossada recolhidas de um cemitério indígena, onde uma pessoa, do sexo masculino, teve o crânio varado por uma flecha. Pela sua localização verifica-se que foi mortal. O tempo não foi suficiente para separar a fecha do crânio, comprovando a materialidade de um homicídio pré-histórico.

Padre Rohr iniciou seus estudos arqueológicos como curioso e interessado no assunto. Pesquisou por vocação. Esse meritório trabalho é reconhecido pela cultura catarinense que muito lhe deve pelas descobertas, que abrem horizontes aos naturalistas, paleontólogos e arqueólogos.

Padre Rohr haverá de ser sempre considerado o pai da arqueologia catarinense.

O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, que tem por objetivo

pesquisar a história, a geografia, a etnografia e a arqueologia, perde a mais expressiva autoridade no assunto.

Se algum dia o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina entender de instituir um prêmio para incentivar o melhor trabalho publicado, no ano, em Santa Catarina, sobre arqueologia, certamente haverá de denominá-lo "Prêmio Padre João Alfredo Rohr S.J.", assim como já o fez com o "Prêmio Almirante Lucas Alexandre Boiteux" para História e com o "General José Vieira da Rosa", para a produção científica no campo da Geografia.

Por hora, cumpre alertar, que o acervo deixado e patrimônio da humanidade e como tal, deve merecer, de todos nós, e especialmente das autoridades, a maior atenção para a sua preservação e conservação.

Não temos dúvidas que, no futuro nos cobrará!

Paschoal Apostolo Pitsico





PARECERES

CÂMARA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

Homenagem ao cientista Pe. João Alfredo Rohr.

Na Sessão Plenária do dia 15 de agosto, foi aprovada proposição do Conselheiro Theobaldo Costa Jamundá, no sentido de ser dado a um dos logradouros de Florianópolis o nome do eminente cientista Pe. João Alfredo Rohr, ex-presidente deste órgão, recentemente falecido.

Assim o Senhor Conselheiro justificou a proposta:

"A homenagem tem fundamento no reconhecimento que é devido ao lembrado homem pelo trabalho que ofereceu, continuamente, à comunidade catarinense por mais de quarenta anos. E bem exatamente como educador (Colégio Ca-

tarinense) e como pesquisador (Área de pré-História) e tudo com caráter de profissional modelar.

Pe. Rohr nasceu em Lageado, RS. Porém deu a sua existência de 42 anos, dos 76 que viveu, à comunidade catarinense.

Os estudos sobre a pré-História (Área dos Sambaquis) acharam nele o especialista; a legislação de preservação de bens culturais pré-históricos achou nele o aplicador; as comunicações científicas sobre a pré-História em Santa Catarina acharam nele o seu escritor".

O Conselho Estadual de Cultura encaminhou ofício ao Presidente da Câmara de Vereadores da Capital, dando conhecimento da solicitação.

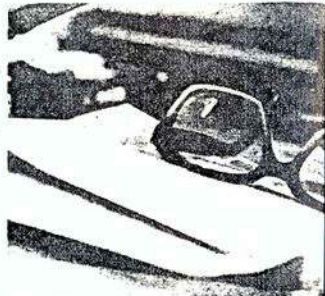
Ficou ainda deliberado que o CEC promovesse, no próximo mês, um Painele sobre a vida e a obra do Pe. Rohr.

Rohr: Um patrimônio

A antiga e funcional máquina de escrever da marca "Hoepcke", daquelas que tem tecla para os réis (Re), está no mesmo lugar, sobre uma mesa guarnecida com toalha branca, de plástico, com alguns rasgos. Ao lado ele deixou seu óculos e grossas lentes, misturado a várias pastas, canetas, penas para identificar as peças, um velho abajur, uma pilha de cartas para abrir e responder, colas diversas para recomposição de crânios e uma peça arqueológica rara — um milenar batedor de pedra em forma oval — já identificada como originária de antigas civilizações que habitaram a região de Jaguaruna, no Sul do Estado.

Na dependência ao lado fica o quarto de dormir, com uma cama rústica e pobre, um colchão muito fino e duro para atenuar o reumatismo, lençol e coberta arrumados, tudo muito singelo, como o simplório guarda-roupa abarrotado de calças puidas e capotes escuros que o confundiam com personagens de livros de espionagem. O único luxo que distoia no ambiente desprovido de qualquer conforto é um aparelho de ar condicionado, que aceitou sua instalação após alguma resistência. Na pequena cozinha se sabe que o cardápio que ele mesmo preparava não era dos melhores, e a presença do açúcar era proibida. Compensava com frutas. Atrás das rústicas roupas que vestia, daquele inseparável chale xadrezado que usava no inverno e do longo abrigo de um tergal azul escuro, se escondia uma pessoa afável, muito metódica e organizada, aparentemente nervosa e impaciente para quem não o conhecia, e que gostava da solidão. Assim é que preferiu sempre morar sozinho, junto com seus papéis, crânios e túmulos mortuários num casarão nos fundos do Colégio Catarinense.

São estas algumas das muitas lembranças que o Padre João Alfredo Rohr deixou para estudantes, funcionários e muitos cientistas que o procuravam no seu aposento-laboratório-museu no Colégio Catarinense. O Padre Rohr morreu silenciosamente na noite de sábado e foi sepultado domingo, sem que estivessem presentes, na última homenagem



O Padre Rohr partiu em silêncio, mas d

nos fundos do Colégio Catarinense. Aí mantinha reencontros com a Botânica, sua especialidade inicial, substituída mas não desprezada quando optou pela Arqueologia. Dormia cedo mas não deixava de se inteirar do que acontecia fora de sua casa, ouvindo rádio. Não perdia as alocações de Dom Vicente Scherer, numa rádio de Porto Alegre. Seu cão de guarda era uma pistola automática Braunig, que chegou a disparar uma vez quando percebeu que alguém estava tentando arrombar a porta. A mesma arma ele levava consigo nas viagens pelo interior e algumas vezes pôs em debandada caçambas e caminhões que estavam levando material dos sambaquis.

"Mais do que medo de que alguém roubasse, ele temia que alguma peça fosse quebrada", lembra seu assistente, que o conheceu ainda quando criança numa pesquisa que o Padre fez em Urussanga. Seu humor era diferente, um pouco brusco, mas tinha seus momentos de lazer com a leitura. Rodrigo não sabe onde ele escondeu ou guardou alguns livros de José de Alencar, de quem adorava o romance "Iracema". Ultimamente ele rezava missa para si mesmo, todo paramentado, e não revelava mais as fotos que ele mesmo tirava dos sambaquis. Encobriu seu laboratório com jornais velhos, mandou colocar grades de ferro em todas as janelas e deixou

quer conforto e um aparelho de condicionacion, que acceitou sua installação após alguma resistência. Na pequena cozinha se sabe que o cardápio que ele mesmo preparava não era dos melhores, e a presença do açúcar era proibida. Compensava com frutas. Atrás das rústicas roupas que vestia, daquelles inseparável chale xadrezado que usava no inverno e do longo abrigo de um tergal azul escuro, se escondia uma pessoa afável, muito metódica e organizada, aparentemente nervosa e impaciente para quem não o conhecia, e que gostava da solidão. Assim é que preferiu sempre morar sozinho, junto com seus papéis, crânios e túmulos mortuários num casarão nos fundos do Colégio Catarinense.

São estas algumas das muitas lembranças que o Padre João Alfredo Rohr deixou para estudantes, funcionários e muitos cientistas que o procuravam no seu aposento-laboratório-museu no Colégio Catarinense. O Padre Rohr morreu silenciosamente na noite de sábado e foi sepultado domingo, sem que estivessem presentes, na última homenagem, centenas de amigos. Ao contrário de sua vida, seu enterro foi muito discreto, prestigiado por alguns botânicos, antropólogos e religiosos, todos surpresos com a morte. Há quatro anos e meio ele contraiu câncer na próstata, mas foi só nos últimos seis meses que a doença começou a se manifestar mais severamente, mas isso não impediu que até o início da semana passada ele trabalhasse. Prementindo o fim, ele transmittiu a seu mais fiel ajudante, o estudante de História da UFSC Rodrigo Lavina, de 22 anos, as tarefas que estavam necessitando um complemento. No começo da semana passada ele se empenhou avidamente, na sua inseparável "Hoecke", no preparo de um amplo documento sobre todos os sítios arqueológicos de Santa Catarina. Não conseguiu acabar o serviço e ontem de manhã, muito doado, seu auxiliares estava continuando a obra.

UMA VIDA SIMPLES

Mais que ninguém, Rodrigo Lavina conhecia intimamente o Padre Rohr. Seus gostos, mágoas e estilo de vida. Acordava habitualmente às 3 horas da manhã e já começava a trabalhar na reconstituição de crânios encontrados por ele recentemente no sambaqui de Belmânia, em Imbituba. Para dietar o cansaço, que sobrevinha na metade da manhã, se transferia para o orgânico.

fora de sua casa, ouvindo rádio. Não perdia as alocuções de Dom Vicente Scherer, numa rádio de Porto Alegre. Seu cão de guarda era uma pistola automática Brauning, que chegou a disparar uma vez quando percebeu que alguém estava tentando arrombar a porta. A mesma arma ele levava consigo nas viagens pelo interior e algumas vezes pôs em debandada caçambas e caminhões que estavam levando material dos sambaquis.

"Mais do que medo de que alguém roubasse, ele temia que alguma peça fosse quebrada", lembra seu assistente, que o conheceu ainda quando criança numa pesquisa que o Padre fez em Urussanga. Seu humor era diferente, um pouco brusco, mas tinha seus momentos de lazer com a leitura. Rodrigo não sabe onde ele escondeu ou guardou alguns livros de José de Alencar, de quem adorava o romance "Iracema". Ultimamente ele rezava missa para si mesmo, todo paramentado, e não revelava mais as fotos que ele mesmo tirava dos sambaquis. Encobriu seu laboratório com jornais velhos, mandou colocar grades de ferro em todas as janelas e deixou tudo arrumado, menos a volumosa correspondência, de todas as partes do País e algumas do Exterior, principalmente museus e institutos de pesquisa, que mantinha contatos frequentes. Uma das últimas pessoas a visitá-lo foi a cientista Mía Pereira, do Museu do Homem de Paris. Os dois vinham fazendo uma pesquisa da qual toda a comunidade científica tinha interesse: descobrir a origem ou que doenças afetavam os povos primitivos a partir da análise das ossadas.

Na sua casa-museu-laboratório estão guardados todos os resultados de pesquisas arqueológicas, além de intenso material químico para manutenção do museu, uma amostra geológica — paliza para qual não encontram tempo para se dedicar mais profundamente — e centenas de crânios de diferentes sambaquis. Seu assistente, que quer ser arqueólogo no futuro, garante que o Padre Rohr morreu com uma mágoa: a continua destruição dos sítios arqueológicos existentes em Santa Catarina, especialmente os de Laguna e Jaguarina. Morreu curioso para saber os resultados das análises pedidas por um conceituado instituto de pesquisas arqueológicas da Hungria, que lhe pediu ossadas de sepultamentos do sambaqui da Tapera, em Florianópolis.

Obstinado, idealista, muito visionário ou sonhador, ele descobriu que o

ônio como herança



as deixou suas marcas.

"homo-sapiens" já andava por aqui há 8.640 anos. Seguem-se outras descobertas, como os esqueletos de uma tribo pré-colombiana (9500 anos) e o homem da tapera (1.500 anos) que junto com centenas de outras formaram o incalculável acervo do Museu do Homem do Sambaqui, que é um dos locais mais visitados no Colégio Catarinense.

O Padre João Alfredo Rohr nasceu em Lageado, no Rio Grande do Sul, em setembro de 1908, de uma família numerosa e extremamente religiosa. Em 1927 entrou para a Companhia de Jesus e tinha 57 anos de vida religiosa. Foi

ordenado padre em novembro de 1939 e em 1942 veio para Florianópolis, tornando-se professor de Química, Biologia e Física. Em 1946 se tornou diretor do Colégio Catarinense, ficando no cargo até 1953. Lecionou só até 1964, para ter mais tempo de pesquisa, estudos arqueológicos e botânicos. Era credenciado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e suas várias pesquisas eram financiadas pelo CNPq. O reitor da Comunidade Religiosa dos Jesuítas, Padre Guido Aloys Johannes Kuhn, não tem ainda uma decisão — que não depende dele, mas da Província sobre o destino ou continuação da obra do Padre Rohr, embora o desejo geral seja de que tudo seja preservado. De certa forma há garantias disto: o Instituto Anchieta de Pesquisas, que funciona anexo à Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em São Leopoldo, e que pertence aos jesuítas, tem interesse em usar o museu para estudos e pesquisas. A UFSC também tem grande interesse, mas não se discutiu mais definitivamente a questão. Mas é da UFSC que ele teve uma última e generosa lembrança. Foi na semana passada que ele relutou em deixar que o Museu de Antropologia o homenageasse com o nome de uma dependência onde estão peças arqueológicas diversas. Modesto, resistiu muito, mas afinal aceitou. Foi uma rara concessão.



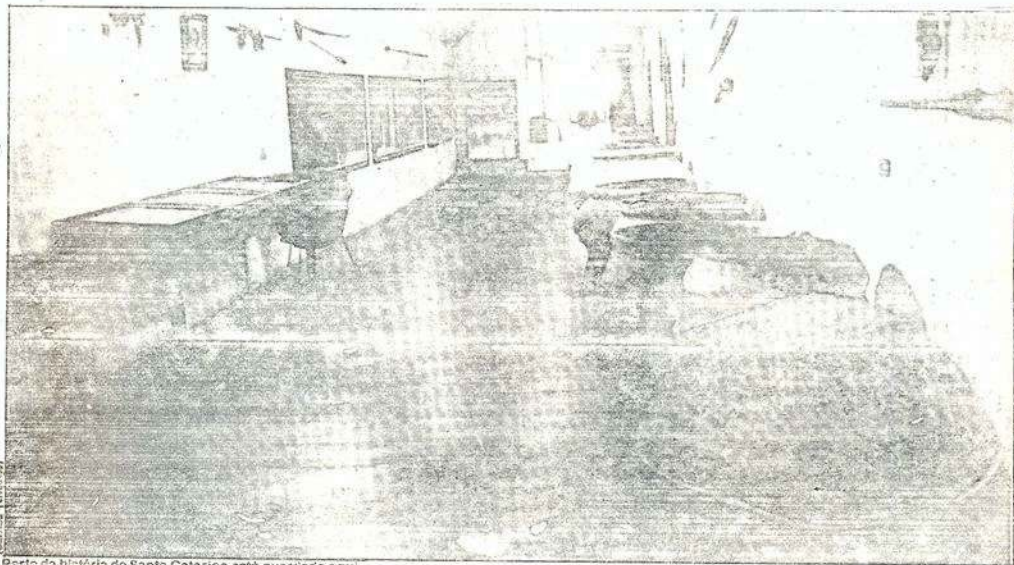


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL



CERTIDÃO

Em cumprimento ao despacho



Parte da história de Santa Catarina está guardada aqui.

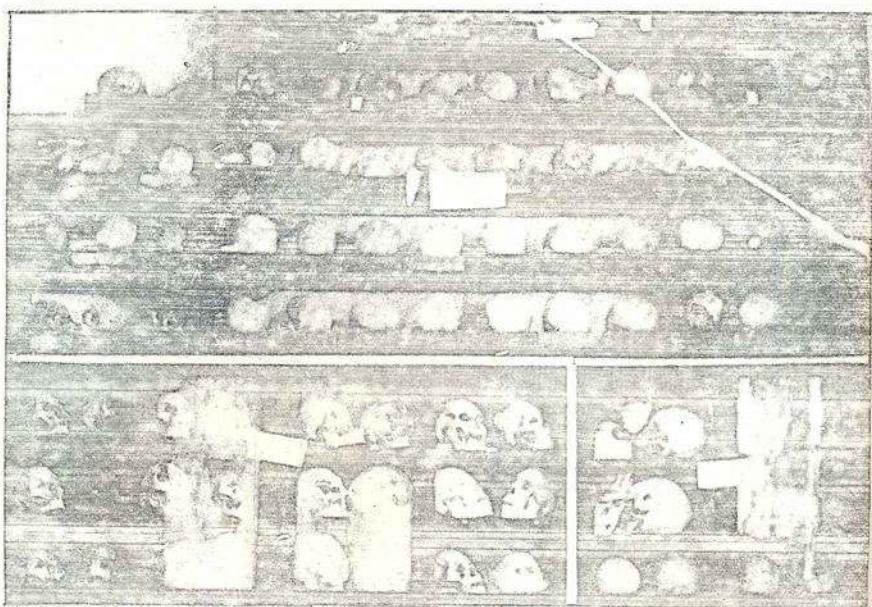
O Museu do Sambaqui não será transferido

O reitor da Comunidade Religiosa de Jesuítas, Guido Aloys Johannes Kuhn, garantiu que o Museu do Homem de Sambaqui não será transferido do Colégio Catarinense para o Instituto Anchieta de Pesquisas, que funciona anexo

a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em São Leopoldo — RS. A notícia de uma possível transferência — agora com a morte do seu fundador e responsável, padre João Alfredo Rohr — alarmou botânicos, antropólogos, estudantes

e apreciadores do museu, que abriga várias pesquisas arqueológicas e outras por concluir, além de muitos estudos, que provam que o "homo-sapiens" já andava pelo território catarinense há 8.640 anos. (Página 20).

Museu do Homem de Sa permanece em Santa C



No museu estão o esqueleto de uma tribo pré-colombiana...

Botânicos, antropólogos, estudantes e apreciadores do Museu do Homem de Sambaqui clamaram com a notícia de que este seria transferido — agora com a morte do seu fundador e responsável, padre João Alfredo Rohr — para o Instituto Anchieta de Pesquisas, que

está os maiores Sambaquis que se tem conhecimento.

HISTÓRIA DO HOMEM

Após reunir um considerável acervo arqueológico, o padre Rohr funda o Museu do Homem de Sambaqui, por volta de 1963 e onde atualmente está instalado; já na

animais como passarinhos, peixes e outros. Estão expostos ainda amoldadores e matrizes para transformação de pedra. Há igualmente objetos de adorno, pontas de flechas, encontrados pelo padre Rohr, na superfície e no mais profundo da terra, integrados ao meio ambiente.

no, do vale do Rio dos Sinos, em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, e pertencente aos jesuítas. Mas o reitor da Comunidade Religiosa dos Jesuítas, Guido Aloys Johannes Kuhn, garantiu que isto não vai acontecer e que o museu permanecerá onde está, no Colégio Catarinense. "Não tem fundamento", completa.

O padre João Alfredo Rohr, que morreu no dia 21 de julho, deixou o resultado de várias pesquisas arqueológicas e outras por concluir, além de muitos estudos, que provam que o "Homo Sapiens" já andava pelo território catarinense há 8.640 anos, portanto "antes da vinda de Cristo, da vinda de Cristóvão Colombo à América

funerárias estão expostas. Algumas lisas, outras com detalhes esboçados por espigas, pintadas e umas desenhadas com os dedos, da cultura guarani, encontradas no extremo oeste e litoral do Estado datados de 1.200 anos. Também do outro lado do corredor estão panelas e potes do planalto catarinense de dois a três mil anos atrás, como ainda várias pontas de flechas.

Uma peça rara mostrando que os homens primitivos não eram muito pacíficos está na entrada da ampla sala. É uma vértebra humana perfurada por uma flecha que data de 1.500 anos, encontrada pelo padre Rohr em suas escavações na Base Aérea de Florianópolis.

quatro crianças, onde se observa que de acordo com a cultura, elas eram enterradas com uma terra ocre vermelha e um colar de conchas em volta. Estes esqueletos foram encontrados na praia de Laranjeira e têm 3.500 anos.

MUITA PESQUISA

O padre João Alfredo Rohr, conforme informa o padre Guido Aloys Johannes Kuhn, ao vir do Rio Grande do Sul, inicialmente trabalhou como professor de Química e Biologia no Colégio Catarinense. Em seguida dedicou-se à Botânica e, após ser diretor e reitor do colégio, de 1945 a 1953, passou a dedicar seu tempo unicamente às pesquisas arqueológicas. Esta atração começou quando ele



No museu estão o esquálido de uma tribo pré-colombiana...

Botânicos, antropólogos, estudantes e apreciadores do Museu do Homem de Sambaqui clamaram-se com a notícia de que este seria transferido — agora com a morte do seu fundador e responsável, padre João Alfredo Rohr — para o Instituto Anchieta de Pesquisas, que

rina estão os maiores Sambaquis que se tem conhecimento.

HISTÓRIA DO HOMEM

Após reunir um considerável acervo arqueológico, o padre Rohr funda o Museu do Homem de Sambaqui, por volta de 1933 e onde atualmente está instalado; já na

animais como passarinhos, peixes e outros. Estão expostos ainda amoldadores e matrizes para transformação de pedra. Há igualmente objetos de adorno, pontas de flechas, encontrados pelo padre Rohr, na superfície e no mais profundo da terra, integrados ao meio ambiente.

na cidade do Rio dos Sinos, em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, e pertencente aos jesuítas. Mas o reitor da Comunidade Religiosa dos Jesuítas, Guido Aloys Johannes Kuhn, garantiu que isto não vai acontecer e que o museu permanecerá onde está, no Colégio Catarinense. "Não tem fundamento", completa.

O padre João Alfredo Rohr, que morreu no dia 21 de julho, deixou o resultado de várias pesquisas arqueológicas e outras por concluir, além de muitos estudos, que provam que o "Homo Sapiens" já andava pelo território catarinense há 8.640 anos, portanto "antes da vinda de Cristo, da vinda de Cristóvão Colombo à América do Sul e de Pedro Álvares Cabral ao Brasil", acrescenta o padre Guido.

No museu estão peças raríssimas, fruto de muita pesquisa e andanças do padre Rohr pelo interior do Estado; Laguna, Tubarão, Imaruí, às margens do rio Uruguai e interior da ilha de Florianópolis (Tapera e Base Aérea).

O museu está o esqueleto de uma tribo pré-colombiana (9.500 anos) e o homem da Tapera (1.500 anos), juntamente com contos de outros esqueletos e materiais utilizados por estas civilizações, consequência de quase 40 anos de pesquisas.

A sua mais importante descoberta foi confirmada em 1972, através de restos de fogueiras que encontrou em Itapiranga, fronteira com a Argentina e às margens do rio Uruguai, que indicaram que o homem primitivo já andava por lá há 8.640 anos. Padre Rohr também provou em seu trabalho, que em Santa Cata-

funerárias estão expostas. Algumas lisas, outras com detalhes esculpidos por espigas, pintadas e umas desenhadas com os dedos, da cultura guarani, encontradas no extremo oeste e litoral do Estado datados de 1.200 anos. Também do outro lado do corredor estão panelas e potes do planalto catarinense de dois a três mil anos atrás, como ainda várias pontas de flechas.

Uma peça rara mostrando que os homens primitivos não eram muito pacíficos está na entrada da ampla sala. É uma vértebra humana perfurada por uma flecha que data de 1.500 anos, encontrada pelo padre Rohr em suas escavações na Base Aérea de Florianópolis.

Também pode ser visto um esqueleto de adulto, com uma ponta de flecha na vértebra e duas no local do coração, recolhido na praia da Tapera, ao sul da ilha, em Florianópolis. As possibilidades de conservação destes esqueletos, segundo explicação de Rodrigo Lavina, que trabalhou durante dois anos com o padre Rohr e faz História na Universidade Federal de Santa Catarina, pretendendo se pós-graduar em Arqueologia, se deram por "o carvão e as conchas dos sambaquis preservam melhor do que as urnas, que são locais ácidos". De lá descoberta de esqueletos ainda intactos apesar de terem vários séculos.

Existem também peças que datam de 4.500 anos, encontradas no Pântano do Sul, praia também ao sul da ilha de Santa Catarina, associadas a restos funerários. São esculturas de capivaras, feitas com perfeição, podendo se identificar o formato de

quatro crianças, onde se observa que de acordo com a cultura, elas eram enterradas com uma terra ocre vermelha e um colar de conchas em volta. Estes esqueletos foram encontrados na praia de Laranjeira e têm 3.500 anos.

MUITA PESQUISA

O padre João Alfredo Rohr, conforme informa o padre Guido Aloys Johannes Kuhn, ao vir do Rio Grande do Sul, inicialmente trabalhou como professor de Química e Biologia no Colégio Catarinense. Em seguida dedicou-se à Botânica e, após ser diretor e reitor do colégio, de 1946 a 1953, passou a destinar seu tempo unicamente às pesquisas arqueológicas. Esta atração começou quando ele ainda se dedicava à Botânica,



...o homem da Tapera...

Imbaqui atarina

percorrendo a ilha de Florianópolis em busca de orquídeas e flores raras.

Nestas andanças descobriu sambaquis e junto deles toda a espécie de instrumentos, marcando a presença do homem primitivo. Começou a fazer escavações inicialmente numa praia localizada em terrenos da Base Aérea, onde, durante um considerável período, operários andaram quebrando caveiras de homens pré-históricos e enterrados na areia sob um lençol de conchas.

Quando o padre Rohr tomou conhecimento, só encontrou 10% de uma extensa e importante jazida paleoetnográfica, o restante foi destruído na exploração do areal.

Prosseguindo nas suas pesquisas, ele faz o levantamento toarqueológico de todo o Estado de 60 a 68, procedendo escavações importantes em Laguna, Tubarão, Imaruí e na Ilha de São Francisco. Depois, apoiado pelo Conselho Nacional de Pesquisas, trabalhou durante quatro anos e meio numa aldeia pré-histórica localizada na praia da Tapera, onde descobriu 172 sepulcros, 79 de crianças.

Em 68 fez pesquisas importantes nos sítios arqueológicos situados às mar-

gins do município de Itapiranga, fez descoberta importante, quando descobriu carvão de fogueiras soterradas a oito metros de profundidade. Conforme contava, eram de pescadores pré-históricos que, após a pesca se reuniam para assar e comer o peixe.

Este carvão, resfriante da madeira usada para fazer a fogueira, foi remetido ao Museu Nacional de Washington, para datação, através de um processo que exige tecnologia avançada e que até há pouco tempo só era possível nos Estados Unidos. Foi então constatado que a descoberta do padre Rohr possui 8.040 anos.

DESTRUIÇÃO

Mas o padre Rohr morreu



...alem de materiais utilizados por estas civilizações.

fábricas de cal, várias impedidas por ele, com o apoio do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — SPHAN, de prosseguir nessa devastação, principalmente no sul do Estado Laguna e Jaguaruna. Também muitos destruídos por particulares e pelas próprias prefeituras,

tano de Pesquisas e esteve realizando levantamentos no interior de Goiás e Bahia, segundo o padre Guido, onde encontrou através de ossadas, sinais da presença do homem pré-histórico com 28 mil anos no interior deste último Estado e de 35 mil anos no interior do Piauí.

...faziam curules para compor as estradas. Muitas das coisas que fez, conta Rodrigo Lavina, que muito acompanhou o pesquisador, ficaram "rolando nos tribunais".

Um dos últimos trabalhos que realizou, segundo o padre Guido, foi o mapeamento dos sítios arqueológicos no Estado, desde o litoral até Itapiranga. Como sub-secretário da SPHAN, e representada por Santa Catarina, ele tinha a missão de zelar e conservar especialmente os sítios do Sambaqui.

Informa que o padre Inácio Schmitz, arqueólogo da Unisinos, que fazia pesquisas com o padre Rohr, dará continuidade ao trabalho. Ele

...cimentou as suas doutrinas já em março de 60, com o reitor da comunidade, mas antes que ele se agravasse fez vários registros e levantamentos, e suas últimas andanças foram por Caçador e Campos Novos, em busca de sítios arqueológicos.

Muitos cientistas e arqueólogos internacionais e nacionais o procuravam constantemente e sua correspondência era volumosa, principalmente de museus e institutos de pesquisa, que mantinha contatos frequentes. Uma das últimas pessoas a trabalhar com ele, foi a cientista Mia Pereira, do Museu do Homem de Paris. Os dois vinham fazendo uma pesqui-

enotografia, o restante foi destruído na exploração do areal.

Proseguindo nas suas pesquisas, ele faz o levantamento arqueológico do todo o Estado do GO a 68, procedendo escavações importantes em Laguna, Tubarão, Imauí e na Ilha de São Francisco. Depois, apoiado pelo Conselho Nacional de Pesquisas, trabalhou durante quatro anos e meio numa aldeia pré-histórica localizada na praia da Tapera, onde descobriu 172 sepultamentos, 79 de crianças.

Em 68 fez pesquisas importantes nos sítios arqueológicos situados às mar-

municipio e Itapiranga, fez descoberta importante, quando recolheu carvão de fogueiras soterradas a oito metros de profundidade. Conforme contava, eram de pescadores pré-históricos que, após a pesca se reuniam para assar e comer o peixe.

Este carvão, resultante da madeira usada para fazer a fogueira, foi remetido ao Museu Nacional de Washington, para datação, através de um processo que exige tecnologia avançada e que até há pouco tempo só era possível nos Estados Unidos. Foi então constatado que a descoberta do padre Rohr possui 8.640 anos.

DESTRUIÇÃO

Mas o padre Rohr morreu com a tristeza de ver a destruição dos sambaquis pelas



...alem de materiais utilizados por estas civilizações.

fábricas de cal, várias impedidas por ele, com o apoio do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — SPHAN, de prosseguir nessa devastação, principalmente no sul do Estado Laguna e Jaguaruna. Também muitos destruídos por particulares e pelas próprias prefeituras,

faziam copias para compor as entradas. Muitas das denúncias que fez, conta Rodrigo Lavina, que muito acompanhou o pesquisador, ficaram "rolando nos tribunais".

Um dos últimos trabalhos que realizou, segundo o padre Guido, foi o mapeamento dos sítios arqueológicos no Estado, desde o litoral até Itapiranga. Como sub-secretário da SPHAN, e representada por Santa Catarina, ele tinha a missão de zelar e conservar especialmente os sítios do Sambaqui.

Informa que o padre Inácio Schmitz, arqueólogo da Unisinos, que fazia pesquisas com o padre Rohr, dará continuidade a esta obra. Ele é diretor do Instituto Anchi-

tano de Pesquisas e esteve realizando levantamentos no interior de Goiás e Bahia, segundo o padre Guido, onde encontrou através de ossadas, sinais da presença do homem pré-histórico com 28 mil anos no interior deste último Estado e de 35 mil anos no interior do Piauí.

Alimento de sua doença já em março de 68, conta o reitor da comunidade, mas antes que ela se agravasse fez vários registros e levantamentos, e suas últimas andanças foram por Caçador e Campos Novos, em busca de sítios arqueológicos.

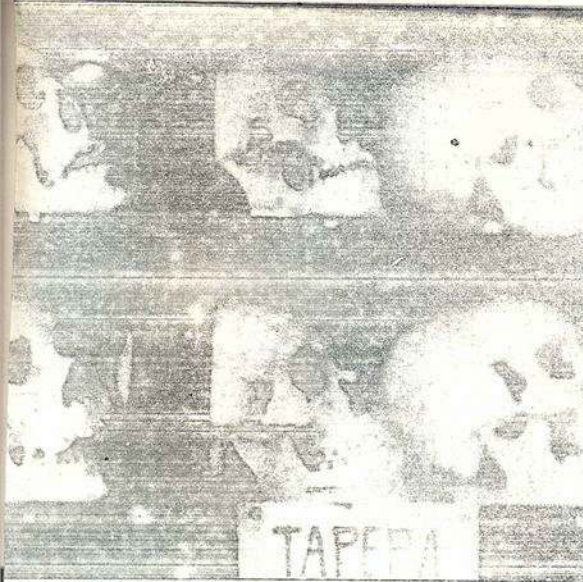
Muitos cientistas e arqueólogos internacionais e nacionais o procuravam constantemente e sua correspondência era volumosa, principalmente de museus e institutos de pesquisa, que mantinha contatos frequentes. Uma das últimas pessoas a trabalhar com ele, foi a cientista Mia Pereira, do Museu do Homem de Paris. Os dois vinham fazendo uma pesquisa de interesse da comunidade científica, para descobrir a origem ou que doenças afetavam os povos primitivos, a partir da análise das ossadas.

TRANSFERÊNCIA

Recentemente, o padre Inácio Schmitz esteve em Florianópolis para organizar a transferência das diversas ossadas e esqueletos ainda intactos, que estavam no pequeno casarão do colégio, para o museu. Muitos deles estavam ainda ali, para serem colados ou para estudos. Neste mesmo casarão padre Rohr morou durante todos os anos.

Preferiu o isolamento entre crânios e esqueletos, com muitos papéis e livros, a ir para uma nova casa, construída recentemente. Lá ele passava o tempo com suas pesquisas e numa cama simples encontrava o repouso, quando o cansaço era mais forte.

Este pequeno casarão será destruído, já que perdeu sua finalidade e toda a obra que o padre Rohr deixou já foi transferida para o museu.







SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Of.nº 100/84

Em 02 de Outubro de 1984

Do Coordenação do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA.

Ao Dr. Regina Coeli Pinheiro da Silva

Assunto Tombamento da Coleção do Padre João Alfredo Rohr

Prezada colega

Atendendo à consulta de V.Sª, relativa à oportunidade de ser tom
bado o acervo arqueológico reunido pelo Padre João Alfredo Rohr
ao longo de toda sua vida, aprovamos no sentido de que não é só
oportuno como imperativo que esse tombamento seja realizado. Tal
material representa a mais antiga coleção arqueológica do Estado
de Santa Catarina, e a mais rica também, sendo de todo interesse
estender-lhe a proteção legal do tombamento.

Os que subscrevem este ofício, Yara Ataíde, arqueóloga, Maria Hil
da Paraíso, antropóloga e coordenadora do Museu de Arqueologia e
Etnologia da UFBA, e Pedro Agostinho da Silva, antropólogo, conhe
cem a referida coleção, os dois últimos discretamente, e a pri_
meira através de bibliografia e de documentação fotográfica, sen
do unânimes em reconhecer o seu alto valor.

À disposição para qualquer esclarecimento complementar,

Atenciosamente

Yara Ataíde

Yara Ataíde

Maria Hilda Paraíso

Maria Hilda Paraíso

Pedro Agostinho da Silva

Pedro Agostinho da Silva



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
GABINETE DO REITOR



Ofício nº 080/PRPE/84

Florianópolis, 03 de outubro de 1984.

Do Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão

Ao Sr. Sub-Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico
Nacional - Dr. IRAPOAN CAVALCANTE DE LYRA

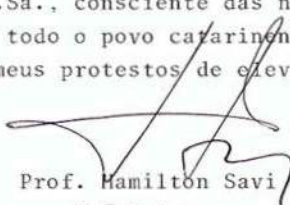
Recentemente perdeu a comunidade catarinense um de seus grandes arqueólogos, mais precisamente o Padre JOÃO ALFREDO ROHR, o qual mantinha o seu tradicional museu arqueológico.

É desejo desta Universidade e da comunidade catarinense, que o referido museu permaneça em nossa terra, pois além de ser formado por estudos realizados em Santa Catarina, serve de campo de pesquisa e de estudos face a excelente matéria prima que o compõe.

Fundamental a permanência do mesmo em nossa cidade, já que deve permanecer íntegro e aberto aos pesquisadores que poderão trazer novos elementos que venham a aumentá-lo e aperfeiçoá-lo dentro da arqueologia nacional e internacional.

Sua retirada de Santa Catarina ou mesmo da capital do Estado, onde está incrustada a Universidade Federal de Santa Catarina com seus técnicos e pesquisadores, seria, a meu modo de ver, um assalto ao desenvolvimento arqueológico desta terra e ainda, um desprestígio total ao desenvolvimento da ciência pela Universidade.

Esperando que V.Sa., consciente das necessidades locais possa tomar a decisão que todo o povo catarinense aguarda, colho do ensejo para reafirmar meus protestos de elevada estima e profundo apreço.


Prof. Hamilton Savi
Pró-Reitor



Av. Prof. Mello Moraes 1235
05508 São Paulo SP
Cx/P 8105
Tels. 011/212 4001, 211 0011 ramal 335

Exmo. Sr.
Prof. Traçoan Cavalcanti de Lyra
DD. Presidente do Pró-Memória SPHAN
Rua da Imprensa, 16 - 8º andar
Palácio da Cultura
20.000 Rio de Janeiro, RJ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA

Florianópolis, 8 de outubro de 1984.

Ilmo. Sr.

Prof. Hamilton Savi

Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão Universitária

Campus Universitário - Trindade

Representação
SPHAN
Prof. Hamilton Savi
Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão
UFSC
10/10/84

Senhor Pró-Reitor,

Cumpre-me informá-lo que no III^o Simpósio SulRioGrande de Arqueologia, realizado nos dias 6 e 7 do corrente na PUC de Porto Alegre, durante a apresentação de seu trabalho intitulado "Pesquisas e publicações do Padre João Alfredo Rohr", o arqueólogo Pe. Pedro Ignácio Schmitz fez as seguintes declarações referente ao acervo de Pe. Rohr:

1. que a UNISSINDOS está em fase de entendimento final junto ao SPHAN para transferência do acervo do Colégio Catarinense para o Rio Grande do Sul;
2. que está providenciando caixas de madeira para acondicionamento dos sepultamentos;
3. que na próxima 4.^a ou 5.^a feira estará em Florianópolis tratando do assunto.

Dadas as colocações desejamos cientificar V.S. para que sejam tomadas as devidas providências junto ao SPHAN.

Na certeza de que V.S. entenderá nossa preocupação e colocando à disposição para outros esclarecimentos, subscrevemo-nos

Atenciosamente,

Prof.^a Dra. Marielandi Goulart

Arqueóloga



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
GABINETE DO REITOR



Ofício nº 1147/GR/84

Florianópolis, 09 de outubro de 1984.

Dr. Regina Cechi
Opinau

Regina
18/10/84

Do Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina
Ao Sr. Sub-Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico
Nacional - Dr. IRAPOAN CAVALCANTE DE LYRA

Recentemente perdeu a comunidade catarinense um de seus grandes arqueólogos, mais precisamente o Padre JOÃO ALFREDO ROHR, o qual mantinha o seu tradicional museu arqueológico.

É desejo desta Universidade e da comunidade catarinense, que o referido museu permaneça em nossa terra, pois além de ser formado por estudos realizados em Santa Catarina, serve de campo de pesquisa e de estudos face a excelente matéria prima que o compõe.

Fundamental a permanência do mesmo em nossa cidade, já que deve permanecer íntegro e aberto aos pesquisadores que poderão trazer novos elementos que venham a aumentá-lo e aperfeiçoá-lo dentro da arqueologia nacional e internacional.

Sua retirada de Santa Catarina ou mesmo da capital do Estado, onde está incrustada à Universidade Federal de Santa Catarina com seus técnicos e pesquisadores, seria, a meu modo de ver, um assalto ao desenvolvimento arqueológico desta terra e ainda, um desprestígio total ao desenvolvimento da ciência pela Universidade.

Esperando que V.Sa., consciente das necessidades locais possa tomar a decisão que todo o povo catarinense aguarda, colho do ensejo para reafirmar meus protestos de elevada estima e profundo apreço.

Prof. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz
Reitor

SAB — SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA



Belém, 10 de outubro de 1984

Ilma. Sra.

Regina Coeli Pinheiro da Silva

Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Rua da Imprensa nº 16 - sala 604

20.030 - RIO DE JANEIRO - RJ

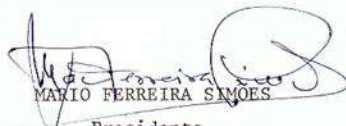
Prezada Senhora:

Cientes da existência de processo de tombamento da coleção do material arqueológico oriundo das pesquisas realizadas pelo Padre João Alfredo Rohr em Santa Catarina, processo esse transitando nessa Subsecretaria, vimos pe la presente endossar a proposição, considerando-a de importância nacional.

A referida coleção constitui-se de material de inestimável valor científico, reunindo importantes informações sobre a pré-história brasileira.

Assim sendo, ratificamos e louvamos a atitude da SPHAN, no sentido do reconhecimento do valor cultural da referida coleção, que reúne exemplares cujo estudo possibilitará a reconstituição da ocupação pré-histórica do Território Nacional.

Atenciosamente,


MÁRIO FERREIRA SIMÕES
Presidente



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Vitória, 10 de outubro de 1984



Srta.

Regina Coeli P. Silva

Setor de Arqueologia - SPHAN

Rio de Janeiro RJ

Prezada Chefe:

Tomamos conhecimento de que o Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tem intenção em tomba o acervo arqueológico coletado pelo saudoso mestre e amigo Pr. João Alfredo Rohr que se encontra devidamente cadastrado e estudado no Museu do Homem do Sambaqui na cidade de Florianópolis SC.

Na oportunidade gostaríamos que V.Sa. fizesse chegar ao conhecimento dos senhores Conselheiros do SPHAN o nosso total e irrestrito apoio à essa iniciativa pois trata-se de um acervo valiosíssimo além de reconhecer o valor do trabalho pioneiro e científico que o Pe. Rohr empreendeu com dedicação nesses últimos 25 anos que foram dedicados à pesquisa arqueológica.

Na oportunidade apresentamos nossas cordiais saudações.

Prof. Celso Perota.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E DO ESPORTE
COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL
MUSEU PARANAENSE



OF. Nº 206/84

Curitiba, 16 de Outubro de 1984.

Senhora Coordenadora

A respeito da coleção do Padre João Alfredo Rohr, ressaltamos a produção bibliográfica a respeito de Arqueologia especificamente no RS/SC publicada no período de 1950 à 1981. A referida coleção trás em si contribuição valiosíssima para o estudo e compreensão da Prê-História do Sul do Brasil.

Sugere-se, portanto, que seja efetuada pelo Setor de Arqueologia do SPHAN, o levantamento substancial da coleção, e as suas implicações com referência aos legítimos possuidores, como também o tombamento a nível Nacional, vinculação da coleção as Instituições de Arqueologia de S/C., para efetivar a permanência da referida coleção no estado de S/C.

Atenciosamnete


MIGUEL GAISSLER
DIRETOR

ILMA. SRA.
REGINA COELI
SETOR DE ARQUEOLOGIA
SPHAN RIO DE JANEIRO - RJ.



MANIFESTO DO SETOR DE ARQUEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
MUSEU NACIONAL-UFRJ

Num momento histórico em que se encontra latente uma política de proteção das raízes culturais do nosso país, todo esforço deve ser dirigido na preservação da memória incansável do patrimônio nacional.

O Setor de Arqueologia do Museu Nacional-UFRJ não pode se omitir diante da vulnerabilidade de uma das mais importantes coleções arqueológicas brasileiras.

Gostaríamos de manifestar a nossa posição, junto a SPHAN, para que o acervo resultante da luta contínua do nosso querido companheiro Padre João Alfredo Rohr deva ser conservado dentro de sua integridade no espaço que lhe foi concedido. Trata-se de uma herança da União, que deve permanecer no seu Estado de origem.

Marcia da Conceição de Moraes Brito Beltrão



A Aguiete Dora Alcantara

Pano ao Setor de Tombamentos
o processo relativo à Colônia Aqueductice
João Alfredo Rohr, encaminhado
pelo Setor de Aqueductice para efeitos
de Tombamentos. Conforme as
informações desse processo, a referida
colônia corre risco de desmembramento
e deslocamento para outro estado,
razão pela qual pede a maior
brevidade possível no encaminhamento
do caso.

Antônio.

DEC. 24/10/84



INFORMAÇÃO Nº 133/84

Assunto: Pedido de tombamento - Coleção Arqueológica João Alfredo Rohr - Florianópolis, Santa Catarina.

Senhor Diretor da DTC:

O Setor de Tombamento desta DTC/SPHAN tem acompanhado a evolução do processo nº 1.129-T-84, organizado pelo Setor de Arqueologia, motivo pelo qual nos é possível encaminhá-lo com a brevidade solicitada e que, de fato, a matéria requer.

Parece-nos dispensável encarecer o valor da coleção, ou a propriedade da a plicação do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, para melhor preservação e dévida utilização da mesma. Os inúmeros depoimentos de especialis-tas são bastante eloquentes; o tombamento será o reconhecimento oficial desse valor. Será, também, como chama a atenção o Diretor da 10a. DR, um ins-trumento da "proteção institucionalizada", que garantirá "à SPHAN o livre acesso para conhecimento, inventário, cadastramento e preservação daquele patrimônio histórico". E, como adverte a Arqueóloga responsável pelo Setor, a medida que impedirá o desmembramento do conjunto e consequentemente "frag-mentação da sequência de dados culturais"; o que também, de certa forma, o correria com a sua remoção do Estado de Santa Catarina, onde esta coleção se insere no conjunto mais amplo dos testemunhos das culturas pré-históricas da quele Estado, que se tem revelado rico nesses valores patrimoniais.

Ainda que o arrolamento das peças esteja incompleto, o tombamento poderá, a nosso ver, referir-se à coleção como um todo, devendo vir a integrar este processo os novos resultados do inventário em andamento, como explicitação mais detalhada do objeto do mesmo.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1984

DORA M. S. DE ALCÂNTARA
Coordenadora do Setor de Tombamento da DTC/SPHAN

Pe. Rohr - a devoção arqueológica

L. de Castro Faria



Pe. Rohr não foi apenas um arqueólogo, no sentido usual do termo. Não realizava pesquisas de campo para satisfazer obrigações acadêmicas; não trabalhava em arqueologia para manter emprego ou assegurar promoções; não publicava para conquistar renome, ou assegurar presença em congressos; não organizava coleções para exibí-las com estardalhaço.

Devotou-se à arqueologia - e quase exclusivamente à arqueologia do litoral de Santa Catarina - por que a sua arqueologia foi sobretudo uma prática da arqueologia, um deslocamento intermitente mas sempre repetido, por todos os lugares daquela área nos quais se apresentassem vestígios de ocupação indígena antiga.

Em algumas dessas áreas ^{se}demorava-se o suficiente para realizar escavações conclusivas, com técnica adequada, anotação cuidadosa de dados estratigráficos, e sobretudo coleta de material para as coleções do seu Museu.

Essa sua prática arqueológica convertia-se em aprendizado fecundo - com a sua simplicidade e a pertinácia dos que se devotam honestamente ao saber, vencendo dificuldades fazendo descobertas, inovando.

A descrição das experiências que o levaram a descobrir a técnica de cimentação de esqueletos e transporte de blocos-testemunho (v. Normas para cimentação de enterramentos arqueológicos e montagem de blocos-testemunho).

tudo uma prática da arqueologia, um deslocamento intermitente mas sempre repetido, por todos os lugares daquela área nos quais se apresentassem vestígios de ocupação indígena antiga.

Em algumas dessas áreas acomodava-se o suficiente para realizar escavações conclusivas, com técnica adequada, anotação cuidadosa de dados estratigráficos, e sobretudo coleta de material para as coleções do seu Museu.

Essa sua prática arqueológica convertia-se em aprendizado fecundo - com a sua simplicidade e a pertinácia dos que se devotam honestamente ao saber, vencendo dificuldades fazendo descobertas, inovando. A descrição das experiências que o levaram a descobrir a técnica de cimentação de esqueletos e transporte de blocos-testemunho (v. Normas para cimentação de enterramentos arqueológicos e montagem de blocos-testemunha. Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, Manuais de Arqueologia Nº 3, 1970. U.F. Paraná) é um exemplo comovente de tenacidade esclarecida.

Foi a partir de 1960 que a atividade de investigação arqueológica de Pe. Rohr se intensificou - Sambaquis da Ilha de Santa Catarina, da Ilha de São Francisco do Sul, do litoral sul-catarinense A sua bibliografia fornece o roteiro de todos os caminhos percorridos. As coleções que faz, inclusive nos casos de arqueologia de salvamento, com todos os seus percalços, revelam zelo extremado nos aspectos documentais.

Um exemplo basta para evidenciar a sua preocupação em fazer registros exatos e transmitir-lhos com rigor. Nas escavações do sítio arqueológico do Pantano do Sul (v. O Sítio Arqueológico do Pântano do Sul -



S.C.-10.Santa Catarina,1977) teve a sorte de encontrar in situ ^{alguns} zoólitos. Ao descrevê-los juntamente com outros encontrados na mesma área por sítiantes, fornece dados importantes: quem encontrou, quando e em que condições. Os zoólitos são reunidos por que foram encontrados na mesma área, mas não são confundidos com os provenientes das próprias escavações.

Os materiais arqueológicos provenientes das ^{va}escavações realizadas pelo Pe. Rohr constituem hoje um patrimonio científico que não pode deixar de ser preservado em sua totalidade. Trata-se de um dos conjuntos mais representativos de pré-história regional do país.

O Estado de Santa Catarina, em cujo litoral se encontravam os mais imponentes sítios arqueológicos (Sambaquis) do Brasil, não teve infelizmente condições de preservá-los. Impõe-se agora que as coleções reunidas sejam a qualquer preço preservadas em condições de estudo, pois se tal não acontecer, a perda será total e irreparável.

É preciso lembrar que o Pe. Rohr, que foi um homem sereno e delicado - além da sua solitária e mansa prática arqueológica foi um colecionador de orquídeas - tornava-se aguerrido e indômito quando se tratava de fazer respeitar a legislação protetora dos sítios arqueológicos.

Em Santa Catarina, e sobretudo no litoral sul, os interesses econômicos, irmanados a interesses políticos locais, tornavam a simples invocação da lei 3.924 um risco não pequeno. A destruição de grandes

O Estado de Santa Catarina, em cujo litoral se encontravam os mais imponentes sítios arqueológicos (Sambaquis) do Brasil, não teve infelizmente condições de preservá-los. Impõe-se agora que as coleções reunidas sejam a qualquer preço preservadas em condições de estudo, pois se tal não acontecer, a perda será total e irreparável.

É preciso lembrar que o Pe. Rohr, que foi um homem sereno e delicado - além da sua solitária e mansa prática arqueológica foi um colecionador de orquídeas - tornava-se aguerrido e indômito quando se tratava de fazer respeitar a legislação protetora dos sítios arqueológicos.

Em Santa Catarina, e sobretudo no litoral sul, os interesses econômicos, irmanados a interesses políticos locais, tornavam a simples invocação da lei 3.924 um risco não pequeno. A destruição de grandes sambaquis, considerados pelos seus "prprietários" como simples depósitos de calcáreo (Laguna, p.exp.) representa uma perda definitiva e sem qualquer possibilidade de reparação. Não fosse a corajosa vigilância do Pe. Rohr e essa destruição ainda teria sido maior.

O Pe. Rohr, que consumiu a sua vida evitando destruição e construiu ele próprio um imenso patrimônio, não pode deixar de ter integralmente preservado o seu legado.

Em 29/10/84

Luiz de Castro Faria



Ass: Coleção Arqueológica João Alfredo
Rohr - em Florianópolis/SC

Senhor Subsecretário,

Estamos encaminhando o processo de tombamento da Coleção Arqueológica João Alfredo Rohr, com pareceres favoráveis emitidos pela Arqueóloga Responsável pelo Setor de Arqueologia, Regina Coeli Pinheiro da Silva, e pela Arquiteta Responsável pelo Setor de Tombamento, Dora Alcântara. Endossando as opiniões expressas nesses documentos, ressaltamos a necessidade urgente de uma apreciação do problema por parte do Conselho Consultivo. Trata-se de um acervo de suma importância para o estudo da pré-história da ocupação humana do extremo sul que, com o falecimento do seu organizador, corre o risco não só de um desmembramento, como também de transferência para outro Estado, perspectivas igualmente desastrosas para a preservação desse bem cultural.

Bru 26-10-84


Cyro Correa Lyra
DTC/SPHAN

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SECRETARIA DA CULTURA

SUBSECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL



Processo nº 1.129-T-84

SPHAN/DTC

DRD/Arquivo

1. De acordo com o parecer do Sr. Diretor de Tombamento e Conservação.
2. Notifique-se, em conformidade e para os fins do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

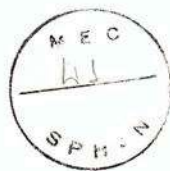
Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1984

IRAPOAN CAVALCANTI DE LYRA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SUBSECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL



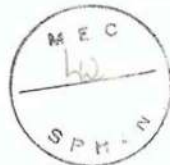
Processo nº 1.129-T-84

A consideração do Senhor Secretário da Cultura.

Em, 31.10.84

Irapoan Cavalcanti de Lyra

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DA CULTURA

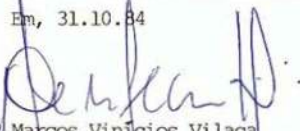


Processo nº 1.129-T-84

Ao Conselho Consultivo.

Relator a Conselheira Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão.

Em, 31.10.84


p Marcos Vinícios Vilça
Secretário da Cultura



SERVICO PÚBLICO FEDERAL
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DA CULTURA

NOTIFICAÇÃO Nº 1256

Em 14.11.84

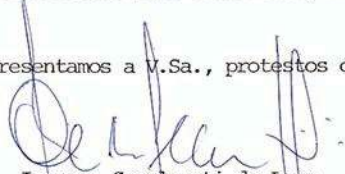
Do Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ao Diretor do Museu Arqueológico e Oceanográfico do Balneário
de Camboriú
Assunto Notifica processo de tombamento

Senhor Diretor,

Cumpre-nos levar ao conhecimento de V.Sa., que a coleção arqueológica oriunda das pesquisas efetuadas pelo Professor João Alfredo Kohr, bem público sob a guarda desse Museu, é objeto de processo de tombamento nesta Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN.

Em vista de tal fato, ressaltamos que a presente notificação implica o tombamento provisório da referida coleção, conforme capitula o artigo 10 do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, passando, então, a ter a tutela da proteção especial do Poder Público Federal, através da SPHAN, considerando-se, ainda, que o acervo em questão não poderá em hipótese alguma, ser desmembrado nem deslocado para outra sede, sem a autorização prévia deste órgão.

Na oportunidade apresentamos a V.Sa., protestos de estima e consideração.


Irapoan Cavalcanti de Lyra

Subsecretário do Patrimônio Histórico
e Artístico Nacional

Ilmo. Sr.
Dr. Cyro Gevaerd
DD. Diretor do Museu Arqueológico e Oceanográfico
do Balneário de Camboriú
Rua Altamiro Guimarães nº 15
88.000 - FLORIANÓPOLIS-SC

Entregue em mãos

cópia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério da Educação e Cultura
Secretaria da Cultura

Notificação nº 1258

Em 14.11.84

Do Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Endereço Rua da Imprensa, 16 8º andar

Ao Diretor do Colégio Catarinense

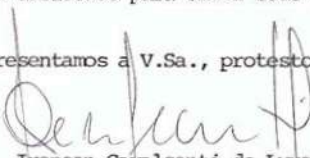
Assunto Notifica processo de tombamento

Senhor Diretor,

Cumpre-nos levar ao conhecimento de V.Sa., que a coleção arqueológica oriunda das pesquisas efetuadas pelo Professor João Alfredo Rohr, bem público sob a guarda desse colégio, a saber, o material arqueológico exposto no Museu do Homem do Sambaqui, assim como aquele guardado em quaisquer outras dependências do Colégio é objeto de processo de tombamento nesta Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN.

Em vista de tal fato, ressaltamos que a presente notificação implicar o tombamento provisório da referida coleção, conforme capitula o artigo 10 do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, passando então, a ter a tutela da proteção especial do Poder Público Federal, através da SPHAN, considerando-se, ainda, que o acervo em questão não poderá, em hipótese alguma, ser desmembrado ou deslocado para outra sede sem a autorização prévia deste órgão.

Na oportunidade apresentamos a V.Sa., protestos de estima e consideração.


Irapoan Cavalcanti de Lyra
Subsecretário do Patrimônio Histórico
e Artístico Nacional

Ilmo. Sr.
Pe. K. Paulo Rhoden
Diretor do Colégio Catarinense
Rua Esteves Júnior, 159
88.000 Florianópolis SC

/tmbLf.

cópia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério da Educação e Cultura
Secretaria da Cultura

Notificação nº 1257
~~Ofício~~

Em 14.11.84

Do Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Endereço Rua da Imprensa 16 8º andar

Ao Diretor do Museu da Academia Nacional de Polícia

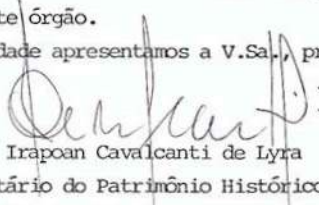
Assunto Notifica processo de tombamento

Senhor Diretor,

Cumpre-nos levar ao conhecimento de V.Sa., que a coleção arqueológica oriunda das pesquisas efetuadas pelo Prof. João Alfredo Rohr, bem público sob a guarda desse Museu, é objeto de processo de tombamento nesta Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN

Em vista de tal fato, ressaltamos que a presente notificação implica o tombamento provisório da referida coleção, conforme capitula o artigo 10 do Decreto-lei nº 25 de novembro de 1937, passando, então, a ter a tutela da proteção especial do Poder Público Federal, através da SPHAN, considerando-se, ainda, que o acervo em questão não poderá, em hipótese alguma, ser desmembrado ou deslocado para outra sede, sem a autorização prévia deste órgão.

Na oportunidade apresentamos a V.Sa., protestos de estima e consideração.


Irapoan Cavalcanti de Lyra

Subsecretário do Patrimônio Histórico
e Artístico Nacional

Ilmo. Sr.

Dr. Francisco de Assis Prado

M.D. Diretor do Museu da Academia Nacional de Polícia

Departamento da Polícia Federal

Estrada do Paraná s/nº

70.000 Brasília DF

/tmbf.

Esquema



PREENCHIDO PELO REMETENTE	NOME DO DESTINATÁRIO	Paulo Rhoden	
	ENDEREÇO	Rua Estreza Jimora, 159	
	CEP	88.000	CIDADE Florianópolis ESTADO SC
	NÚMERO DO REGISTRO (OU DO VALE)	167676	
	VALOR DECLARADO (OU IMPORTÂNCIA DO VALE) Cr\$		
	NATUREZA DO OBJETO		
	DECLARAÇÃO SUMÁRIA DE CONTEÚDO		
	DATA DO REGISTRO (OU EMISSÃO)	19/11/84	
UNIDADE DE POSTAGEM	01264000		
PREENCHIDO NO DESTINO	RECEBI O OBJETO A QUE SE REFERE ESTE "AR"		CARIMBO DA UNIDADE DE DESTINO
	LOCAL E DATA	21/11/84	
	ASSINATURA DO DESTINATÁRIO	Marcos Roberto Pereira	
	ASSINATURA DO EMPREGADO		



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

AVISO DE RECEBIMENTO (AR)

ESTE "AR" DEVE SER DEVOLVIDO A

NOME DO REMETENTE

Sônia Rabello

ENDEREÇO

Rua da Imprensa, 16 - 8 - 2

CIDADE

Rio Janeiro

ESTADO

Rio Janeiro

4 0 0 2 0

BRASIL

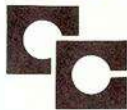


PREENCHIDO PELO REMETENTE	NOME DO DESTINATÁRIO	Francisco de Assis Rodas		
	ENDEREÇO	Estádio do Bramante, s/nº		
	CEP	70.000	CIDADE	Brasília
			ESTADO	DF
	NÚMERO DO REGISTRO (OU DO VALE)	167674		
	VALOR DECLARADO (OU IMPORTÂNCIA DO VALE) Cr\$			
	NATUREZA DO OBJETO			
	DECLARAÇÃO SUMÁRIA DE CONTEÚDO			
PREENCHIDO NO DESTINO	DATA DO REGISTRO (OU EMISSÃO)	19/11/84		
	UNIDADE DE POSTAGEM	20 TRABALHO		
	RECEBI O OBJETO A QUE SE REFERE ESTE "AR"			
	LOCAL E DATA	20.11.84		
	ASSINATURA DO DESTINATÁRIO			
	ASSINATURA DO EMPREGADO			
		CARIMBO DA UNIDADE DE DESTINO		

7530-006-0410

A6-105x148mm

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	
AVISO DE RECEBIMENTO (AR)	
ESTE "AR" DEVE SER DEVOLVIDO A	
NOME DO REMETENTE <u>Sônia Rabello</u>	
ENDEREÇO <u>Rua da Imprensa, 16 - 8º Andar</u>	
CIDADE <u>Rio Janeiro</u>	ESTADO <u>Rio de Janeiro</u>
2 0 0 2 9 BRASIL	



COLÉGIO CATARINENSE

SOCIEDADE ANTÔNIO VIEIRA

RUA ESTEVES JÚNIOR, 159 - CP - 135 - FONES 22-6877, 22-6667
88.000 - FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA

PERSONALIDADE
JURÍDICA:
Reg. Nº 4896

OFÍCIO Nº 104/84

Florianópolis, 23 de novembro de 1984.

Exmo.Sr.

Dr. Irapoan Cavalcanti de Lyra

DD. Subsecretário do SPHAN

RIO DE JANEIRO - RJ

CGC/MF:
92959006/0014-23



RECEITA FEDERAL:
Ato Decl.
Nº 100 de 17/06/71

Prezado Senhor

Tem o presente a finalidade de acusar o recebimento do vosso ofício nº 1.258 de 14 de novembro em curso.

Quanto à matéria "tombamento" da coleção arqueológica e do Museu do "Homem do Sambaqui", temos a informar a V.Exa. que todo esse acervo e museu já foi "tombado" pelo Estado de Santa Catarina, Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo e, ainda, Fundação Estadual de Cultura, SC.

Nestas condições informamos a V.Exa. que deve dirigir-se às entidades mencionadas uma vez que cabe ao Poder Público Estadual opinar sobre a matéria.

Sendo o que tínhamos a informar, manifestamos a V.Exa. nosso apreço e consideração.

Atenciosamente,

MEC:
Reg. Nº 2046

CEE:

GRAU:
Parecer
Nº 408/74

2º GRAU:
Núcleo Comum:
Parecer



RECEITA FEDERAL:
Ato Decl.
Nº 100 de 17/06/71

Prezado Senhor

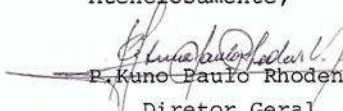
Tem o presente a finalidade de acusar o recebimento do vosso ofício nº 1.258 de 14 de novembro em curso.

Quanto à matéria "tombamento" da coleção arqueológica e do Museu do "Homem do Sambaqui", temos a informar a V.Exa. que todo esse acervo e museu já foi "tombado" pelo Estado de Santa Catarina, Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo e, ainda, Fundação Estadual de Cultura, SC.

Nestas condições informamos a V.Exa. que deve dirigir-se às entidades mencionadas uma vez que cabe ao Poder Público Estadual opinar sobre a matéria.

Sendo o que tínhamos a informar, manifestamos a V.Exa. nosso apreço e consideração.

Atenciosamente,


E. Kuno Paulo Rhoden S.J.

Diretor Geral



MEC:
Reg. Nº 2046

CEE:

1º GRAU:
Parecer
Nº 408/74

2º GRAU:
Núcleo Comum:
Parecer
Nº 138/72

HABILITAÇÕES
TÉCNICAS:
Parecer Nº 405/74
Parecer Nº 81/78

HABILITAÇÕES
AUXILIARES:
Parecer Nº 162/76
Parecer Nº 233/77
Parecer Nº 81/78



O ilustre arqueólogo catarinense Professor João Alfredo Rohr, recentemente falecido, realizou pesquisa arqueológica, durante 35 anos, em área que no passado se caracterizou, entre outros, por sítios arqueológicos denominados sambaquis (montes artificiais de conchas) e que em Santa Catarina atingiam gigantescas proporções.

No decorrer dos séculos de colonização européia, esses depósitos foram sistematicamente destruídos em virtude da riqueza econômica representada pelo calcário de suas conchas.

A destruição dos sambaquis, bem como dos sítios arqueológicos de outros tipos, constitui perda cultural irreparável, em virtude do caráter único de cada ocupação arqueológica.

O arqueólogo Rohr protegeu, coletou e pesquisou o que pode ser salvo. As coleções reunidas durante mais de três décadas, revelaram-se de excepcional valor cultural.

Esse valor, contudo, só encontra a devida dimensão quando se configura como uma coleção regional que serve de base a estudos de determinadas áreas geográficas.

A permanência da coleção em seu Estado de origem, propicia base ideal para os estudos a serem desenvolvidos no próprio Estado.

Cada peça arqueológica — cerâmica óssea, lítica ou conchífera — das coleções do Prof. Rohr, representa um momento temporal, dentro de uma sequência cronológica que se desenvolveu em determinada área do Estado de Santa Catarina.

Por serem raros os casos em que os complexos culturais, representados pelo conjunto de artefatos, podem ser expostos em seus locais de origem (sítios - museus) hã, no momento, uma preocupação com a realização de pesquisas em micro-regiões, objetivando-se a reconstituição das culturas pré-históricas em seus ambientes naturais através de exposições em museus-regionais.

A permanência de uma coleção na região de sua proveniência permite uma visão interativa — peça arqueológica - paleoambiente — nos vários níveis em que se desenvolve o trabalho arqueológico, da abordagem didática à abordagem científica.



Endossando a opinião emitida no processo por vários arqueólogos brasileiros sugerimos que o acervo seja preservado como um todo porque cada coleção reunida pelo Prof. Rohr é representativa de um conjunto de realidades culturais pré-históricas existentes na área geográfica correspondente ao Estado de Santa Catarina. As peças foram reunidas pelo pesquisador obedecendo a critérios culturais.

É indispensável o tombamento do acervo reunido pelo Prof. Rohr, pois como bem observou o Sr. Diretor da 10ª D.R. "tendo em vista as dificuldades de acesso ao referido acervo interpostas pelo Colégio Catarinense somente a proteção institucionalizada garantiria ao SPHAN o livre acesso para conhecimento, inventário, cadastramento e preservação do patrimônio histórico" representado pelas Coleções do Prof. João Alfredo Rohr.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1984

Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão
MARIA DA CONCEIÇÃO DE M. C. BELTRÃO
Conselheira



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DA CULTURA

Ofício nº 225 /84-SPHAN/RJ Em 26-11-84

Do Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Endereço Rua da Imprensa, 16 - 8º andar

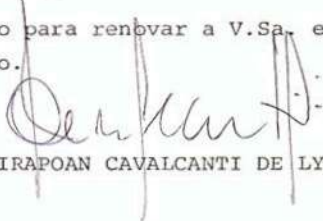
Ao Presidente do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina

Assunto Remessa de cópias - Notificação de tombamento provisório - coleção arqueológica do Padre Rohr.

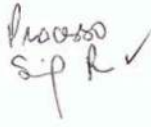
Senhor Presidente,

Temos a satisfação de enviar para conhecimento de V.Sa. as cópias das notificações endereçadas ao Diretor do Colégio Catarinense, ao Diretor do Museu Arqueológico e Oceanográfico do Balneário de Camboriú e ao Diretor do Museu da Academia Nacional de Polícia, as quais acarretam o tombamento provisório do acervo arqueológico deixado pelo Padre Rohr.

Aproveitamos o ensejo para renovar a V.Sa. elevados protestos de estima e consideração.


IRAPOAN CAVALCANTI DE LYRA

Ilmº Sr.
Dr. Oswaldo Ferreira de Mello
MD. Presidente do
Conselho Estadual de Cultura de
Santa Catarina
Rua Tenente Silveira, nº 69
Casa da Cultura
88.000 - Florianópolis - SC

cc. 
Sip R ✓

TBRM/mcac



PREENCHIDO PELO REMETENTE	NOME DO DESTINATÁRIO	Ornaldo Ferreira de Menezes	
	ENDEREÇO	Rua Tenente Silveira, 65	
	CEP 82.000	CIDADE Florianópolis	ESTADO SC
	NÚMERO DO REGISTRO (OU DO VALE)	169297	
	VALOR DECLARADO (OU IMPORTÂNCIA DO VALE) Cr\$		
	NATUREZA DO OBJETO		
	DECLARAÇÃO SUMÁRIA DE CONTEÚDO		
PREENCHIDO NO DESTINO	DATA DO REGISTRO (OU EMISSÃO)	29/11/84	
	UNIDADE DE POSTAGEM	RECEBOS	
	RECEBI O OBJETO A QUE SE REFERE ESTE "AR"		
	LOCAL E DATA	3/12/84	
	ASSINATURA DO DESTINATÁRIO	Ornaldo Ferreira de Menezes	
	ASSINATURA DO EMPREGADO		

CAPITAL DA
UNIDADE DE DESTINO

RECEBOS

* 042786 *

FLORIANÓPOLIS

924441
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS



AVISO DE RECEBIMENTO (AR)

ESTE "AR" DEVE SER DEVOLVIDO A

NOME DO REMETENTE

Subsecretaria Patrimônio Histórico

ENDEREÇO

Rua da Imprensa N° 16 - 8º Andar

CIDADE

Rio de Janeiro

ESTADO

RJ

9 0 0 3 0

BRASIL



pryjac



Florianópolis, 03 de dezembro de 1984.

Exmo. Sr.
Dr. MARCOS VINICIUS VILÇA
DD. Secretário de Cultura do Ministério da Educação e Cultura
Rua Araújo Porto Alegre, 80
RIO DE JANEIRO, RJ

MEC/SEC/SPHAN
GABINETE (Rd)
06.11.84
Registro Nº 2855
<i>Ely</i>

Senhor Secretário,

Desejo expressar ao eminente Amigo meus agradecimentos pela comunicação que me fez, através do telex de 30 de novembro último, a respeito do tombamento, pelo Governo da União, de bens culturais situados neste Estado.

Quanto à coleção arqueológica legada pelo ilustre e saudoso cientista Pe. João Alfredo Rohr, cumpre-me informá-lo de que havia sido formalizado, poucos dias antes, o tombamento daquele acervo pelo Governo Estadual, pois os órgãos responsáveis pela defesa de nosso patrimônio estavam, desde o mês de outubro deste ano, tomando todas as providências cabíveis a fim de evitar a transferência, para outro Estado, de bens pertinentes a nossa história.

Quanto ao tombamento do Centro Histórico de Laguna, vem a medida respaldar velha aspiração das elites intelectuais daquele Município e do Conselho de Cultura deste Estado, que, em várias oportunidades, haviam manifestado tal desejo aos organismos do Governo da União responsáveis pela defesa do patrimônio histórico e artístico nacional.

Entendo, Senhor Secretário, que agora deveremos passar a ações conjuntas, União e Estado, no sentido de apoiar os proprietários dos bens tombados, a fim de que possam receber os necessários estímulos para a adequada conservação do patrimônio cultural sob sua guarda. Neste sentido, já se realizou, no último dia 8, nesta Capital, uma reunião conjunta do Conselho Estadual de Cultura com representantes da Prefeitura Municipal de Laguna, da Fundação Catarinense de Cultura e da Delegacia do SPHAN, tendo sido traçada uma estratégia preliminar visando à articulação de todos os organismos oficiais diretamente interessados no problema.

Renovando a V. Exa., na oportunidade, protestos de estima e apreço, subscrevo-me

cordialmente

Esperidião Amin
Esperidião Amin
Governador do Estado

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA

FUNDADO A 7 DE SETEMBRO DE 1896

FLORIANÓPOLIS



Cf. Nº 80/84

Florianópolis, 04 de dezembro de 1984

Senhor Secretário:

MEC/S / SPHAN
G-PM/1135
Legislação
Elm

Este Instituto Histórico e Geográfico, em reunião de 30 de novembro p. passado, tomou conhecimento dos atos do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, presidido por V.S. em cidade de Curitiba em 27 de novembro, que culminaram com o fechamento do Centro Histórico da Laguna e da Coleção Arqueológica de P. João Alfredo Rohr dois bens culturais de alto valor para o Estado de Santa Catarina.

Foi autor desta comunicação nosso consócio Theobald do Costa Jamundá, que representou esta instituição na reunião de Curitiba.

Sensibilizados com estes atos de tombamento, as associações do Instituto presentes à reunião, decidiram aprovar votos de congratulações ao Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ao seu presidente e ao Sr. V.S. e ao Conselheiro Alcindo Mendes de Souza pelos pareceres que emitiram nos respectivos processos de Tombamento.

Neste ensejo apresentamos a V.S. protestos de consideração e apreço.

Victor Zanonio Feluso Junior
Presidente

Ilmo. Sr.

Marcus Vinicius Vilça
DD. Secretário de Cultura do
Ministério de Educação e Cultura
Palácio da Cultura
Rua da Imprensa, 16
Rio de Janeiro - RJ



ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL REALIZADA EM 27.11.84 EM CURITIBA.

Às nove e trinta horas do dia vinte e sete de novembro de mil novecentos e oitenta e quatro, no Salão Nobre do Museu Paranaense, localizado em Curitiba, Estado do Paraná, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a presidência do Senhor Marcos Vinícios Vilaça, sendo Secretário o Senhor Irapoan Cavalcanti de Lyra, presentes os Conselheiros Pedro Calmon, Gilberto Ferrez, Max Justo Guedes, Eduardo Kneese de Mello, Gilberto Velho, Gerardo Britto Raposo da Camara, Diretor do Museu Histórico Nacional, Lourenço Luiz Lacombe, Diretor do Museu Imperial de Petrópolis, Alcídio Mafra de Souza, Diretor do Museu Nacional de Belas Artes, Mário Brockman Machado, Diretor Executivo da Fundação Casa de Rui Barbosa, substituindo o Conselheiro Américo Jacobina Lacombe. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Afonso Arinos de Mello Franco, José E. Mindlin, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Maria da Conceição Beltrão e Henrique Millan, Diretor do Museu Nacional. O Presidente abriu a sessão comunicando ser aquela a quarta vez que o Conselho se reunia fora do Rio de Janeiro, desde a sua criação e expressando a sua satisfação pelo fato da reunião se realizar no Paraná, em Museu cujo tombamento foi recentemente aprovado pelo Conselho. Destacou o seu reconhecimento à colaboração que a Secretaria de Cultura e Esporte do Estado vem prestando à Secretaria de Cultura do MEC. Enalteceu o espírito paranaense de conjugação do moderno e do antigo, promovendo o progresso dentro do respeito às tradições. Fez uso da palavra, em seguida o Conselheiro Pedro Calmon, para saudar a generosa terra do Paraná que, com tanto sucesso, promoveu a fusão de velhas raças com a opulência da terra nova do Brasil. Invocou para ela prosperidade e a paz social. O Presidente passou a palavra ao Secretário de Cultura e Esporte do Estado, Fernando Guighone, o qual saudou os presentes, dando as boas vindas ao Conselho em nome do Governador.



dor do Estado. Prosseguindo, fez uma extensa explanação sobre as atividades da sua Secretaria, enumerando vários projetos desenvolvidos na área da cultura, entre eles o de levantamento e catalogação do acervo cultural do Estado e projetos de restauração de monumentos. Finalizou dizendo da honra e da satisfação em receber tão ilustres Conselheiros e desejando sucesso à reunião. O Presidente, retomando a palavra, registrou a presença, no plenário, de várias personalidades, nomeadamente David Carneiro, Vesperto Mendes e o Prô Reitor da Universidade de Santa Catarina, Prof. Hamilton Savi. Passou em seguida a palavra ao Conselheiro Eduardo Kneese de Mello, Relator do processo nº 1.119-T-84, referente ao tombamento do Museu do Mate, localizado em Campo Largo, no Paraná. O Conselheiro iniciou congratulando-se com o Presidente pela realização da reunião em Curitiba, cidade que hoje é exemplo, em matéria urbanística, a todo o Brasil. Em seu parecer disse concordar com a informação do Diretor da 9ª D.R. da SPHAN, incluído no processo, e considerou plenamente justificado o tombamento do Museu do Mate, tendo em vista o seu aspecto histórico, o que a erva mate representa para o país, o estado em que se encontra o monumento e pelo rico material que nele está exposto. O Presidente colocou o assunto em votação tendo o parecer do Relator sido aprovado por unanimidade. Fez uso da palavra o Conselheiro Gilberto Ferrez, relator do processo nº 1.120-T-84, relativo ao tombamento do Teatro S. João, localizado no Município de Lapa, no Paraná. O Conselheiro principiou louvando o trabalho de informação histórica realizado pela professora Maria Tereza B. de Lacerda, da 9ª Diretoria Regional da SPHAN. Após tecer considerações a respeito do processo concluiu recomendando o tombamento do Teatro. O Presidente colocou o assunto em votação tendo o parecer do Relator sido aprovado unanimemente. Em seguida o Presidente passou a palavra ao Secretário do Conselho encarregando-o da apresentação do processo nº 1.129-T-84, referente ao tombamento da Coleção Arqueológica João Alfredo Rohr, localizada em Florianópolis, Santa Catarina, cuja Relatora, Conselheira Maria Beltrão, estava ausente da reunião. Em seu parecer a Conselheira dis

- 100

A.



correu sobre a importância do Padre Rohr na pesquisa arqueológica e destacou o excepcional valor cultural das coleções reunidas por ele. Defendeu a permanência da Coleção em Santa Catarina, seu Estado de origem, e a preservação do acervo como um todo. Recomendou o seu tombamento, que deverá garantir o livre acesso às coleções, para seu conhecimento, inventário, cadastramento e preservação. O Presidente colocou o assunto em discussão tendo o Conselheiro Gilberto Velho pedido a palavra para endossar integralmente o parecer da Relatora qualificando-o de exemplar no sentido de preservar o interesse da comunidade científica. A matéria foi posta em votação tendo o parecer da Relatora sido aprovado à unanimidade. O Presidente manifestou a sua satisfação pela aprovação unânime de tombamento da Coleção Arqueológica por ter sido o Padre Rohr um zeloso e dedicado colaborador do Patrimônio e ter prestado assinalados serviços à memória e à proteção dos bens culturais brasileiros. Em seguida fez uso da palavra o Conselheiro Alcídio Mafra de Souza, Relator do Processo nº 1.122-T-84, referente ao tombamento do Centro Histórico de Laguna, em Santa Catarina. Iniciando o Conselheiro teceu considerações à respeito da história e do significado daquele Centro Histórico e das características urbanas de Laguna. Concluiu recomendando o tombamento, conforme descrição contida na Informação nº 107/84, constante de folhas 31 e 32 do processo. Acrescentou que, concluído o seu parecer, tomara conhecimento da impugnação apresentada pelo proprietário do imóvel situado à rua Saldanha Marinho, nº 3, na área configurada como Centro Histórico. Destacou que o imóvel referido já havia sido tombado a nível municipal, não procedendo as razões do impugnante. Leu Nota Oficial do Governo Municipal de Laguna que respalda, em sua totalidade, os objetivos pretendidos pelo tombamento, de proteger o referido Centro Histórico de qualquer iniciativa que o desfigure, tendo as autoridades municipais, na mesma Nota, aprovado a proposta da SPHAN de formação de Comissão para o estudo dos bens que constituem o acervo histórico e arquitetônico daquela cidade. O mesmo documento comunica que a Câmara de Vereadores, em

[Handwritten signature]



deliberação unânime, propôs ao Prefeito Municipal de Laguna gestio
nar junto ao Governador do Estado no sentido do aproveitamento dos
prédios tombados para instalação de órgãos públicos. O Presidente
colocou o assunto em votação tendo o parecer do Relator sido apro
vado à unanimidade. Em consequência, o Presidente determinou à Se
cretaria do Conselho que incorpore ao Processo a Nota Oficial das
autoridades municipais e anunciou que providenciará a instalação
imediate de Escritório de Representação da SPHAN em Laguna, para,
em maior envolvimento com a comunidade, promover as ações decorren
tes do tombamento. Prossequindo passou a palavra ao Conselheiro E
duardo Kneese de Mello, Relator dos Processos nºs 123.T-38, refe
rente à rerratificação do tombamento e definição do polígono tomba
do da Igreja de São Pedro dos Clérigos e do Conjunto Arquitetônico
do Pátio de São Pedro, e 133-T-38, referente à rerratificação de
tombamento e definição do polígono tombado da Igreja N. Sra. da
Conceição (Capela da Jaqueira), localizados em Recife, Pernambuco.
O Conselheiro esclareceu tratar-se de dois processos referentes à
proteção de monumentos já tombados. Referiu-se primeiramente ao
processo 123-T-38, reportando-se à informação nº 90/84 dele cons
tante, que descreve a poligonal de tombamento. Observou que o pro
cesso está claramente justificado sendo de grande interesse a pre
servação do monumento. Recomendou a rerratificação do tombamento e
a aprovação da poligonal, como definida no Processo. No que se re
fere ao processo 133-T-38 reportou-se à Informação nº 91/84, do ar
quiteto Umberto Napolí, que descreve a poligonal de tombamento de
forma bem esclarecida e justificada. Propôs a rerratificação do
tombamento e a aprovação da poligonal pelo Conselho, na forma como
foi definida no Processo. O Presidente colocou o assunto em vota
ção tendo ambos os pareceres do Relator sido aprovados unanimemente.
Na ausência do Conselheiro Américo Jacobina Lacombe, Relator do
Processo nº 1.009-T-79, referente ao tombamento do Observatório Na
cional, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, o Presidente informou
que o seu parecer seria lido pelo seu substituto, Mário Brockman
Machado. No parecer, após historiar o andamento de pedido de tomba

[Handwritten signature]



mento do Observatório Nacional e a situação e uso dos prédios que o compõem, o Conselheiro recomendou: 1 - Seja tombada, para o efeito de impedir o seu desmembramento e ocupação, toda a área em que funciona atualmente o Observatório Nacional, conforme a linha poligonal constante do Processo; 2 - Sejam também tombados os objetos de arte e os aparelhos minuciosamente arrolados nos anexos III e IV; 3 - Fique esclarecido que o tombamento não impede a ampliação das coleções, nem a construção de novas unidades, ouvida a SPHAN; 4 - Sejam feitos esforços para restauração do Palacete Rosa, dando-se a ele uma utilização condigna; 5 - A criação de um Museu de Astronomia e Ciências Afins ou de Museu de Ciência deve constituir um novo estudo, aproveitando-se a valiosa documentação reunida nos volumes do Processo. O Presidente colocou o assunto em discussão tendo o Conselheiro Max Justo Guedes pedido a palavra. Considerou o tombamento muito oportuno, como um exemplo da preservação da memória do desenvolvimento científico do Brasil. Ninguém mais se manifestando o Presidente colocou o assunto em votação tendo o parecer do Relator sido aprovado por unanimidade. Continuou com a palavra o Conselheiro Max Justo Guedes, Relator do Processo nº 860-T-72, Vol. 6 referente à retificação da autoria do projeto do Edifício da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. O Conselheiro, antes de proceder à leitura do seu parecer, propôs e viu aprovado um voto de louvor ao Secretário da Cultura do MEC e ao Subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pela aquisição da casa que abrigará o Escritório Técnico da SPHAN em Curitiba. A propósito, o Presidente dirigiu-se ao Prefeito Municipal de Curitiba, na pessoa de sua representante à reunião, para, em nome do Conselho, agradecer a valiosa colaboração da Prefeitura cedendo o terreno no qual a casa referida será instalada. O Conselheiro Max Justo Guedes, retomando a palavra, esclareceu que, por ocasião do tombamento do edifício da Biblioteca Nacional, o Relator, arquiteto Paulo Santos, em seu parecer, apoiado em opinião do arquiteto Lúcio Costa, solicitou que a SPHAN atribuisse a autoria do projeto não ao General Souza Aguiar como rezava a tradição, mas a Hector Pepin, em razão de carimbo apostado na planta e

409

2



à opinião de ambos de que o projeto da Biblioteca não corresponde ao estilo do Gen. Souza Aguiar. Após tecer considerações sobre o assunto, com base na documentação constante do Processo, apresentada pelo filho do General, o Conselheiro recomendou: a) que o nome do General Francisco Marcelino de Souza Aguiar seja incluído no processo como formulador do projeto do edifício da Biblioteca Nacional, adotando-se a expressão utilizada pelo Ministro J.J. Seabra, quando se dirigiu ao próprio General; b) que a atuação do Escritório Hector Pepin seja pesquisada, pois há de haver meios de sabê-la corretamente. Propõe-se fazê-lo, desde que lhe seja dado tempo hábil; c) que a participação do Escritório Hector Pepin conste do Processo até que seja possível definí-la corretamente ou, se for o caso, negá-la. O Presidente colocou o assunto em discussão tendo o Conselheiro Pedro Calmon pedido a palavra para indagar ao Relator se na placa que registra o acontecimento consta o nome do autor, tendo o Conselheiro informado constar o nome do Gen. Souza Aguiar. Em vista disso o Conselheiro Pedro Calmon declarou que a placa confirma a tradição, aprovando o parecer do Relator. O Conselheiro Eduardo Kneese de Mello pediu licença para esclarecer que infelizmente no Brasil a prática muitas vezes é o projeto ter um autor e ser assinado por outro, que no CREA chama-se a cobertador. Desta forma, a placa não viria garantir a autoria. Deixou manifesta a sua preocupação em que o Conselho não cometa uma injustiça. O Conselheiro Gilberto Velho argumentou que o conceito de autoria é muito relativo e que pelo fato do General ser considerado organizador do projeto não significa que não tenha havido participação do escritório de Hector Pepin. Acrescentou que aprovava o parecer do Relator, enfatizando, no entanto, o item em que ele se propõe a continuar a pesquisa para esclarecer o assunto. - Considerou que assim o caso poderá se transformar em exemplar, para orientar futuros processos, com o que concordaram os Conselheiros Eduardo Kneese de Mello e Gilberto Ferrez. O Presidente submeteu à votação o parecer do Relator, com destaque para a continuidade das pesquisas que venham a apurar a abrangência do que o Relator chamou, muito apropriadamente, de formulador do Projeto. O

100



parecer e a continuação da pesquisa foram aprovados unanimemente. Em consequência o Presidente determinou à Secretaria do Conselho que faculte ao Conselheiro Max Justo Guedes os meios para a implementação da referida pesquisa. O Presidente passou a palavra ao Conselheiro Alcídio Mafra de Souza, Relator do Processo nº 809-T-68 vol. 16, referente à autorização para deslocamento da obra "O Torso de Gesso" de Matisse, dos Estados Unidos, aonde figurou em exposição do Kimbell Art Museum de Forth Worth, para participar de exposição retrospectiva da obra de Matisse no Lousiana Museum of Modern Art, de Humblaek, na Dinamarca e no Moderna Museet, de Estocolmo, Suécia, de 03.11.84 a 14.04.85. O Conselheiro informou que a obra já se encontrava nos Estados Unidos, autorizada pelo Conselho e que o MASP pediu nova autorização para que ela fosse enviada à Suécia e à Dinamarca. Acrescentou que em vista da urgência do assunto, estando o processo devidamente instruído e não havendo nenhuma reunião do Conselho marcada na ocasião a Secretaria do Conselho fez uma consulta aos Conselheiros por telefone, no dia 23.10.84, tendo todos os consultados concordado com os deslocamentos da obra. Só não foram consultados, por estarem viajando, os Conselheiros Gilberto Velho e Maria Beltrão. Esclareceu tratar-se, portanto, no momento, de ratificação da decisão anterior. O Presidente colocou o assunto em votação tendo os Conselheiros, unanimemente, ratificado a autorização de envio da obra à Suécia e à Dinamarca. Prosseguindo o Presidente passou a palavra ao Secretário do Conselho a fim que relatasse o Processo 12/84/SPHAN. O Secretário explicou tratar-se também de ratificação da autorização dada pelos Conselheiros, por telefone, à Secretaria do Conselho, em 06.11.84. A autorização referiu-se ao envio de 4 ex-votos, de Igarauçu para São Paulo, a fim de figurarem na exposição denominada Tradição e Ruptura, promovida pela Fundação Bienal de São Paulo. Esclareceu que todos os Conselheiros consultados aprovaram o envio dos ex-votos. Não foram consultados, por motivo de viagem e licença, respectivamente, os Conselheiros Gilberto Velho e Henrique Millan. Informou que apesar da aprovação verbal do Conselho e da comunicação a esse respeito feita ao Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Recife e Olinda, as obras não saíram de Igarauçu, por

107



ter a comunidade local se oposto ao seu deslocamento, apesar das garantias de seguro e transporte oferecidas pela Bienal. O Presidente colocou o assunto em votação tendo os Conselheiros unanimemente ratificado a decisão anterior. O Conselheiro Gilberto Velho pediu a palavra para registrar o espírito democrático que presidiu a decisão do Conselho, louvando o respeito à vontade da comunidade. Retomando a palavra, o Presidente fez uma anotação especial ao atendimento, pelo Ministério da Fazenda, de velha postulação de todas as pessoas interessadas no patrimônio histórico e artístico brasileiro, no sentido de obter um mecanismo de apoio tributário às obras de preservação do patrimônio nacional. Referiu-se à Portaria nº 208, de 05.11.84, do Ministro da Fazenda, que estabeleceu que contribuições, doações e dispêndios com o objetivo de restaurar, preservar e conservar bens tombados pelo Patrimônio poderão ser abatidos da renda bruta, em se tratando de pessoas físicas e admitidas como despesa operacional, em se tratando de pessoa jurídica. Sobre o assunto propôs e viu aprovado pelo Conselho o envio de expediente ao Ministro da Fazenda, ao Secretário Geral daquele Ministério, ao Secretário da Receita Federal e ao Diretor da Área Externa do Banco Central do Brasil, manifestando o reconhecimento do Conselho à ação de cada um deles possibilitando a Portaria, a qual representou uma vitória da política cultural brasileira. O Presidente, em seguida, relatou a sua participação na 8ª reunião do Conselho do Patrimônio Mundial da UNESCO realizada na Argentina, comunicando que o projeto que concede ao Centro Histórico de Salvador o título de Patrimônio Cultural da Humanidade já foi aprovado a nível técnico. Informou ainda que a Secretaria da Cultura apresentou mais dois projetos à UNESCO, sendo um em Congonhas, em Minas, como bem cultural e o outro o Parque de Iguaçu, como bem natural. Manifestou a sua satisfação por estar dando a notícia sobre o Parque de Iguaçu, em primeira mão, no Paranã. - Ainda sobre a reunião, acrescentou que mais uma vez pôde constatar o prestígio de que goza o Diretor de Tombamento e Conservação da SPHAN, arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles, junto aos quadros técnicos da UNESCO. Dando prosseguimento à reunião comunicou

909



o retorno ao Brasil de três obras de autoria de Ingres pertencentes ao acervo do Masp, cujo envio aos Estados Unidos e à Inglaterra foi autorizado pelo Conselho em 12.09.83, e de três obras de Cézanne, do acervo daquele mesmo museu, cujo envio à Espanha foi autorizado pelo Conselho em 05.04.83. Informou ao Conselho da intenção da SPHAN de até janeiro de 1985 ter um Escritório Técnico instalado em cada Estado brasileiro. Comunicou o recebimento de ofício do Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais congratulando-se com o Conselho pela aprovação do tombamento do Presépio do Pípiripau, na reunião de 18.04.84. Prosseguiu acrescentando que, dentro da política de mobilização das comunidades para a preservação dos bens culturais tombados, a SPHAN/Pró-Memória tem promovido a divulgação de vários daqueles monumentos através de sacos de supermercados, camisetas e brinquedos educacionais. No momento, por convênio com a Varig, essa divulgação será feita por meio das toalhas de bandeja de vôos internacionais daquela companhia. Ainda sobre o assunto, comunicou que as emissoras de rádio e televisão do país estarão, a partir de janeiro próximo, divulgando campanha organizada pela SEC. Em seguida passou a palavra ao Secretário do Conselho, que declarou que em razão de manifestação dos Conselheiros, a SPHAN solicitou ao Governo do Estado do Rio de Janeiro informações sobre a construção do Memorial Getúlio Vargas na Praça Mahatma Gandhi. Acrescentou ter recebido resposta do Diretor substituto do Departamento Geral de Cultura, da Secretaria de Estado de Ciência e Cultura, na qual forneceu os detalhes que envolvem o projeto, inclusive as áreas plotadas para os eventuais concorrentes apresentarem os seus projetos. O Conselheiro Pedro Calmon pediu que ficasse registrado o requerimento encaminhado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro à SPHAN solicitando o tombamento da área aonde se encontra hoje o Chafariz, na Praça Mahatma Gandhi, com sua vegetação e monumentos. Por solicitação do Conselheiro Eduardo Kneese de Mello o Conselho homenageou o arquiteto Glauco Campello, Diretor da 6ª Diretoria Regional da SPHAN, como vencedor do concurso para o projeto da Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro. O Presidente pediu a palavra para

70

solicitar ao Dr. Mário Machado, Diretor-Executivo da Fundação Casa de Rui Barbosa, fizesse oficialmente o lançamento do projeto da Secretaria da Cultura denominado Prô-Documento. O Dr. Mário Machado disse que o Programa Nacional de Preservação de Documentação Histórica (Prô-Documento) tem por finalidade preservar, em todo o território nacional, os acervos documentais privados, de valor permanente. Esclareceu que sua proposição deve-se à importância dos acervos documentais privados para a recuperação da memória e identidade de nacionais, e a cultura do país, e ao fato dessa documentação encontrar-se em estado precário de conservação e inacessível aos pesquisadores. Neste momento a reunião foi interrompida com a chegada do Governador do Paraná, José Richa. O Presidente esclareceu brevemente ao Governador o assunto que estava sendo tratado e devolveu a palavra ao orador. Dr. Mário Machado continuou sua explanação, falando sobre as razões, objetivos e competência legal do Programa. Finalizando solicitou aos Conselheiros que criticassem e dessem sugestões sobre o documento que lhes estava sendo distribuído acerca do assunto. O Conselheiro Pedro Calmon pediu a palavra para informar que o Conselho Federal de Cultura recebeu, para dar parecer, um projeto que dá ao Arquivo Nacional a coordenação e a defesa da documentação histórica existente no país, tendo sido, por sua recomendação, como Relator, decidido ouvir primeiro a SPHAN sobre o assunto. Acrescentou dever-se considerar ainda o problema de jurisdição, já que o Arquivo Nacional e a SPHAN são subordinados a diferentes Ministérios, podendo haver conflito de área. O Conselheiro Gilberto Velho pediu a palavra para dizer de sua satisfação em ver que a Secretaria da Cultura e a Prô-Memória estavam apresentando, mais uma vez, uma iniciativa que promove o trabalho com a comunidade, com a sociedade civil, compatível com o momento e o espírito da nação. Destacou que qualquer esforço de centralização, ainda que não deliberado, implica em reforçar o espírito autoritário do qual o País está querendo se liberar. Pediu ao Conselho o apoio decisivo ao Programa. O Presidente agradeceu as palavras do Conselheiro por reconhecer a ação descentralizadora da Secretaria

207



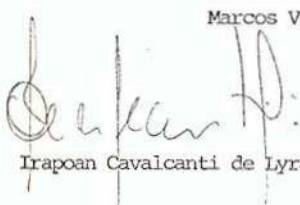
ria da Cultura. Em seguida solicitou ao Conselheiro Pedro Calmon que fizesse uma saudação ao Governador. O Conselheiro Pedro Calmon, após louvar a qualidade do Estado do Paraná e de sua gente, agradeceu ao Governador, em nome de todos os Conselheiros, a generosa acolhida ao Conselho. Fez uso da palavra o Governador José Richa, que também agradeceu ao Conselho a deferência ao Estado do Paraná, nele realizando a sua 111.^a reunião. Destacou o fato de que uma reunião como aquela confere ao Governo a responsabilidade de cuidar ainda com mais atenção de todo o patrimônio artístico, histórico e cultural do Estado. Enfatizou a importância do patrimônio humano, tendo o Paraná produzido muitos talentos, entre os quais um estava presente, o Prof. David Carneiro. Encerrou desejando felicidade pessoal a todos e ao Conselho que continue produzindo o seu importante trabalho cultural. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a sessão da qual eu, Maria Eugênia Corrêa Lima, Secretária ad-hoc, lavrei a presente ata que subscrevo, juntamente com o Presidente, os demais membros do Conselho e o seu Secretário.



Marcos Vinícios Vilaca



Maria Eugênia Corrêa Lima
SPHAN / pró-Memória



Irapoan Cavalcanti de Lyra

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SUBSECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL



Processo nº 1.129-T-84

Certifico que o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional decidiu, na conformidade de sua competência, determinada por lei federal, recomendar o tombamento da Coleção Arqueológica João Alfredo Rohr, localizada em Florianópolis, Santa Catarina, nos termos do voto do Relator.

Em, 10.01.85

Irapoan Cavalcanti de Lyra
Subsecretário do Patrimônio Histórico
e Artístico Nacional

GUIA PARA FORMAÇÃO DE PROCESSO

DATA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SRD - DCA - DA

4 MAR 1985

NÚMERO

23000-002095/85-73

PROCEDÊNCIA

SECRETARIA DA CULTURA DO MEC/RJ

NOME DO INTERESSADO

COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA JOÃO ALFREDO ROHR - FLORIANÓPOLIS /SC

Espécie

OFÍCIO

Número

101/85

Data

27-02-85

28

HOMOLOGAÇÃO

29

TOMBAMENTO

30

RESUMO DO ASSUNTO

HOMOLOGAÇÃO DE TOMBAMENTO DA REFE
RIDA COLEÇÃO

PRIMEIRA
MOVIMENTAÇÃO

DATA REMESSA

04-03-85

DE

PROT.

ENVIAR PARA

Órgão

GM.

Unidade

SAA.

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

OBSERVAÇÕES GERAIS

Os Campos sombreados devem ser deixados em branco. Seu preenchimento será realizado pelo Protocolo. O preenchimento deve ser realizado de forma legível, o que acelerará a autuação e garantirá rapidez na tramitação do Processo.

PREENCHIMENTO

campo "PROCEDÊNCIA"

Este campo deve ser preenchido com o nome da entidade de onde procede o documento.

campo "NOME DO INTERESSADO"

Preencher este campo com o nome da pessoa interessada na abertura do processo.

campo "NATUREZA DO DOCUMENTO"

Este campo deve ser preenchido com a espécie do documento (carta, ofício etc.), número e data de emissão do documento que gerou o processo.

campo "RESUMO DO ASSUNTO"

Destina-se ao preenchimento com o resumo do assunto do processo.

campo "PRIMEIRA MOVIMENTAÇÃO"

Neste campo deve ser transcrita a sigla do órgão para onde o processo deve ser remetido após sua formação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DA CULTURA

Of. nº 301 /85/SEC-RJ

Em

27.02.85

Do Secretário da Cultura

À Exma. Sra. Ministra da Educação e Cultura

Assunto: Homologação de tombamento.

Excelentíssima Senhora Ministra,

23000.002095/85-73

Tenho a honra de solicitar a V.Exa., de acordo com o disposto no artigo 19 da Lei 6.292 de 15 de dezembro de 1975, a homologação do tombamento da Coleção Arqueológica João Alfredo Rohr, localizada em Florianópolis, Santa Catarina, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em sua 111.^a reunião, realizada em 27.11.84, acompanhando o voto da Conselheira Maria da Conceição Beltrão, relatora da matéria.

Valho-me do ensejo para renovar a V.Exa. elevados protestos de apreço e admiração.

Marcos Vinícios Vilaça

Exma. Sra.

Profa. ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ

MD. Ministra da Educação e Cultura

BRASILIA - DF



Nos termos da Lei nº 6292, de 15 de dezembro de 1975, e para os efeitos do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, HOMOLOGO

o tombamento da Coleção Arqueológica João Alfredo Rohr, localizada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, a que se refere o processo nº 1.129-T-84-SPHAN.

Brasília, em 08 de maio de 1985.

Esther de Figueiredo Ferraz

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Proc. 23000 002095/35-73



De ordem, encaminhe-se à Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Em, 13/03/35

Odete M. Ferreira

Odete Malta Ferreira

Assessora do Ministro

Diretor da Seção de Apoio Administrativo - GM



LO. 130383

DESPACHOS DA MINISTRA
Em 08/03/85

Nos termos da Lei nº 6292, de 15 de dezembro de 1975, e para os efeitos do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, HOMOLOGO

o tombamento da Coleção Arqueológica João Alfredo Rohr, localizada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, a que se refere o processo nº 1.129-T-84-SPHAN.

o tombamento da Caixa d'Água denominada Reservatório de Mocó, localizada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, a que se refere o processo nº 1.127-T-84-SPHAN.

o tombamento do Museu do Mate, localizado no Distrito de Rondinha, município de Campo Largo, Estado do Paraná, a que se refere o processo nº 1.119-T-84-SPHAN.

o tombamento do Centro Histórico da cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina, a que se refere o Processo nº 1.122-T-84-SPHAN.

o Parecer que torna a ratificar o tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Conceição - Capela da Jaqueira, localizada na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, a que se refere o Processo nº 133-T-38-SPHAN.

a rerratificação do tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos do Conjunto Arquitetônico do Fátio de São Pedro, localizados em Recife, Estado de Pernambuco, a que se refere o Processo nº 123-T-38-SPHAN.

o tombamento do Observatório Nacional, localizado no Bairro de Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a que se refere o Processo nº 1.009-T-79-SPHAN. São

o tombamento do Teatro São João, localizado na cidade da Lapa, Estado do Paraná, a que se refere o Processo nº 1.120-T-84-SPHAN. Estad

ESTHER DE FIGUEIREDO FERREZ



Processo nº 1.129-T-84

Em vista da homologação de fls. 69, pela Senhora Ministra da Educação e Cultura, de acordo com o art. 1º da Lei 6.292, de 15 de dezembro de 1975 e os artigos 4º e 5º do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937:

- a) à DTC, para proceder à inscrição no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, e posterior envio à Assessoria Jurídica.
- b) à Assessoria Jurídica, para providenciar as notificações de Lei e divulgação necessárias.

Em, 19.04.85

Irapoan Cavalcanti de Lyra

Subsecretário do Patrimônio Histórico
e Artístico Nacional

*A Direção de Registro e Inventário,
Inscrição do censo em 23.04.85
supra.*

Augusto C. da Silva Felício
Diretor da DTC/SPHAN

Às Direções da DTC:

Em face da discrepância entre as notificações de tratamento provisório expedidas em 14.11.84 (fls 43, 44 e 45) e o despacho homologatório de fls 69, esta Direção solicita esclarecimento sobre como proceder à inscrição determinada no despacho supra.

*24.04.85
José Laurencio*

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DA CULTURA



Processo nº 1.129-T-84

À Assessoria Jurídica para analisar o processo em questão e propor os procedimentos necessários, a fim de que todos os segmentos da Coleção Arqueológica João Alfredo Rohr sejam abrangidos pelo tombamento.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 1985

AUGUSTO C. DA SILVA TELLES
Diretor da DTC/SPHAN



INFORMAÇÃO AJ/035/85

Em, 12.06.1985

Assunto: Tombamento da Coleção arqueológica oriunda das pesquisas realizadas pelo Professor João Alfredo Rohr, encontradas em Florianópolis, Camboriú e Brasília.

O processo nº 1.129-T-84 trata do tombamento do acervo arqueológico formado pelas coleções do Professor João Alfredo Rohr, aquelas depositadas nas dependências particulares do Colégio Catarinense, em Florianópolis - SC, as em exposição no Museu do Homem do Sambaqui (Colégio Catarinense) em Florianópolis - SC, as em exposição no Museu do Balneário de Camboriú - SC e, finalmente, as em exposição na Academia da Polícia Federal, em Brasília.

A localização de tal acervo vem explicitada às fls. 03 do processo, constante do encaminhamento e sua motivação, feito pela Arqueóloga Regina Coeli Pinheiro da Silva, do pedido de tombamento oriundo da 10a. DR/SPHAN.

Parece-nos que este processo foi instruído visando o propósito de assegurar, pelo tombamento, as diversas coleções deixadas pelo Pe. Rohr.

O parecer da eminente Relatora, Profa. Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão, em 21.11.84, entretanto, faz referência apenas ao acervo coletado em Florianópolis, idéia que foi ratificada, por unanimidade de votos, em 27.11.84 pelo Egrégio Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e, mais tarde recebeu, em idênticos termos, a homologação em 08.03.85 da Exma. Sra. Ministra da Educação e Cultura, Profa. Esther de Figueiredo Ferraz, à época.

Esta Assessoria Jurídica entende, então, que o processo em epígrafe deve ser reencaminhado à relatora para manifestar-se em relação ao acervo restante, situado em Camboriú e Brasília.



Caso se entenda que tais acervos também merecem ser tomados, o processo deverá retornar ao Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para a reapreciação do objeto, sendo, posteriormente, enviado ao Exmº Sr. Ministro da Cultura objetivando a desejável homologação da coleção completa.

Tereza Beatriz da Rosa Miguel
TEREZA BEATRIZ DA ROSA MIGUEL

De Acordo.

Ao Sr. Subsecretário, para decisão sobre os procedimentos sugeridos na informação supra.

Em, 13.06.85

Sônia Rabello
SONIA RABELLO

A DTC

Rogo

parecer
02/6/85

fig

TBRM/mcac



Assunto: Acervo Arqueológico formado pelas
Coleções do Padre João Alfredo Rohr S.J.

Senhor Subsecretário,

A análise feita pela Assessoria Jurídica do tombamento das coleções arqueológicas coletadas pelo Professor João Alfredo Rohr, define claramente a necessidade de o processo retornar ao Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico nacional com o fim de o referido Conselho analisar os segmentos da coleção existentes no Museu do Balneário de Camboriú, SC, e na Academia de Polícia Federal, em Brasília, DF.

Tanto o Núcleo de Arqueologia, quanto a Arquiteta Dora Alcântara desta DTC, já se manifestaram favoravelmente ao tombamento de todo o conjunto e esta Subsecretaria remeteu, na ocasião, notificações de tombamento provisório para as três entidades que guardam a coleção.

Assim, entendemos que ^o processo em questão deva retornar ao Conselho Consultivo, para análise e definição do tombamento dos segmentos da coleção do Pe. João Alfredo Rohr, localizados em Camboriú, SC, e em Brasília, DF.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1985

AUGUSTO C. DA SILVA TELLES
Diretor da DTC/SPHAN

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA CULTURA

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL



Processo nº 1.129-T-84

A Conselheira MARIA BELTRÃO, solicito a gentileza de apreciar as Informações constantes de fls. 74 a 76 deste, para posterior consideração do Conselho Consultivo.

Em 30.08.85

Angelo Oswaldo de Araújo Santos

Secretário do Conselho Consultivo.



Rio de Janeiro, 03 de setembro de 1985.

As considerações constantes de meu voto de folhas 49 e 50, embora desenvolvidas especialmente no que se refere às coleções localizadas no Colégio Catarinense em Florianópolis, aplicam-se por igual às existentes em Camboriú, SC e em Brasília, DF, razão por que me manifesto favoravelmente ao tombamento de todas as coleções resultantes das pesquisas efetuadas pelo Professor João Alfredo Röhr, isto é, a todo o acervo arqueológico referido a fls. 03 do presente processo.

Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão
Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão
Membro do Conselho Consultivo do SPHAN

ATA DA 117ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 1985.

Às quatorze e trinta horas do dia dezoito de novembro de mil novecentos e oitenta e cinco, em sala situada no segundo andar do Paço Imperial, localizado na Praça XV, Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a presidência do senhor Angelo Oswaldode Araújo Santos, presentes os Conselheiros Afonso Arinos de Melo Franco, Gilberto Velho, Maria Beltrão, Gilberto Ferrez, Eduardo Kneese de Mello, Francisco Iglesias, José Mindlin, Henrique Millan, Diretor do Museu Nacional, Lourenço Luiz Lacombe, Diretor do Museu Imperial de Petrópolis, Alcídio Mafra de Souza, Diretor do Museu Nacional de Belas Artes, Solange Godoy, Diretora do Museu Histórico Nacional e Américo Jacobina Lacombe, Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Max Justo Guedes e Roberto Cavalcanti de Albuquerque.

O Presidente abriu a sessão convidando para fazer parte da Mesa o Diretor da 6ª Diretoria Regional da SPHAN/Pró-Memória, arquiteto Glauco Campello. Ressaltou a qualidade dos trabalhos de restauração do Paço, cujo prédio, além de sediar a 6ª DR. da SPHAN, funciona também como um dos mais dinâmicos espaços culturais do Rio de Janeiro. Assinalou a presença, na Mesa, do Chefe do Gabinete do Ministro da Cultura no Rio de Janeiro, Oswaldo de Campos Mello, e do Diretor Executivo da Fundação Nacional Pró-Memória, Magno Vilella, representando o Presidente da Fundação, impossibilitado de comparecer.

Em seguida apresentou a nova Conselheira, Solange de Sampaio Godoy, Diretora do Museu Histórico Nacional. Destacou as suas qualificações como museóloga, professora universitária e autora de diversos trabalhos publicados na área de museologia.

Ulysses Guimarães

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Observou ter ela assumido a Diretoria do Museu em um momento singular, quando já dirigia os trabalhos de restauração e valorização do conjunto arquitetônico do Museu e de concretização do novo projeto museológico e museográfico daquela importante instituição. Acrescentou que a Conselheira substituiu, tanto na Direção do Museu como no Conselho, o Conselheiro Gerardo Britto Raposo da Camara, o qual, desde 1971, prestou os mais relevantes serviços ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, fazendo jus, por seu desvelo e dedicação, à admiração e ao reconhecimento de todos. Informou que o Dr. Câmara de verá continuar contribuindo, com seu talento e conhecimentos, para a SPHAN/Pró-Memória.

O Conselheiro Lourenço Luiz Lacombe solicitou que ficasse registrado em ata um voto de pesar pela morte, na data da reunião, do Professor Raul Lima, ex-Diretor do Arquivo Nacional. Dando início à Ordem do Dia, o Presidente passou a palavra à Conselheira Maria Beltrão, Relatora do Processo nº 1.069-T-82, relativo ao Tombamento da Serra da Barriga, localizada no Município de União dos Palmares, no Estado de Alagoas. A Relatora iniciou dizendo que a idéia de preservação da Serra da Barriga surgiu em 1981, em pedido dirigido ao então Secretário da Cultura, Aloísio Magalhães, acompanhado de abaixo assinado constando de mais de cinco mil assinaturas. Frisou abranger a proposta inicial de tombamento uma área de 2.200 ha., extensão considerada excessiva pelos técnicos da SPHAN, tendo esses, ao final dos estudos realizados, reduzido aquela área a 283 ha., dos quais parte deverá ser doada pelos proprietários, conforme consta do Processo. Observou que fontes históricas localizam na Serra da Barriga o núcleo principal do Quilombo dos Palmares, denominado Reduto do Macaco. Considerou que a toponímia União dos Palmares reforça a tese. Acrescentou ser Palmares o local de resistência do grupo negro, lugar fundador, sonho de uma república negra. Destacou a importância dos trabalhos de arqueologia a serem realizados no local e que, por

Ampl. Grunth

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

não carregarem as distorções dos textos do colonizador, serão de extrema importância para o esclarecimento das dúvidas e a confirmação das teses, possibilitando a compreensão do imaterial a partir do material. Referindo-se, em seguida, à impugnação ao tombamento apresentada pela Companhia Açucareira de Laginha, do Grupo João Lyra, declarou concordar com a recomendação da arquiteta Dora Alcântara, Coordenadora do Setor de Tombamento da SPHAN, de acatar o não tombamento da segunda porção da propriedade da Cia. Açucareira Usina Laginha, correspondente a uma área de 33,18 ha., indicada no mapa às fls.149 do Processo, e manter o tombamento do restante da área impugnada, correspondente a 56,30 ha., também assinalada no mapa referido. Finalizando recomendou o tombamento da parte mais alcantilada da Serra da Barriga, conforme descrição constada da informação nº 123/85, as fls. nº 146 a 148 do Processo e do mapa às fls. 149.

O Presidente se referiu às dificuldades encontradas na obtenção das informações necessárias à correta instrução do Processo, realçando a cooperação estabelecida, com esse fim, entre a DTC da SPHAN, o Dr. Carlos Moura, Assessor para Assuntos Afro-Brasileiros do Ministério da Cultura, a Universidade Federal do Estado de Alagoas, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de União dos Palmares, sem o que não teria sido possível se chegar ao resultado presente. Destacou o forte simbolismo de que se reveste a Serra da Barriga, cujo significado se acentua no próximo dia 20, aniversário da morte de Zumbi, data escolhida como Dia Nacional da Consciência Negra. A arquiteta Dora Alcântara, convidada a falar sobre os estudos realizados sobre a Serra da Barriga, ilustrou suas considerações com a apresentação de mapa indicando a área inicial proposta, a área definida pela SPHAN e aquelas impugnadas pelo proprietário, parte das quais foi acatada pela Relatora. O Presidente colocou a matéria em votação, tendo o parecer da Relatora sido aprovado unanimemente. O Conselheiro Eduardo Kneese de Mello observou não ter importância maior a limitação física da área tombada, e sim o que ela simboliza, encer-

Wylma

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

rando em si uma homenagem a um grupo de brasileiros que lutou por sua independência.

O Presidente expressou a sua satisfação, e do Ministério da Cultura, por aquele ato do Conselho, que vem ampliar o sentido e a importância do instituto do tombamento como instrumento apto a prestar serviços a todas as vertentes da cultura brasileira. O Conselheiro Gilberto Velho pediu a palavra para comunicar que, em sua última visita a Salvador, foi várias vezes questionado sobre a homologação do tombamento do Terreiro da Casa Branca e que posteriormente tomou conhecimento, através de técnicos da SPHAN, da dificuldade encontrada no encaminhamento do assunto ao Ministro, em razão do não pagamento, pela Prefeitura de Salvador, da desapropriação da área, conforme previsto. Disse que o desconhecimento desse fato pela população local vem em prejuízo da imagem da SPHAN. Sugeriu, a respeito, que sejam feitas gestões junto à Prefeitura, para que efetue o pagamento e que, por outro lado, se esclareça a população de Salvador, evitando assim desgaste para o Patrimônio. O Presidente confirmou a informação do não pagamento da desapropriação por parte da Prefeitura e da pressão que vem sendo exercida sobre os usuários, pelo proprietário, e daqueles, sobre as autoridades competentes e sobre a SPHAN. Ressaltou que já se esgotaram todas as tentativas junto ao atual Prefeito, acrescentando que, por ser a época de transição, os novos contatos deverão ser feitos já com o novo Prefeito eleito.

Passou a palavra, em seguida, ao Conselheiro Eduardo Kneese de Mello. Relator do Processo nº 674-T-62, referente à rerratificação do tombamento do Núcleo Histórico de Olinda e à definição do seu entorno. O Conselheiro iniciou agradecendo a colaboração atenta e delicada dos técnicos do Escritório Técnico da 4ª Diretoria Regional da SPHAN, em Olinda, e do Assessor Nelson Lacerda Soares, da Assessoria Jurídica do Rio, durante sua permanência naquela cidade. Exibiu ao Conselho mapa elaborado em conjunto por aqueles técnicos, no qual ficaram evidenciadas as diversas fases do tombamento de Olinda e a proposta atual, pe-

Angela Araújo

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

la qual fica demarcado a área tombada referente ao núcleo Histórico de Olinda, passando o restante da área anteriormente tombada a ser considerada área de entorno. Acrescentou constarem da proposta as normas para edificação nas duas áreas, no sentido, inclusive, de proteger a visibilidade de Olinda.

A reunião foi momentaneamente interrompida com a chegada do Conselheiro Afonso Arinos, recebido com uma salva de palmas pela celebração dos seus oitenta anos.

Prosseguindo, o Conselheiro Eduardo Kneese de Mello assinalou, no mapa referido, o local onde se prevê a instalação de parque público projetado pelo paisagista Burle Marx, e localizado no lado de acesso a Olinda por Recife. Finalizando, o Conselheiro votou favoravelmente à aprovação da proposta de delimitação do polígono tombado do Núcleo Histórico de Olinda e da sua área de entorno, assim como das normas de edificação proposta para as duas áreas. O Presidente convidou o Diretor da DTC, arquiteto Augusto da Silva Telles, para fazer uma breve explanação sobre o assunto. O Dr. Silva Telles esclareceu que a primeira proposta de tombamento de Olinda foi apresentada para salvaguardar a cidade da descaracterização e da especulação imobiliária e por não haver, na época, a figura do entorno que protegesse a sua visibilidade. Acrescentou que, com a criação do Escritório Técnico da SPHAN, em Olinda, e do Centro de Preservação, do Município, houve um reestudo das necessidades da cidade, chegando-se à proposta atual, de definição do perímetro tombado referente ao Núcleo Histórico e definida a sua área de entorno, ambos controladas por normas de edificações que permitem uma ação conjunta da SPHAN e do Município. O Presidente colocou a matéria em votação, tendo o parecer do Relator sido aprovado unanimemente.

Fez uso da palavra, em seguida, o Conselheiro Américo Jacobina Lacombe para saudar, em nome do Conselho, o Conselheiro Afonso Arinos de Mello Franco, por ocasião do seu aniversário, em data próxima. O Conselheiro Américo Lacombe iniciou solicitando que ficasse registrado em ata o regozijo dos Conselheiros em ter como companheiro a figura extraordinária de Afonso Arinos. Res

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

saltou que no momento de ansiedade por que passa o país é um ponto luminoso saber-se que o projeto da Constituição passa pelas mãos dessa figura exemplar, na qual destacou as qualidades de publicista, poeta, escritor, historiador e político, mencionando a coragem que ele sempre demonstrou como Conselheiro e como homem público.

O Conselheiro Afonso Arinos, em resposta à saudação, confessou-se surpreso e emocionado. Disse que ao ser nomeado Conselheiro era o mais jovem membro do grupo de que agora é o mais velho. Este fato o fazia lembrar com saudade dos grandes vultos que ilustraram o Conselho, e que honraram o serviço público por sua probidade e autoridade. Aproveitando a ocasião solicitou aos Conselheiros que, cada um dentro de sua especialidade, oferecesse sugestões visando à disciplina, no projeto da Constituição, da questão da cultura, dentro do espírito da frase por ele mesmo colocada na Constituição de 1967: "É dever do Estado amparar a cultura". Insistiu ser este um pedido que gostaria de ver atendido. Expressou a sua gratidão a todos e disse de sua tranquilidade ao cabo de 80 anos de vida, dos quais, acrescentou, se arrependeu de muitas coisas que fez mas não se envergonhava de nenhuma. Finalizou conclamando a todos para que prosseguissem na rota da defesa do patrimônio cultural do País.

O Presidente apresentou as desculpas do Chefe do Gabinete do Ministro da Cultura, no Rio, por ter que se retirar. Em seguida passou a palavra ao Conselheiro José Mindlin, Relator do Processo nº 1.088-T-83 referente ao tombamento do Sobrado do Padre Taborda e do casario fronteiro, localizado em Itaverava, MG. O Conselheiro esclareceu que o presente Processo vem completar o tombamento da Igreja Matriz de Santo Antônio, de Itaverava, objeto do Processo nº 1.087-T-83, do qual também foi o Relator. Lembrou que, na época, sugeriu o estudo do entorno da Igreja, expressando a sua satisfação pelo presente processo, que acata a

W. G. G. G.

sua sugestão. Elogiou o excelente nível das informações contidas no Processo, destacando o parecer de Dora Alcântara, Coordenadora do Setor de Tombamento da DTC/SPHAN. Disse que a proposta apresentada atende à necessidade de recriar o conjunto expressivo e harmonioso que forma moldura indispensável à Matriz, votando, em consequência, pelo tombamento do Sobrado e do casario fronteiro e ao redor dele. Na oportunidade, reiterou sua sugestão de que a fachada da Matriz de St. Antônio de Itaverava seja restaurada na sua feição primitiva. O Presidente colocou a matéria em votação, tendo o parecer do Relator sido aprovado por unanimidade.

Passou a palavra ao Conselheiro Gilberto Ferrez, Relator do Processo nº 1.171-T-85, referente ao tombamento do quadro de Vitor Meireles, encontrado e identificado pelo Diretor do MNBA na sacristia da Igreja N.Sra. do Rosário e São Benedito, em Florianópolis, e pertencente à Irmandade de mesmo nome. Declarou que a obra se encontrava em lastimável estado de conservação, tendo sido trazida pra ser restaurada no Museu onde foi examinada pelo Historiador Donato de Melo Jr., que verificou tratar-se da tela intitulada "Vista da Baía Sul do Desterro tirada do Adro da Igreja do Rosário e São Benedito". O Relator referiu-se, então, ao parecer da museóloga Lygia Martins Costa, Assessora da SPHAN e notável conhecedora da obra de Vitor Meireles, no qual confirmou a autoria do quadro, identificando-o, porém, como obra da juventude do pintor. Concordeando com o parecer favorável de D. Lygia, o Relator votou pelo tombamento do quadro, ao tempo em que apoiou sugestão do Diretor do Museu Nacional de Belas Artes, de que a SPHAN interceda junto à Irmandade para que a tela, após restaurada, passe a figurar no acervo da Casa Vitor Meireles, em Florianópolis. Convidada pelo Presidente a dar suas impressões sobre a obra, D. Lygia disse que a tela, obra de iniciante, deveria ser preservada como testemunho do talento que o pintor já demonstrava na época e que

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

veio a desenvolver mais tarde. O Presidente colocou a matéria em votação, tendo o parecer do Relator sido aprovado por unanimidade.

O Conselheiro Américo Jacobina Lacombe fez uso da palavra para informar sobre menção da Acadêmica Rachel de Queiroz, na ABL, à descoberta, no sótão de uma casa em Fortaleza, de grande número de quadros que teriam pertencido à Expedição das Borboletas, realizada na época do Império, e que necessitam de restauração. O Presidente declarou que solicitará ao Diretor da 3ª DR da SPHAN que averigue o assunto e examine as possibilidades de atuação da SPHAN.

Em seguida passou a palavra à Conselheira Maria Beltrão, Relatora do Processo nº 1.129-T-84 referente ao tombamento das Coleções Arqueológicas do Padre Rohr, localizadas no Museu Balneário, em Camboriú, St.Catarina, e na Academia da Polícia Federal, em Brasília. A Conselheira esclareceu que o mesmo processo já fora apresentado ao Conselho, em 27.11.84, tendo então sido aprovado o tombamento das Coleções referidas. Observou, no entanto, que por um lapso em seu parecer não ficou explicitada a inclusão, no tombamento, das partes da Coleção localizadas em Camboriú e em Brasília. Em consequência, propôs que se reparasse o equívoco tombando o restante da Coleção. O Presidente colocou a matéria em votação tendo o parecer da Relatora sido aprovado unanimemente.

Fez uso da palavra o Conselheiro Lourenço Luíz Lacombe, Relator do Processo nº 809-T-68, vol. 22 referente à saída do país da obra de Diego Rivera "O Carregador" (Las Ilusiones), do acervo do MASP, para participar da exposição alusiva ao artista, a se realizar nos EUA, México, Espanha e Alemanha Ocidental, de fevereiro a setembro de 1986.

Considerando as vantagens do intercâmbio e da divulgação decorrentes do envio de obras de museus brasileiros ao exterior o Conselheiro deu voto favorável à autorização de saída do país do quadro de Rivera, condicionada, no entanto, à resposta do Ministério das Relações Exteriores à consulta efetuada pela SPHAN, conforme convencionado pelas duas instituições para es-

W. J. Carvalho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

ses casos. A respeito, o Conselheiro José Mindlin solicitou fosse reiterada a consulta, por telex, em razão dos prazos para o embarque da obra. O Presidente colocou a matéria em votação tendo o parecer do Relator sido aprovado unanimemente.

Passou a palavra ao Conselheiro Alcídio Mafra de Souza, Relator do Processo nº 809-T-68 volumes 24 e 23 referentes, respectivamente, ao envio a Madri da obra de Claude Monet intitulada "Ponte japonesa sobre a lagoa das ninféias em Giverny" para participar de exposição dedicada ao artista, a se realizar no Museu Espanhol de Arte Contemporânea, em maio e junho de 1986; e das obras "A Amazona" e "Banhistas no Sena", de Edouard Manet, para participar de exposição alusiva ao artista, a se realizar nas cidades de Tóquio, Fukuoka e Osaka, no segundo semestre de 1986. Todas as obras, acrescentou, são do acervo do MASP. Estando os processos devidamente instruídos, o Relator votou favoravelmente à saída do país das obras referidas, condicionadas, porém, à resposta à consulta dirigida ao Itamarati pela SPHAN. O Presidente colocou a matéria em votação, tendo o parecer do Relator sido aprovado por unanimidade.

O Conselheiro Alcídio Mafra de Souza submeteu ao Conselho, em seguida, o Processo nº 829-T-70 vol.4º, para ratificação de decisão tomada em 30 de setembro último, autorizando o envio ao Jewish Museum, de Nova York, da tela intitulada Auto-Retrato, de Modigliani, do acervo do MAC/USP, para exposição dedicada ao artista, de outubro de 1985 a fevereiro de 1986. Os Conselheiros, unanimemente, ratificaram a decisão anterior. A respeito do assunto o Conselheiro José Mindlin informou que a exposição estava tendo muito sucesso, sendo o quadro capa do catálogo.

O Presidente passou a palavra ao Conselheiro Lourenço Luiz Lacombe, Relator do Processo nº 860-T-72 referente ao envio de 11 gravuras do acervo do MNBA ao Metropolitan Museum of Art, em Nova York, para autenticação. O Conselheiro Relator esclareceu já ter o processo tramitado pelo Conselho que, em março de 84, autorizou o envio das gravuras ao British Museum, em Londres, com a mesma finalidade. Impossibilitado de remeter as obras, naquele momento, o Museu encaminhou ao Conselho novo pedido de

Ulysses Guimarães

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

autorização, desta vez para Nova York. As gravuras deverão ser levadas em mãos pelo Chefe do Setor de Gravuras do MNBA, o artista Carlos Martins. Acrescentou, no entanto, ter o Museu se declarado impossibilitado de fixar valor para efeito de seguro das obras, já que não se pode comprovar a autoria das mesmas. Reportando-se ao parecer do Diretor da DTC da SPHAN, Augusto Carlos da Silva Telles, o Relator informou que as peças dos acervos dos Museus brasileiros não são seguradas, de forma que o seu deslocamento, como proposto, não aumentaria o risco. Lembrou que as gravuras viajarão em mãos de funcionário qualificado do próprio Museu, contra recibo. Em consequência, e face a importância, para o acervo do Museu, da identificação das peças, votou favoravelmente ao envio delas ao Metropolitan Museum de Nova York. O Presidente colocou a matéria em votação tendo o parecer do Relator sido aprovado por unanimidade.

Solicitou, em seguida, ao Diretor da DTC da SPHAN que esclarecesse o Conselho sobre as modificações a serem efetuadas na Portaria nº 06, de 04.06.84, que estabeleceu normas para a área tombada do Morro da Conceição, no Centro do Rio de Janeiro.

O Dr. Silva Telles explicou tratar-se, apenas, de dar nova redação à Portaria nº 06, com o objetivo de enquadrá-la às normas de redação adotadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro e, segundo, para corrigir um pequeno equívoco na numeração de uma casa e a impropriedade do termo "non-aedificandi", utilizado. O Presidente colocou matéria em votação, tendo sido aprovada a nova redação da Portaria.

Passando à segunda parte da reunião, dedicada aos assuntos diversos, o Presidente abordou a questão do Regimento Interno da SPHAN, esclarecendo que o Ministério da Cultura organizou-se tecnicamente em duas Secretarias fins, a de Ação Cultural e a do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tendo os demais organismos do Ministério se agrupado nessas áreas de interesse, segundo as vertentes já colocadas por Aloísio Magalhães e, de certa forma, por Mário de Andrade, da produção cultural e da preservação. Acrescentou que até a aprovação definitiva pelo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Congresso, em Projeto de Lei a ser a ele encaminhado até março, o Ministro da Cultura tem delegação do Presidente da República para fixar a estrutura do Ministério através de Portarias. Acrescentou que uma delas deverá contemplar o Regimento da SPHAN, e que neste sentido foram elaboradas, pela SPHAN e pela Pró-Memória, separadamente, as propostas encaminhadas ao Conselho, as quais expressam as indagações e conflitos conceituais que já estavam latentes desde a criação da Pró-Memória. Ressaltou que a questão da pedra e cal ainda não foi encerrada nem esclarecidos os equívocos relativos à conceituação do Patrimônio, prevalecendo até agora, por diversas circunstâncias, a polêmica entre o patrimônio arquitetônico e antropológico. Friesou que, no momento atual, é necessário encontrar a solução adequada, coerente e competente para os dois organismos, um da administração direta, que é a SPHAN, o outro da indireta, a Pró-Memória, os quais se associam e muitas vezes se fundem numa mesma causa, que é a do Patrimônio Nacional. Neste sentido, solicitou a orientação abalizada do Conselho para a definição do perfil da SPHAN e do papel da Pró-Memória na nova estrutura do MINC. Designou o Consultor Jurídico Raphael Carneiro da Rocha para coordenar o encaminhamento dos pareceres dos Srs. Conselheiros com relação ao assunto.

O Conselheiro Gilberto Velho pediu a palavra para considerar que, em face das diferenças de concepção e de visão expressadas pelos dois documentos, e dada a importância do assunto, não gostaria de opinar sem uma discussão mais aprofundada com seus colegas do Conselho e sem ouvir representantes da SPHAN e da Pró-Memória. Neste sentido solicitou uma reunião em que essas pessoas pudessem ser ouvidas, possibilitando aos Conselheiros uma visão mais completa do assunto.

O Diretor Executivo da Pró-Memória pediu a palavra para transmitir ao Conselho as razões da ausência do Presidente da instituição à reunião, preso a um compromisso em Brasília. Ao mesmo tempo, esclareceu que a minuta de Regimento da SPHAN apresentada como proposta da Pró-Memória foi, de fato, uma contribuição, a título pessoal, do Presidente da Pró-Memória, por solicitação do

W. Gualberto

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Secretário Geral do Ministério, para posterior discussão. Acrescentou que a preocupação da FNPM é obter, no menor prazo possível, um esclarecimento daquelas que devam ser, dentro da linha da Lei que a criou, as atribuições da Fundação Nacional Pró-Memória no MINC. Informou que, neste sentido estão sendo realizados seminários, na Fundação, a qual também está elaborando o seu Regimento. Esclareceu que os Estatutos da Fundação são, por lei, aprovados pelo Presidente da República e o Regimento, após aprovação do Conselho Curador, pelo Ministro da Cultura.

A Conselheira Solange Godoy fez uso da palavra para agradecer a oportunidade de estar ali, como membro nato do Conselho, e solicitar aos seus pares que a ajudassem na tarefa a cumprir. Em seguida opinou que para examinar o Regimento da SPHAN seria necessário ter em mãos também a proposta de Regimento da Pró-Memória, a fim de perceber como se compatibilizam as duas Instituições, no que foi apoiada pelos Conselheiros José Mindlin e Eduardo Kneese de Mello.

O Presidente informou que determinará à Secretaria do Conselho que envie aos Conselheiros a legislação referente ao MINC, à SPHAN e à Pró-Memória. Lembrou que a partir da conceituação da SPHAN é que se conceituará a Pró-Memória, por ser aquela uma Secretaria do Governo encarregada de coordenar a política de patrimônio cultural do país. Lembrou que, pela legislação vigente, a vinculação da Pró-Memória com a SPHAN vai muito além da mera supervisão ministerial prevista em lei. Observou que a Pró-Memória foi criada para dar à SPHAN a dimensão operacional que ela não tinha condições de alcançar, no plano da realidade, enquanto IPHAN, a ponto de ter sido criado, paralelamente, dentro da SEPLAN, o Programa de Cidades Históricas, hoje incorporado à Pró-Memória. Acrescentou que, com a criação da Secretaria da Cultura, a Pró-Memória passou a ser o canteiro de obras da SEC e mais tarde a plataforma de lançamento do Ministério da Cultura. Por isso considerou oportuno definir o papel da Fundação dentro do novo Ministério.

Agla Amaral

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

O Conselheiros Lourenço Lacombe e Francisco Iglésias pediram a palavra pra apoiar a idéia de realização de uma reunião específica sobre o assunto, até mesmo de caráter informal. O Presidente, acatando o desejo dos Conselheiro, fixou a data de 09 de dezembro próximo, às 14 horas, para a realização de reunião solicitada, sendo o local o Salão Portinari, do Palácio da Cultura. O Conselheiro Gilberto Ferrez manifestou a sua estranheza pelo não recebimento de convite, por parte dos Conselheiros, para a inauguração dos trabalhos de restauração do prédio onde funcionou o 1º Tribunal do Juri e no qual será instalado o Museu França-Brasil, quando da visita, ao Brasil, do Presidente Mitterrand, da França. Lembrou que foi devido à ação da SPHAN, apoiada pelo Conselho Consultivo, que o prédio não foi derrubado. Sobre o assunto o Presidente informou que tanto a SPHAN quanto a Pró-Memória estão presentes desde a assinatura do primeiro Protocolo entre o Governo do Estado do Rio, os Ministérios da Cultura do Brasil e da França, a Fundação Roberto Marinho e a Rhodia. Em seguida apresentou as desculpas do Dr. Magno Vilela por ter que se retirar da reunião, em função de compromisso inadiável.

Prosseguindo, o Presidente solicitou ao Dr. Raphael Carneiro da Rocha, Consultor Jurídico da SPHAN, que esclarecesse o Conselho sobre o problema relativo ao tombamento do Hospital S. Francisco, no Rio de Janeiro. O Dr. Raphael disse que o Conselho Consultivo, em 1967, decidiu tomar o prédio do Hospital S. Francisco, após apreciar impugnação apresentada, por liberalidade do próprio Conselho, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, a quem pertencia o prédio. Posteriormente, a Assessoria do Gabinete do Ministro da Educação e Cultura, na época, opinou que somente deveria ser tombada a parte do prédio onde funcionavam a administração, o centro cirúrgico e as cinco enfermarias do Hospital. O Ministro Euro Brandão homologou o tombamento "Com as ressalvas constantes no pronunciamento da Assessoria do Gabinete, por mim aprovado" e determinou a devolução do Processo à SPHAN para "desmembramento da parte do imóvel que não foi objeto do tombamento". O Processo, em consequência, estava voltando

L. A. G. G. G.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

ao Conselho para, se de acordo com as ressalvas feitas pelo Ministro Euro Brandão, consubstanciadas em ofício do Arquiteto Edgar Jacintho, constante das fls. 152 e da planta de fls. 153 do Processo, reencaminha-lo ao Ministro da Cultura para nova homologação e publicação no Diário Oficial. O Presidente colocou a matéria em votação, tendo o Conselho aprovado unanimemente as providências indicadas pelo Arquiteto Edgar Jacintho nos expedientes referidos, e o encaminhamento ao Ministro da Cultura para nova homologação.

Prosseguindo o Presidente comunicou o recebimento, pelo Conselheiro Eduardo Kneese de Mello, de carta do Prefeito de Mogi das Cruzes, S. Paulo, solicitando a colaboração técnica e financeira da SPHAN para a remoção do prédio do Casarão do Chá, para o Parque Municipal de Itapetí. Na mesma carta, o Prefeito esclarece que a Câmara de Vereadores não aprovou proposta do Executivo de permutar o Casarão por um galpão que seria construído pela Prefeitura e entregue ao proprietário do imóvel. A propósito informou que a SPHAN enviou expediente à Embaixada do Japão, no sentido de obter o apoio daquele país para a restauração do Casarão, tendo obtido resposta sugerindo o encaminhamento de projeto ao Japan World Expositions Commemorative Found, que examinará o assunto.

O Conselheiro Eduardo Kneese de Mello disse que consultou o Diretor da DTC da SPHAN sobre a permuta do Casarão tendo este opinado que, em se tratando de uma casa rural, seria desejável que fosse localizada em área grande, adequada à sua função.

O Presidente solicitou ao Conselheiro que entrasse em contato com o Diretor da 9ª Diretoria Regional da SPHAN, em São Paulo, para exame conjunto do assunto, acrescentando que a remoção de casa de madeira já foi realizada com sucesso em Curitiba, que transferiu de um lugar para outro a sede do Escritório Técnico da SPHAN, naquela cidade.

O Conselheiro solicitou e obteve a aquiescência unânime dos Conselheiros para mudança do local do Casarão, se assim ficar decidido no Município.

Ugo Cavallo

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

O Presidente solicitou aos Conselheiros que examinassem as Normas sobre o Tombamento, cujas cópias foram distribuídas durante a reunião, para discussão em próxima oportunidade.

Em seguida propôs e viu aprovado, unanimemente, pelo Conselho, um voto de congratulações ao Presidente da Funarte por sua intenção de transferi-la do Museu Nacional de Belas Artes, no menor prazo possível.

O Conselheiro Alcídio Mafra de Souza, falando em seu nome e no do pessoal do Museu, expressou grande satisfação pela auspiciosa notícia, frisando que, já como fundador da Funarte, sempre se opôs à sua instalação no prédio do Museu pelos graves inconvenientes que do fato adviriam.

O Presidente cedeu a palavra ao Diretor da 6ª Diretoria Regional, para que apresentasse ao Conselho um resumo dos trabalhos da sua Diretoria.

O Arquiteto Glaucio Campello declarou sentir-se muito honrado por abrigar aquela reunião na sede da 6ª DR. Acrescentou que em razão da pauta exaustiva e do adiantado da hora, preferia não se alongar, esclarecendo que o que teria a dizer encontrava-se na publicação da 6ª DR. distribuída aos Conselheiros. Ressaltou que a demanda de serviço à DR. é crescente, tanto no Rio quanto no Espírito Santo, obrigando a uma ação cada vez mais diversificada e abrangente do órgão. Neste sentido, frisou, a orientação dada aos técnicos é de atuarem em contato o mais próximo possível com a comunidade e seus órgãos representativos. Entre as obras realizadas pela 6ª DR. mencionou, em especial, a restauração do Paço e a utilização do prédio de forma muito viva e dinâmica, tendo ele se transformado em espaço cultural de grande interesse para a cidade. Observou que esse fato leva a uma reflexão sobre a questão do uso do bem tombado. Finalizando, convidou os Conselheiros a visitarem, no primeiro andar do prédio, a exposição intitulada "Seis Décadas da Pintura Moderna", da Coleção Roberto Marinho, inclusive como uma demonstração da integração desse tipo de evento com a arquitetura do Paço; e a examinarem,

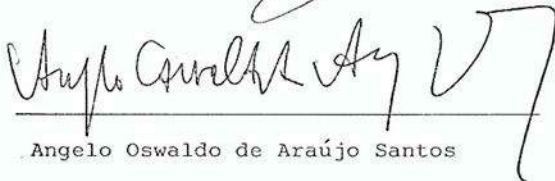
Alcídio Mafra de Souza

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

na própria sala de reunião, os painéis ilustrativos dos trabalhos da 6ª DR.

O Presidente lembrou que a próxima reunião do Conselho, após a do dia 09 de dezembro, será no dia 13 de janeiro, data significativa por se cumprir nela 49 anos da criação da SPHAN e do Museu Nacional de Belas Artes, pela Lei nº 378, de 1937. O local, acrescentou, deverá ser o próprio Museu.

Nada mais havendo a tratar o Presidente deu por encerrada a sessão da qual eu, Maria Eugênia Corrêa Lima, Secretária ad-hoc, lavrei a presente ata que subscrevo juntamente com o Presidente e demais membros do Conselho.



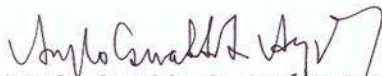
Angelo Oswaldo de Araújo Santos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Processo nº 1.129-T-84

Certifico que o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional decidiu, na conformidade de sua competência, determinada por lei federal, recomendar o tombamento das Coleções Arqueológicas João Alfredo Rohr localizadas em Camboriu- SC e em Brasília-DF, em complementação à homologação datada de 08.03.85, constante deste Processo nos termos do voto do Relator.

Em, 09.01.86



Angelo Oswaldo de Araújo Santos
Secretário do Patrimônio Histórico e
Artístico Nacional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA CULTURA

Of. nº 019 -86/SPHAN-RJ

Em 05 de 86

Do Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ao Exmº Sr. Ministro da Cultura

Assunto Homologação de tombamento. Ref. Processo nº 1.129-T-84/SPHAN

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Tenho a honra de solicitar a V.Exa., de acordo com o disposto no artigo 1º da Lei nº 6.292 de 15 de dezembro de 1975, a homologação do tombamento das Coleções Arqueológicas João Alfredo Rohr, localizadas em Camboriú, Santa Catarina e em Brasília - Distrito Federal, em complementação à homologação datada de 08.03.85 constante do Processo nº 1.129-T-84, aprovado por unanimidade, pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em sua 117ª reunião realizada em 18 de novembro de 1985, acompanhando o voto da Conselheira Maria Beltrão, relatora da matéria.

Valho-me do ensejo para renovar a V.Exa. eleva dos protestos de apreço e admiração.


Angelo Oswaldo de Araújo Santos

Exmº Sr.

Prof. ALUÍSIO PIMENTA

MD. Ministro da Cultura

BRASÍLIA - DF

Nos termos da Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, e para os efeitos do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, HOMOLOGO o tombamento das Coleções Arqueológicas João Alfredo Rohr, em complementação à homologação datada de 08 de março de 1985, a que se refere o Processo nº 1.129-T-84/SPHAN.

BSB, em

05 de fevereiro de 1986

Aluísio Pimenta

de mais de cinco mil anotações. Ficou abanger a proposta inicial de tombamento uma área de 2.200 ha., extensa considerada excessiva pelos técnicos da SPHAN, tendo em vista, ao final dos estudos realizados, reduzido a cerca de 283 ha., das quais a parte dezoito, situada pelas margens do rio, conforme consta do processo. Observou que fontes históricas localizam na Serra da Barriga o núcleo principal do Quilombo dos Palmares, denominado Arraio de Macaco. Considerou que a toponímia do Arraio de Macaco, referente à trav. Açudeiros, localizada no local de existência do grupo negro, lugar fundador, nome de uma república negra. Destacou a importância dos trabalhos de arqueologia e artes realizadas no local e que, por não corresponderem às distinções dos textos do cadastrelor, serão de estrema importância para o esclarecimento das rotas e a confirmação das teorias, possibilitando a compreensão do material a partir do material. Referendo-se, em seguida, à suposição do tombamento apresentado pela Companhia Saneamento de Lapa, do Grupo João Lyra, declarou que concorda com a recomendação da arquiteta Dora Alencar do Setor de Tombamento da SPHAN, de aceitar o não tombamento da segunda porção da propriedade da Cia. Açudeiros Unia Lapa, correção pendente a uma área de 31,18 ha., indicada no mapa às fls. 149 do Processo e, manter o tombamento do restante da área impugnada, correspondente a 56,30 ha., também assinalada no mapa referido. Finalizando, reconvencionou o tombamento da parte não assinalada da Serra da Barriga, conferindo destinação constante da interseção nº 123/85, as fls. 148 e 149 do Processo e do mapa às fls. 149.

O Presidente se referiu às dificuldades encontradas na obtenção das informações necessárias à correta intimação do processo, realizando a cooperação estabelecida, com esse intuito, enviou a D. SPHAN e ao Conselho, a Universidade Federal do Estado de Alagoas, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de União dos Palmares, sem o que não teria sido possível a realização dos estudos. Referindo-se ao Projeto de Lei nº 1.087-83, de que se reveste a Serra da Barriga, cujo significado se acentua no próximo dia 20, aniversário da morte de Zumbi, data escolhida como Dia Nacional da Consciência Negra. A arquiteta Dora Alencar, convidada para elaborar o projeto, realizou estudos e levantamentos, tendo em vista, suas considerações com a apresentação de mapa indicando a área inicial proposta, a área definida pela SPHAN e aquelas impugnadas pelo proprietário, parte das quais foram localizadas pelo Relator. O Presidente explicou a simbologia utilizada no mapa, bem como a importância da iniciativa, ressaltando que lutou por sua independência.

O Presidente expressou a sua satisfação, e do Ministério da Cultura, pelo apoio ao Conselho, que vem ampliando o sentido e a importância do Instituto do tombamento como instrumento apto a prestar serviços a todas as vertentes da cultura brasileira. O Conselheiro Gilberto Velho pediu a palavra para comunicar que, em sua última visita a Salvador, foi várias vezes questionado sobre o tombamento da Serra da Barriga, tendo em vista, a importância do conhecimento, através de técnicos da SPHAN, da dificuldade encontrada no encaminhamento do assunto ao Ministério, em razão do não pagamento, pela Prefeitura de Salvador, do aluguel das dependências, conforme consta do processo. O Presidente explicou que, em razão da população local, vem em prejuízo da imagem da SPHAN. Sugere, a respeito, que sejam feitas gestões junto à Prefeitura, para que efetue o pagamento e que, por outro lado, se esclareça a população de Salvador, de modo a despertar o interesse da população. O Presidente confirmou a informação do não pagamento da desapropriação por parte da Prefeitura e da pressão que vem sendo exercida sobre os proprietários, pelo proprietário, de modo a não autorizar a compra da área. O Conselheiro explicou que já se esgotaram todas as tentativas junto ao atual Prefeito, acrescentando que, por ser a época de transição, os novos contratos deverão ser feitos já com o novo Prefeito eleito.

Passou a palavra, em seguida, ao Conselheiro Eduardo Kneese de Mello, Relator do Processo nº 674-762, referente à reafirmação do tombamento do Núcleo Histórico de Olinda e à definição do seu entorno. O Conselheiro iniciou agradecendo a colaboração atenta e delicada dos técnicos do Escritório Técnico da 4ª Diretoria Regional da SPHAN, em Olinda, e do Assessor Nelson Lacerda Soares, da Assessoria Jurídica do Rio, durante sua permanência naquela cidade. Exibiu ao Conselho o mapa elaborado em conjunto por aqueles técnicos, no qual ficaram evidenciadas as diversas fases do tombamento de Olinda e a proposta atual, pela qual fica destinada a área vizinha referente ao Núcleo Histórico de Olinda, bem como o restante da área anteriormente tombada e ser considerada área de entorno. Acrescentou constar da proposta as normas para edificação nas duas áreas, no sentido, inclusive, de proteger a visibilidade de Olinda.

A reunião foi momentaneamente interrompida com a chegada do Conselheiro Afonso Arinos, recebido com uma salva de palmas pela celebração dos seus oitenta anos.

Referendo-se, Conselheiro Eduardo Kneese de Mello asinhou, no mapa referido, o local onde se prevê a instalação de parque público proposto pelo pelegista Burtz Bara, e localizado no lado de acesso a Avenida por Recife. Finalizando, o Conselheiro votou favoravelmente à aprovação do projeto de tombamento do Polígono Local do Núcleo Histórico de Olinda e da sua área de entorno, assim como das normas de edificação proposta para as duas áreas. O Presidente convidou o Diretor da SPHAN, arquiteta Dora Alencar, para expor a sua visão sobre a proposta de tombamento de Olinda foi apresentada para salvaguardar a cidade de de desnaturalização e da especulação imobiliária e por não haver, na época, a figura do entorno que integrou a sua viabilidade. Acrescentou que, com a criação do Escritório Técnico da SPHAN, em Olinda, e do Centro de Fomento, do Município, houve um restabelecimento das necessidades da cidade, caracterizando a criação e a sua viabilidade. Acrescentou, referente ao Núcleo Histórico e da área de entorno, que ambas controladas por normas de edificação que permitem uma ação conjunta da SPHAN e do Município. O Presidente colocou a matéria em votação, tendo o parecer do Relator sido aprovado unanimemente.

Fra da palavra, em seguida, ao Conselheiro Americo Jacobina Lacombe para saudar, em nome do Conselho, o Conselheiro Afonso Arinos de Mello Franco, por ocasião do seu aniversário, em data próxima. O Conselheiro Americo Jacobina Lacombe iniciou solicitando que ficasse registrado em ata o registro dos Conselheiros em ter como companheiro a figura extraordinária

ria de Afonso Arinos. Resaltou que no momento de ansiedade por que passa o País e um ponto luminoso saber-se que o projeto da Constituição passa pelas mãos dessa figura exarquet, na qual destacou as qualidades de jornalista, poeta, escritor, historiador, e político, mencionando a coragem que ele sempre demonstrou como Conselheiro e como homem público.

O Conselheiro Afonso Arinos, em resposta à saudação, confessou-se muito preso e emocionado. Disse que não poderia deixar de saudar, mais 30 anos, um membro do grupo de que agora é o mais velho. Este fato o fazia lembrar com saudade das grandes vozes que ilustraram o Conselho, e que nutriram o serviço público por sua probidade e autoridade. Aproveitando o momento, insistiu em entre um pedido que gostaria de ver atendido. Expressou a sua gratidão a todos e disse de sua tranquilidade ao cabo de 80 anos de vida. Dos quais, acrescentou, se arrependeu de muitas coisas que fez mas não se envergou de nenhuma. Finalizou conclamando a todos para que prosseguissem na rota da defesa do patrimônio cultural do País.

O Presidente apresentou as desculpas do Chefe do Gabinete do Ministro da Cultura, no Rio, por ter que se retirar. Em seguida passou a palavra ao Conselheiro José Mindlin, Relator do Processo nº 1.087-83, referente ao tombamento do Sobrado do Padre Taborda e de casarão fronteiriço, localizado em Ilhéu de Lapa, RJ. O Conselheiro esclareceu que o presente processo vem complementar o tombamento do Igreja Matriz de Santo Antônio, de Ilhéu de Lapa, objeto do Processo nº 1.087-783, do qual também foi o Relator. Lembrou que, na época, surgiu o estudo do entorno da Igreja, expressando a sua satisfação pelo presente processo, que trata a sua própria. Explicou que recebeu informações consideráveis, decorrentes da presença de Dora Alencar, Coordenadora do Setor de Tombamento do ITC/SPHAN, bem como a proposta apresentada atende à necessidade de resgatar o conjunto expressivo e harmonioso que integra o conjunto da Igreja Matriz de Santo Antônio. Concluiu, pelo tombamento do Sobrado e do casarão fronteiriço, ao redor dele. Na oportunidade, reiterou sugestão de que a fachada da Matriz de St. Antônio de Ilhéu de Lapa seja restaurada na sua feição primitiva. O Presidente colocou a matéria em votação, tendo o parecer do Relator sido aprovado por unanimidade.

Passou a palavra ao Conselheiro Gilberto Ferret, Relator do Processo nº 1.129-784, referente ao tombamento do Casarão de Vitor Meireles, encontrado e identificado pelo Diretor do ITC/SPHAN na sacristia da Igreja N. Sra. do Rosário e São Benedito, em Florianópolis, e pertencente à Igreja de mesmo nome. Declarou que a obra se encontrava em lastimável estado de conservação, tendo sido feita uma visita prévia, que verificou tratar-se de tela intitulada "Visita de São João do Desterro tirada do Arco da Igreja do Rosário e São Benedito". O Relator referenciou, em seguida, ao parecer da museóloga Lygia Martins Costa, assessora da SPHAN, e notável conhecedora de obra de Vitor Meireles, no qual confirmou a autoria do quadro, identificando-o, porém, como obra da juventude do pintor, em homenagem ao falecido irmão, Vitor Meireles. O Conselheiro, pelo tombamento do quadro, ao tempo em que apoiou a sugestão do Diretor do Museu Nacional de Belas Artes, de que a SPHAN interceda junto à Igreja para que a tela, após restaurada, passe a figurar no acervo do Museu de Vitor Meireles, em Florianópolis. Convidou o Presidente a dar suas impressões sobre a obra. D. Lygia disse que a tela, obra de iniciante, deveria ser preservada como testemunho do talento que o pintor já demonstrava na época e que veio a desenvolver mais tarde. O Presidente colocou a matéria em votação, tendo o parecer do Relator, sido aprovado por unanimidade.

O Conselheiro Americo Jacobina Lacombe fez uso da palavra para informar sobre a chegada do Acadêmico Rachel de Queiroz, na Av. de São Paulo, no sótão de uma casa em Fortaleza, de grande número de quadros, que teriam pertencido à Expedição das Borboletas, realizada na época do Império, e que necessitam de restauração. O Presidente declarou que solicitaria ao Diretor da 3ª DR de SPHAN que averigue o assunto e examine as possibilidades de atuação da SPHAN.

Em seguida passou a palavra à Conselheira Maria Beltrão, Relator do Processo nº 1.129-784 referente ao tombamento das Coleções Arqueológicas do Padre Rohr, localizadas no Museu Beltrão, em Camocim, St. Catarina, e na Academia da Polícia Federal, em Brasília. A Conselheira esclareceu que o mesmo processo já fora apresentado ao Conselho, em 27.11.84, tendo então sido aprovado o tombamento das Coleções referidas. Observou, no entanto, que por um lapso em seu parecer não ficou explicitada a inclusão, no tombamento, das partes da Coleção localizadas em Camocim e em Brasília. Em consequência, propôs que se reparasse no equívoco tombando o restante da Coleção de Brasília. O Presidente colocou a matéria em votação, tendo o parecer do Relator sido aprovado unanimemente.

Fez uso da palavra o Conselheiro Lourenço Lyra Lacombe, Relator do Processo nº 805-785, referente à saída do país de obra de Diego Rivera "O Carregador" (Las Ilusiones), do acervo do MASP, para participar da Exposição Alusiva ao Artista, a se realizar, nos EUA, México, Espanha e Alemanha Ocidental, de fevereiro a setembro de 1986. O Conselheiro explicou que a exposição é de grande importância e de divulgação decorrente do envio de obra de museus brasileiros ao exterior o Conselheiro deu voto favorável à autorização de saída do país do quadro de Rivera, com a condição de que o mesmo seja devolvido ao país de origem. O Presidente, após consulta pela SPHAN, conforme convenção das duas instituições para esses casos. A respeito, o Conselheiro José Mindlin solicitou fosse reiterada a consulta, por teleex, em razão das pressões para a saída da obra. O Presidente colocou a matéria em votação, tendo o parecer do Relator sido aprovado unanimemente.

Passou a palavra ao Conselheiro Alcides Mafra de Sousa, Relator do Processo nº 805-785, referente à saída do país de obra de Diego Rivera "O Carregador" (Las Ilusiones), do acervo do MASP, para participar da Exposição Alusiva ao Artista, a se realizar, nos EUA, México, Espanha e Alemanha Ocidental, de fevereiro a setembro de 1986. Todas as obras, acrescentou, não do acervo do MASP, tendo um processo de aquisição justificado e de divulgação decorrente da saída do país das obras referidas, condicionadas, porém, à consulta dirigida ao Itamaraty pela SPHAN. O Presidente

"Seis Décadas da Pintura Moderna", da Coleção Roberto Marinho, inclusive com uma demonstração da integração desse tipo de evento com a arquitetura do Paço, e a avaliação, na própria sala de reunião. Os painéis ilustrativos dos trabalhos da 6ª DE.
O Presidente lembrou que a próxima reunião do Conselho, após a do dia 09 de dezembro, será em dia 13 de janeiro, data significativa por se cumprir pela 45ª aniversário da criação da SPHAN e do Museu Nacional de Belas Artes, pela Lei nº 378, de 1937. O local, acrescentou, deverá ser o próprio Museu.
Houve ainda havendo a tratar o Presidente deu por encerrada a sessão de qual eu, Maria Eugênia Corrêa Lima, Secretária ad-hoc, lavrei a presente ata que subscrevo juntamente com o Presidente e demais membros do Conselho.
Of. 32/86

ANGELINO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS

AVISO

O Departamento de Imprensa Nacional possui espaços próprios para eventos culturais

MUSEU DA IMPRENSA

Inaugurado a 13 de maio de 1982, contém o acervo histórico da Imprensa no Brasil.

VENHA CONHECÊ-LO!

Horário de visitação:
de 3ª a 6ª feira, das 9 às 17 horas;
sábados e domingos, das 14 às 17 horas.

BIBLIOTECA DO DIN

O Departamento de Imprensa Nacional possui, para consulta, várias publicações oficiais. Fornecemos cópias autenticadas de publicações dos Diários Oficiais. Maiores informações pelo fone 226-7175, ramais 300 e 301, ou no próprio local, no SIG - Quadra 6 - Lote 800
CEP 70.604 - Brasília - DF

REVISTA DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS

Nº 63 - 2º Semestre de 1984

- Mandado de Segurança: sua instituição há cinquenta anos, antecipado através do Habeas Corpus.
- Sugestões para corrigir distorções do Projeto de Código Civil, em tramitação no Senado e seus antagonismos com a legislação das S.A.
- Teixeira de Freitas, o Jurista Máximo e sua Contribuição Científica ao Direito Nacional e ao Direito Universal.
- Arbitragem Comercial Internacional, Instrumento da Paz, através da Ação dos Empresários e dos Advogados.

Preço: Cr\$ 27.000

As aquisições deverão ser feitas na Seção de Vendas, através de remessa de cheque nominal ao Departamento de Imprensa Nacional, ou depósito na conta corrente nº 420.468-9, Banco do Brasil - Agência Comercial Metropolitana Sul - SUDIN.

SIG - Quadra 6, Lote 800 - CEP 70604 - Brasília/DF. Informações pelo telefone (061) 226-7175, ramais 305 e 309. Não operamos com reembolso postal.

Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

Carteira de Programas Habitacionais

Ato de Prorrogação de Prazo para Encerramento da Liquidação Extrajudicial da Cooperativa Habitacional dos Operários Unidos do Estado da Guanabara, sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro - Autorização de Funcionamento nº CN-85.

O Gerente da Carteira de Programas Habitacionais do Banco Nacional da Habitação, com fundamento no disposto na R/JNN nº 149/82 e na Circular CPNAB-0000-01/001/83 e tendo em vista a Decisão da Diretoria proferida em sua 953a. Reunião Ordinária, realizada em 08.02.86, e

CONSIDERANDO que o prazo concedido para encerramento da liquidação extrajudicial da Cooperativa Habitacional dos Operários Unidos do Estado da Guanabara - AF nº CB-05, é insuficiente para atendimento dos objetivos que determinaram a sua decretação,

RESOLVE:

- prorrogar até 31.05.86 o prazo para encerramento da liquidação da Entidade;
- reintegrar como liquidante o Senhor Luiz Carlos Guimarães;
- atribuir ao liquidante a verba de representação no valor global de Cr\$ 9.022.000 (nove milhões e setenta e dois mil cruzeiros), por conta da Cooperativa, a ser paga em parcelas mensais de igual valor, durante o prazo ora estabelecido para o encerramento da medida administrativa;
- recomendar zelososa observância às disposições da Lei nº 5.764, de 16.12.71, da R/JNN nº 149/82, de 21.02.82 e da Circular CPNAB-0000-01/001/83, de 27.05.83.

O presente Ato é assinado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, RJ, 19 de fevereiro de 1986.

JOAQUIM OSWALDO RODRIGUES DE SOUZA

Of. 18/86

Contratos, Editais e Avisos

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Diretoria Administrativa
Serviço de Administração
Seção de Licitação e Compras

TOMADA DE PREÇOS Nº 10/86

AVISO

OBJETO - Fornecimento de peças, galo e cruzeiro

DIA - 13 (treze) de março de 1986, às 10:00 horas

EDITAL - Acha-se afixado na Seção de Licitação e Compras do Serviço de Administração da Diretoria Administrativa da Presidência da República, localizada no Bloco 03, 3º andar, do Anexo de Palácio do Planalto, nesta Capital, onde serão fornecidas cópias aos interessados.

Brasília (DF), 25 de fevereiro de 1986

LIZARO AUGUSTO GONÇALVES - Presidente

(DIAS 26, 27 e 28.2.86)

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/86

AVISO

OBJETO - Fornecimento de produtos de padaria, leite e seus derivados

DIA - 13 (treze) de março de 1986, às 13:00 horas

EDITAL - Acha-se afixado na Seção de Licitação e Compras do Serviço de Administração da Diretoria Administrativa da Presidência da República, localizada no Bloco 03, 3º andar, do Anexo de Palácio do Planalto, nesta Capital, onde serão fornecidas cópias aos interessados.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Processo nº 1.129-T-84

Face as homologações ministeriais publicadas no Diário Oficial da União de 13.03.86 e de 26.02.86:

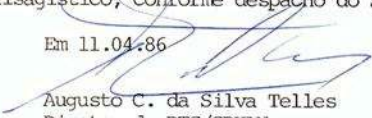
- a) à DTC, para proceder à inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o tombamento das Coleções Arqueológicas João Alfredo Rohr, cujos segmentos estão localizados em Florianópolis, St. Catarina; Camboriu, em SC e Brasília, e posterior envio à Assessoria Jurídica;
- b) à Assessoria Jurídica, para as notificações de lei e divulgação necessária.

Em, 08.04.86


Angelo Oswaldo de Araújo Santos
Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

À D.R.D. para inscrição das Coleções Arqueológicas João Alfredo Rohr, com seus três segmentos distintos, localizados em Florianópolis e em Camboriu, SC e em Brasília, DF, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, conforme despacho do Sr. Secretário.

Em 11.04.86


Augusto C. da Silva Telles
Diretor da DTC/SPHAN

Proc. nº 1.129-T-84

S.P.H.A.N./D.T.C.

D.R.D./ARQUIVO

Coleção Arqueológica João Alfredo Rohr, assim distribuída: as peças depositadas nas dependências particulares do Colégio Catarinense, em Florianópolis-SC; as peças em exposição no Museu Homem do Sambaqui (Colégio Catarinense), em Florianópolis-SC; as peças em exposição no Museu Arqueológico e Oceanográfico do Balneário de Camboriú-SC, e as peças em exposição na Academia Nacional da Polícia Federal, em Brasília-DF.

Inscrito, nesta data, sob o nº 91, a fls. 42/43, do Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1986

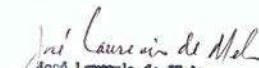

Edson de Brito Melo
Chefe Arquivo DRD/SPHAN


José Laurencio de Melo
Diretor DRD/SPHAN

PS.: O tombamento inclui também outras peças depositadas nos locais acima referidos, tudo em conformidade com a relação constante do Segundo Volume do Processo nº 1.129-T-84.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1986.


Edson de Brito Melo
Chefe Arquivo DRD/SPHAN


José Laurencio de Melo
Diretor DRD/SPHAN

MinC/SPHAN

Of. nº 07/86-DRD/Arquivo

Rio de Janeiro, RJ
18 / 04 / 1986

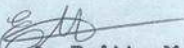
Chefe do Arquivo

Diretor da 10ª DR da SPHAN

: remete certidão de tombamento.

Senhor Diretor:

Remeto, em anexo, a V.Sª., certidão de tombamento da Coleção Arqueológica João Alfredo Rohr, bem como cópias da homologação pelo Senhor Ministro da Cultura, publicação no Diário Oficial da União e termo de inscrição no respectivo Livro do Tombo. Aproveito a oportunidade para renovar a V.Sª. atenciosos cumprimentos.


Edson de Britto Maia
Chefe do Arquivo

Ao Senhor

Dr. Júlio Nicolau Barros de Curtis
Diretor da 10ª DR da SPHAN/FNPM
Av. Independência, nº 867
90.000 - PORTO ALEGRE - RS

Processo nº 1.129-T-84

E/PMBL.

à determinação do Senhor Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura, G E R T I F I C O, que revendo o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instituído pelo Decreto-lei número vinte e cinco, de trinta de novembro de mil novecentos e trinta e sete, dele consta o seguinte a folhas quarenta e dois e quarenta e três: "Número de Inscrição: noventa e um; Obra: Coleção Arqueológica João Alfredo Röhr, assim distribuída: as peças depositadas nas dependências particulares do Colégio Catarinense, em Florianópolis, Estado de Santa Catarina; as peças em exposição no Museu do Homem do Sambaqui (Colégio Catarinense), em Florianópolis, Estado de Santa Catarina; as peças em exposição no Museu Arqueológico e Oceanográfico do Balneário / de Camboriú, Estado de Santa Catarina, e as peças em exposição na Academia Nacional da Polícia Federal, em Brasília, Distrito Federal, de acordo com a homologação do Senhor Ministro da Cultura, publicada no Diário Oficial da União, de vinte e seis de fevereiro de mil novecentos e oitenta e seis.; Natureza da Obra: Coleção Arqueológica; Situação: Município de Florianópolis e Camboriú, no Estado de Santa Catarina e em Brasília, Distrito Federal; Proprietária: União Federal; Processo Número: 7 mil cento e vinte e nove traço 1 traço oitenta e quatro; Caracter do Tombamento: Ex-officio; Data da Inscrição: dezto de / abril de 1991 novecentos e oitenta e seis." E por ser verdade, eu, Edson de Britto Maia, Chefe do Arquivo da Divisão de Registro e Documentação, lavrei a presente certidão que vai por mim datada e assinada e visada pelo doutor José Laurencio de Melo, Diretor da Divisão de Registro e Documentação e pelo doutor Angelo Oswaldo de Araujo Santos, Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1986.////

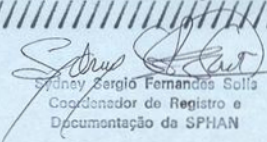
Edson
Edson de Britto Maia
Chefe Arquiv. DRD/SPHAN

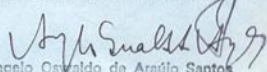
J. C. Melo
José Laurencio de Melo
Diretor DRD/SPHAN

Angelo
Angelo Oswaldo de Araujo Santos
Secretário do Patrimônio
Histórico e Artístico Nacional

à determinação do Senhor Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da // Cultura, C E R T I F I C O, que revendo o Livro do Tombo Ar-queológico, Etnográfico e Paisagístico da Secretaria do Patri-mônio Histórico e Artístico Nacional, instituído pelo Decreto-lei número vinte e cinco, de trinta de novembro de mil nove-centos e trinta e sete, dele consta o seguinte a folhas qua-renta e dois: "Número de inscrição: noventa e um; Obra: Coleção Arqueológica João Alfredo Röhr, assim distribuída: as peças depositadas nas dependências particulares do Colégio Cata- rinense, em Florianópolis, em Santa Catarina; as peças em ex- posição no Museu do Homem do Sambaqui (Colégio Catarinense), em Florianópolis, Santa Catarina; as peças em exposição no Mu- seu Arqueológico e Oceanográfico do Balneário de Camboriú, em Santa Catarina e as peças em exposição na Academia Nacional / da Polícia Federal, em Brasília, Distrito Federal, de acôrdo/ com a Homologação do Senhor Ministro da Cultura, publicada no Diário Oficial da União, de vinte e seis de fevereiro de mil/ novecentos e oitenta e seis. O tombamento inclui também ou- tras peças depositadas nos locais acima referidos, tudo em // conformidade com a relação constante do segundo volume do Pro- cesso número mil cento e vinte e nove traço T traço oitenta e quatro; Natureza da Obra: Coleção Arqueológica; Situação: Mu- nicípios de Florianópolis e Camboriú, no Estado de Santa Cata- rina e em Brasília, Distrito Federal; Proprietária: União Fe- deral; Processo Número: mil cento e vinte e nove Traço T tra- ço oitenta e quatro; Caráter do Tombamento: Ex-offício; Data/ da Inscrição: dezoito de abril de mil novecentos e oitenta e/ seis." E por ser verdade, eu, Edson de Britto Maia, Chefe do/ Arquivo da Coordenadoria de Registro e Documentação, lavrei a presente certidão que vai por mim datada e assinada e visada/ pelo doutor Sydney Sergio Fernandes Solis, Coordenador da Co- ordenadoria de Registro e Documentação e pelo doutor Angelo / Oswaldo de Araujo Santos, Secretário do Patrimônio Histórico/ e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1987.


Edson de Britto Maia
Chefe Arquivo DRD/SPHAN


Sydney Sergio Fernandes Solis
Coordenador de Registro e
Documentação da SPHAN


Angelo Oswaldo de Araujo Santos
Secretário do Patrimônio
Histórico e Artístico Nacional

MinC/SPHAN

Of. nº 08/87-CRD/Arquivo

Rio de Janeiro, RJ
11 / 03 / 1987

Chefe do Arquivo

Diretor da 8ª DR da SPHAN

: remete certidão

Senhor Diretor:

Encaminhe, em anexo, a V.Sª. certidão do tombamento da Coleção Arqueológica João Alfredo Röhr, que tem parte depositada ~~ou~~ em exposição na Academia Nacional da Polícia Federal, em Brasília. Aproveito a oportunidade para renovar a V.Sª. atenciosos cumprimentos.


Edson de Britto Maia
Chefe do Arquivo

Ao Senhor

Dr. Marco Antonio Galvão

Diretor da 8ª DR da SPHAN

Setor Comercial Norte - Quadra 2 - Bloco K

70.710 - BRASÍLIA - DF

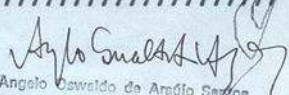
Proc. nº 1.129-T-84

EM/PMBL.

à determinação do Senhor Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da // Cultura, C E R T I F I C O, que revendo o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instituído pelo Decreto-lei número vinte e cinco, de trinta de novembro de mil novecentos e trinta e sete, dele consta o seguinte a folhas quarenta e dois: "Número de Inscrição: noventa e um; Obra: Coleção Arqueológica João Alfredo Röhr, assim distribuída: as peças depositadas nas dependências particulares do Colégio Catarinense, em Florianópolis, em Santa Catarina; as peças em exposição no Museu do Homem do Sambaqui (Colégio Catarinense), em Florianópolis, Santa Catarina; as peças em exposição no Museu Arqueológico e Oceanográfico do Balneário de Camboriú, em Santa Catarina e as peças em exposição na Academia Nacional / da Polícia Federal, em Brasília, Distrito Federal, de acordo com a Homologação do Senhor Ministro da Cultura, publicada no Diário Oficial da União, de vinte e seis de fevereiro de mil novecentos e oitenta e seis. O tombamento inclui também outras peças depositadas nos locais acima referidos, tudo de // conformidade com a relação constante do segundo volume do Processo número mil cento e vinte e nove traço T traço oitenta e quatro." Natureza da Obra: Coleção Arqueológica; Situação: Municípios de Florianópolis e Camboriú, no Estado de Santa Catarina e em Brasília, Distrito Federal; Proprietária: União Federal; Processo Número: mil cento e vinte e nove traço T traço oitenta e quatro; Caráter do Tombamento: Ex-officio; Data da Inscrição: dezoito de abril de mil novecentos e oitenta e seis." E por ser verdade, eu Edson de Brito Maia, Chefe do / Arquivo da Coordenadoria de Registro e Documentação, lavrei a presente certidão que vai por mim datada e assinada e visada pelo doutor Sydney Sergio Fernandes Solis, Coordenador da Coordenadoria de Registro e Documentação e pelo doutor Angelo / Oswaldo de Araujo Santos, Secretário do Patrimônio Histórico / e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1986.


Edson de Brito Maia
Chefe Arquivo DAD/SPHAN


Sydney Sergio Fernandes Solis
Coordenador de Registro e
Documentação da SPHAN


Angelo Oswaldo de Araujo Santos
Secretário do Patrimônio
Histórico e Artístico Nacional



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CULTURA

Ofício nº 023 Em 02.02.84

Do Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN.

Endereço Rua da Imprensa, nº 16 - 8º andar

Ao Diretor do Museu da Academia Nacional de Polícia

Assunto Comunica tombamento definitivo da Coleção Arqueológica do Padre Rohr.

Senhor Diretor,

Cumpre-nos levar ao conhecimento de V.Sa. o tombamento definitivo, nos termos do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, da coleção arqueológica oriunda das pesquisas efetuadas pelo Professor João Alfredo Rohr S. J., bem público depositado e exposto nesse museu.

Essa decisão efetivou-se a partir de aprovação unânime pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em sua 117ª Reunião, realizada em 18 de novembro de 1985, e subsequente homologação pelo Exmo. Sr. Ministro da Cultura, ato este publicado no Diário Oficial da União, de 26 de fevereiro de 1986, Seção I, pág. 2.995.

Encerrou-se, por conseguinte, o processo de tombamento nº 1.129-T-84, com a inscrição do predito acervo no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sob o nº 91, às fls. 42/43, em 18.04.1986.

Sendo assim, a coleção em tela passa a gozar definitivamente da proteção especial do Poder Público Federal, por intermédio desta SPHAN, o que implica afirmar que ela não

47

poderá, em hipótese alguma, ser desmembrada nem deslocada para outra sede, sem prévia autorização da SPHAN.

Nesta oportunidade apresentamos a V.Sa. cordiais cumprimentos.


ANGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS

Ilmo. Sr.

Dr. FRANCISCO DE ASSIS PRADO
MD Diretor do Museu da Academia Nacional de Polícia
Departamento de Polícia Federal
Estrada do Parangaba s/nº
Brasília - DF
70.000

SEP/mecs



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CULTURA

Ofício nº 024 Em 02.02.87

Do Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN.

Endereço Rua da Imprensa, nº 16 - 3º andar

Ao Diretor do Museu Arqueológico e Oceanográfico de Camboiá.

Assunto Comunica tombamento definitivo da Coleção Arqueológica do Padre Rohr.

Senhor Diretor,

Cumpre-nos levar ao conhecimento de V.Sa. o tombamento definitivo, nos termos do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, da coleção arqueológica oriunda das pesquisas efetuadas pelo professor João Alfredo Rohr S. J., bem público depositado e exposto nesse Museu.

Essa decisão efetivou-se a partir da aprovação unânime pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em sua 117ª Reunião, realizada em 18 de novembro de 1985, e subsequente homologação pelo Exmo. Sr. Ministro da Cultura, ato este publicado no Diário Oficial da União, de 26 de fevereiro de 1986, Seção I, pág. 2.995.

Encerrou-se, por conseguinte, o processo de tombamento nº 1.129-T-84 com a inscrição do acervo em questão no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sob o nº 91, às fls. 42/43, em 18 de abril de 1986.

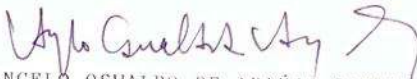
Assim sendo, a coleção em tela passa a gozar definitivamente da proteção especial do Poder Público Federal, por intermédio da SPHAN, o que implica afirmar que ela não

47

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

poderá, em hipótese alguma, ser desmembrada nem deslocada para outra sede, sem autorização prévia da SPHAN.

Nesta oportunidade apresentamos a V.Sa. nossos cordiais cumprimentos.


ANGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS

Ilmo. Sr.

Dr. CYRO GEVAERD
DD Diretor do Museu Arqueológico
e Oceanográfico do Balneário de Camboriú
Rua Altamiro Guimarães nº 15
88.000 - Florianópolis - SC

SEP/mecs



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CULTURA

Ofício nº 026 Em 02.02.84

Do Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN.

Enderogo Rua da Imprensa, nº 16 - 8º andar

Ao Sr. Diretor-Geral do Colégio Catarinense

Assunto Comunica tombamento definitivo da Coleção Arqueológica do Padre Rohr.

Senhor Diretor-Geral,

Cumpre-nos levar ao conhecimento de V.Sa. o tombamento definitivo, nos termos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, da coleção arqueológica oriunda das pesquisas efetuadas pelo Professor João Alfredo Rohr S. J., bem público depositado e exposto nesse Colégio, a saber: o material arqueológico exposto no Museu do Homem do Sambaqui, assim como aquele guardado em qualquer outra dependência particular do Colégio.

Essa decisão efetivou-se a partir de aprovação unânime pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em sua 111ª Reunião, realizada em 27 de novembro de 1984, e subsequente homologação pelo então Exma. Sra. Ministra da Educação e Cultura, ato este publicado no Diário Oficial da União, de 13 de março de 1985, Seção I, pág. 4.414.

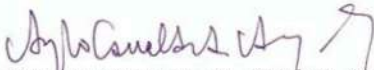
Encerrou-se, por conseguinte, o processo de tombamento nº 1.129-T-84 com a inscrição do predito acervo no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sob o nº 91, às fls. 42/43, em 18 de abril de 1986.

Sendo assim, a coleção em tela passa a gozar da proteção especial do Poder Público Federal, por intermédio desta

47

SPHAN, o que implica afirmar que ela não poderá, em hipótese alguma, ser desmembrada nem deslocada para qualquer outra se de ou lugar, sem prévia autorização da SPHAN.

Nesta oportunidade, apresentamos a V.Sa. nossos cor-
diais cumprimentos.


ANGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS

Ilmo. Sr.

Pe. KUNO PAULO RHODEN S. J.
MD Diretor-Geral do Colégio Catarinense
Rua Esteves Júnior, 159
Florianópolis - SC
88.000

SEP/mecs



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CULTURA

Ofício nº 025 Em 02.02.77

Do Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN

Endereço Rua da Imprensa, nº 16 - 8º andar

Ao Presidente do Conselho Estadual de Cultura do Estado de Santa Catarina.

Assunto Tombamento definitivo da Coleção Arqueológica do Padre Rohr.

Senhor Presidente,

Estamos remetendo, para conhecimento de V.Exa. e de se Egrégio Conselho, cópias em anexo de ofícios endereçados ao Diretor do Colégio Catarinense, ao Diretor do Museu Arqueológico e Oceanográfico de Camboriú e ao Diretor do Museu da Academia Nacional de Polícia, os quais acarretam o tombamento definitivo do acervo arqueológico deixado pelo Professor João Alfredo Rohr S.J.

Nesta oportunidade apresentamos a V.Exa. nossos cordiais cumprimentos.


ANGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS

Exmo. Sr.

Dr. OSWALDO FERREIRA DE MELLO
M.D. Presidente do Conselho Estadual de Cultura
do Estado de Santa Catarina
Rua Tenente Silva, nº 69
Casa da Cultura
Florianópolis - SC
88.000

SEP/mccs



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CULTURA

Ofício nº 237. Em 14.04.84

Do Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN.

Enderço Rua da Imprensa, 16 - 8º andar

Ao Diretor do Museu da Academia Nacional de Polícia.

Assunto Comunica tombamento definitivo da Coleção Arqueológica do Padre Rohr.

Senhor Diretor,

Cumpre-nos reiterar, após alguns óbices junto aos Correios e Telégrafos, o ofício nº 023, de 02.02.1987, levando ao conhecimento de V.Sª o tombamento definitivo, nos termos do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, da coleção arqueológica oriunda das pesquisas efetuadas pelo Professor João Alfredo Rohr S. J., bem público depositado e exposto nesse museu.

Essa decisão efetivou-se a partir de aprovação unânime pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em sua 117ª Reunião, realizada em 18 de novembro de 1985, e subsequente homologação pelo Exmº Sr. Ministro da Cultura, ato este publicado no Diário Oficial da União, de 26 de fevereiro de 1986, Seção I, pág. 2.995.

Encerrou-se, por conseguinte, o processo de tombamento nº 1.129-T-84, com a inscrição do predito acervo no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sob o nº 91, às fls. 42/43, em 18.04.1986.

Sendo assim, a coleção em tela passa a gozar definitivamente da proteção especial do Poder Público Federal, por

47

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

intermédio desta SPHAN, o que implica afirmar que ela não poderá, em hipótese alguma, ser desmembrada nem deslocada para outra sede, sem prévia autorização da SPHAN.

Nesta oportunidade apresentamos a V.Sª cordiais cumprimentos.


ANGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS

Ilmº Sr.

Dr. FRANCISCO DE ASSIS PRADO
MD Diretor do Museu da Academia
Nacional de Polícia
Departamento de Polícia Federal
Estrada do Paranuá s/nº
70.000 - Brasília - DF

SEP/mecs



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CULTURA

Ofício nº 238 Em 19.04.84
Do Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN
Endereço Rua da Imprensa, 16 - 8º andar
Ao Sr. Diretor-Geral do Colégio Catarinense
Assunto Comunica tombamento definitivo da Coleção Arqueológica do Padre Rohr.

Senhor Diretor-Geral,

Cumpre-nos reiterar, após alguns óbices junto aos Correios e Telégrafos, o ofício nº 026, de 02.02.1987, levando ao conhecimento de V.Sa. o tombamento definitivo, nos termos do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, da coleção arqueológica oriunda das pesquisas efetuadas pelo Professor João Alfredo Rohr S. J., bem público depositado e exposto nesse Colégio, a saber: o material arqueológico exposto no Museu do Homem do Sambaqui, assim como aquele guardado em qualquer outra dependência particular do Colégio.

Essa decisão efetivou-se a partir de aprovação unânime pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em sua 117ª Reunião, realizada em 27 de novembro de 1984, e subsequente homologação pela então Exmª Srª Ministra da Educação e Cultura, ato este publicado no Diário Oficial da União, de 13 de março de 1985, Seção I, pág. 4.414.

Encerrou-se, por conseguinte, o processo de tombamento nº 1.129-T-84 com a inscrição do predito acervo no Livro do Tombamento Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sob o nº 91, às fls. 42/43, em 18 de abril de 1986.

47

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Sendo assim, a coleção em tela passa a gozar da proteção especial do Poder Público Federal, por intermédio desta SPHAN, o que implica afirmar que ela não poderá, em hipótese alguma, ser desmembrada nem deslocada para qualquer outra sede ou lugar, sem prévia autorização da SPHAN.

Nesta oportunidade, apresentamos a V.Sª nossos cordiais cumprimentos.


ANGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS

Ilmº Sr.

Pe. KUNO PAULO RHODEN S. J.

MD Diretor-Geral do Colégio Catarinense

Rua Esteves Júnior, 159

88.000 - Florianópolis - SC

SEP/mecs



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CULTURA

Ofício nº 240 Em 14.07.87

Do Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN

Endereço Rua da Imprensa nº 16 - 8º andar

Ao Presidente do Conselho Estadual de Cultura do Estado de Santa Catarina.

Assunto Tombamento definitivo da Coleção Arqueológica do Padre Rohr.

Senhor Presidente,

Tendo em vista alguns óbices junto aos Correios e Telégrafos, remetemos novamente para conhecimento de V.Exª e desse Egrégio Conselho, cópias em anexo de ofícios endereçados ao Diretor do Colégio Catarinense, ao Diretor do Museu Arqueológico e Oceanográfico de Camboriú e ao Diretor do Museu da Academia Nacional de Polícia, os quais acarretam o tombamento definitivo do acervo arqueológico deixado pelo Professor João Alfredo Rohr S. J.

Nesta oportunidade apresentamos a V.Exª nossos cordiais cumprimentos.


ANGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS

Exmº Sr.

Dr. OSWALDO FERREIRA DE MELLO
M.D. Presidente do Conselho Estadual
de Cultura do Estado de Santa Catarina
Rua Tenente Silva, 69
Casa da Cultura
88.000 - Florianópolis - SC

SEP/mecs



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CULTURA

Ofício nº 280

Em 17.08.87

Do Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN
Endereço Rua da Imprensa, 16 - 8º andar
Ao Gerente Geral do Parque Balneário Camboriú/Museu Arqueológico e Oceanográfico de Camboriú.
Assunto Comunica tombamento definitivo da Coleção Arqueológica do Padre Rohr.

Senhor Gerente Geral,

Cumpre-nos reiterar, após alguns óbices junto aos Correios e Telégrafos, o ofício nº 024, de 02.02.1987, levando ao conhecimento de V.sª o tombamento definitivo, nos termos do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, da coleção arqueológica oriunda das pesquisas efetuadas pelo professor João Alfredo Rohr S.J., bem público depositado e exposto nesse Museu.

Essa decisão efetivou-se a partir de aprovação unânime pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em sua 117ª reunião, realizada em 18 de novembro de 1985, e subsequente homologação pelo Exmº Sr. Ministro da Cultura, ato este publicado no Diário Oficial da União, de 26 de fevereiro de 1986, Seção I, pág. 2.995.

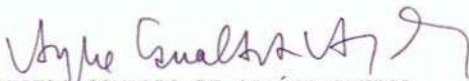
Encerrou-se, por conseguinte, o processo de tombamento nº 1.129-T-84 com a inscrição do acervo em questão no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sob o nº 91, às fls. 42/43, em 18 de abril de 1986.

47

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Assim sendo, a coleção em tela passa a gozar definitivamente da proteção especial do Poder Público Federal, por intermédio da SPHAN, o que implica afirmar que ela não poderá, em hipótese alguma, ser desmembrada nem deslocada para outra sede, sem autorização prévia da SPHAN.

Nesta oportunidade apresentamos a V.Sª nossos cordiais cumprimentos.


ANGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS

Ilmº Sr.

Dr. JOÃO EDILON RODRIGUES MACHADO
DD Gerente Geral do Parque Balneário Camboriú/
Museu Arqueológico e Oceanográfico do Balneário de Camboriú
BR 101, Km 137 - Caixa Postal 153
88.330 - Balneário de Camboriú - SC

SEP/mecs

PREENCHIDO PELO REMETENTE

NOME DO DESTINATÁRIO Dr. João Geraldo M.D. M. M. M.
Arqueológico e Oceanográfico - Balneário Camboriú
ENDEREÇO Rua Alameda Guaraná 15
CEP 88000 CIDADE Florianópolis ESTADO SC
NÚMERO DO REGISTRO (OU DO VALE) 29/875
VALOR DECLARADO (OU IMPORTÂNCIA DO VALE) C:0
NATUREZA DO OBJETO
DECLARAÇÃO SUMÁRIA DE CONTEÚDO
DATA DO REGISTRO (OU EMISSÃO)
UNIDADE DE POSTAGEM



PREENCHIDO NO DESTINO

RECEBI O OBJETO A QUE SE REFERE ESTE "AR"

CARIMBO DA
UNIDADE DE DESTINO

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO DESTINATÁRIO

ASSINATURA DO EMPREGADO



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

AVISO DE RECEBIMENTO (AR)

ESTE "AR" DEVE SER DEVOLVIDO A

NOME DO REMETENTE

SPHAN- A 3

ENDEREÇO

Rua da Imprensa N° 16- 8º

CIDADE

Rio de Janeiro

ESTADO

RJ

9 0 0 3 0

BRASIL

PREENCHIDO PELO REMETENTE	NOME DO DESTINATÁRIO	Dr. Joaquim Antonio Prado MD 1012		
	ENDEREÇO	Academia das Policias Fed		
	CEP	70000	CIDADE	Brasilia
	NÚMERO DO REGISTRO (OU DO VALE)	271374		
	VALOR DECLARADO (OU IMPORTÂNCIA DO VALE) C/8			
	NATUREZA DO OBJETO			
	DECLARAÇÃO SUMÁRIA DE CONTEÚDO			
	DATA DO REGISTRO (OU EMISSÃO)			
	UNIDADE DE POSTAGEM			
				
PREENCHIDO NO DESTINO	RECEBI O OBJETO A QUE SE REFERE ESTE "AR"			
	B53 21/07/87 LOCAL E DATA			
	ASSINATURA DO DESTINATÁRIO Gerando Antônio do Silva			
	ASSINATURA DO EMPREGADO			
CARIMBO DA UNIDADE DE DESTINO COO/ASA 21 JUL 1987 BRASIL A6-105x149 mm				

75170118 - 1

PREENCHIDO PELO REMETENTE	NOME DO DESTINATÁRIO	Dr. Paulo Funes Phd em D Dr. Genal Bolognini		
	ENDEREÇO	Rua Catarina 159		
	CEP	88000	CIDADE	Blumenopolis
	NÚMERO DO REGISTRO (OU DO VALE)	293373		
	VALOR DECLARADO (OU IMPORTÂNCIA DO VALE) C/8			
	NATUREZA DO OBJETO			
	DECLARAÇÃO SUMÁRIA DE CONTEÚDO			
	DATA DO REGISTRO (OU EMISSÃO)	20.07.87		
	UNIDADE DE POSTAGEM	H. TRANS		
				
PREENCHIDO NO DESTINO	RECEBI O OBJETO A QUE SE REFERE ESTE "AR"			
	23/07/87 LOCAL E DATA			
	ASSINATURA DO DESTINATÁRIO			
	ASSINATURA DO EMPREGADO			
CARIMBO DA UNIDADE DE DESTINO *21 JUL 87 BLUMENOPOLI A6-105x149 mm				

75170118 - 1



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

AVISO DE RECEBIMENTO (AR)

ESTE "AR" DEVE SER DEVOLVIDO A

NOME DO REMETENTE

SPHAN A 5

ENDEREÇO

Rua da Imprensa N° 16-8°

CIDADE

ESTADO

9 0 0 2 7



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

AVISO DE RECEBIMENTO (AR)

ESTE "AR" DEVE SER DEVOLVIDO A

NOME DO REMETENTE

SPHAN-FN RM - A 5

ENDEREÇO

Rua da Imprensa N° 16-8°

CIDADE

ESTADO

Rio de Janeiro

RJ

2 0 0 3 0

BRASIL

PREENCHIDO NO DESTINO

NOME DO DESTINATÁRIO: Paulo Roberto Rodrigues Machado do Gerente Geral para a
Balanço e Balanço Museu Arqueológico, para o Balanço

ENDEREÇO: BR 101 KM 137 Caixa Postal 53

CEP: 88330 CIDADE: Imbuizinho ESTADO: SC

NÚMERO DO REGISTRO (OU DO VALE): 611576

VALOR DECLARADO (OU IMPORTÂNCIA DO VALE) Cr\$: _____

NATUREZA DO OBJETO: _____

DECLARAÇÃO SUMÁRIA DE CONTEÚDO: _____

DATA DO REGISTRO (OU EMISSÃO): 19/8/87

UNIDADE DE POSTAGEM: Correios

RECEBI O OBJETO A QUE SE REFERE ESTE "AR"

LOCAL E DATA: BL 21/8/87

ASSINATURA DO DESTINATÁRIO: (ALTA MIRAO)

ASSINATURA DO EMPREGADO: 8553

CARIMBO DA UNIDADE DE DESTINO: BALEIAREIRO DE DESTINO

530-006-0410 A6-105x148 mm

PREENCHIDO PELO REMETENTE

NOME DO DESTINATÁRIO: União da República de Mato Grosso
Conselho Católico de S. Catarinense

ENDEREÇO: Rua Ten. Siqueira 69, Centro da Cultura

CEP: 88000 CIDADE: Imbuizinho ESTADO: SC

NÚMERO DO REGISTRO (OU DO VALE): 291316

VALOR DECLARADO (OU IMPORTÂNCIA DO VALE) Cr\$: _____

NATUREZA DO OBJETO: _____

DECLARAÇÃO SUMÁRIA DE CONTEÚDO: _____

DATA DO REGISTRO (OU EMISSÃO): _____

UNIDADE DE POSTAGEM: m-t

RECEBI O OBJETO A QUE SE REFERE ESTE "AR"

LOCAL E DATA: 23/07/17

ASSINATURA DO DESTINATÁRIO: Cláudio Lima

ASSINATURA DO EMPREGADO: _____

CARIMBO DA UNIDADE DE DESTINO: UNIDADE DE DESTINO

75170118-1 A6-105x148 mm

BRASIL

9 0 0 3 0

ESTADO

CIDADE

ENDEREÇO

NOME DO REMETENTE

ESTE "AR" DEVE SER DEVOLVIDO A

AVISO DE RECEBIMENTO (AR)



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

AVISO DE RECEBIMENTO (AR)

ESTE "AR" DEVE SER DEVOLVIDO A

NOME DO REMETENTE

SPHAN - A 5

ENDEREÇO

Rua da Imprensa N° 16 8

CIDADE

Rio de Janeiro

ESTADO

RJ

2 0 0 3 0

PROCESSO N: 1.129.T-84 SPAAN.

ACERVO ARQUEOLÓGICO - Pde JOÃO ALFREDO ROHR ~~II~~.

Numeração corante - págs 1 à 78.

A partir do ato do 117º Reunião do Conselho Consultivo não está numerado.

Folha n: 08 de Cite - Referência ao Processo N: 1.129.T-84, o mesmo processo já havia sido apresentado ao Conselho em 27/11/84, tendo então sido aprovado o Tombamento das coleções. Porém, as partes da coleção localizadas em Camboriú e Brasília não foram incluídas, foi então, reparado o equívoco tombando o restante da coleção.

em 09/01/86. Foi recomendada o Tombamento das coleções Arqueológicas do Pde João A. Rohr localizadas em Camboriú e Brasília, em complementação e homologação de 08/03/85.

Ofício 019-86 em 05/02/86

Homologação do Tombamento Proc. 1.129.T-84

D.O de 26/02/86 - Cópia do Ato do 177º Reunião do Conselho e o despacho do Ministro da Cultura homologando o Tombamento.

FOLHA (56) - 170º Reunião do Conselho. Recomendando o Tombamento da coleção em Santa Colúmba (não mencionou BRASÍLIA)

~~PARA~~ PAD - 74 - INFORMAR 07/03/85